



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



HENRI NICHOLAS DO CARMO COUTINHO

O PAPEL DAS REDES GEOGRÁFICAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM
PIRAÍ – RJ EM SUAS RELAÇÕES COM O URBANO

RIO DE JANEIRO

2023

HENRI NICHOLAS DO CARMO COUTINHO

**O PAPEL DAS REDES GEOGRÁFICAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM
PIRAÍ – RJ EM SUAS RELAÇÕES COM O URBANO**

Dissertação para obtenção do título de Mestre em Geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientadora: Profa. Dra. Gislene Aparecida dos Santos

Rio de Janeiro

2023

CIP - Catalogação na Publicação

C871p Coutinho, Henri Nicholas do Carmo
O papel da redes geográficas nos assentamentos rurais de Pirai - RJ em suas relações com o urbano / Henri Nicholas do Carmo Coutinho. -- Rio de Janeiro, 2023.
120 f.
Orientadora: Gislene Aparecida dos Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.
1. Redes Geográficas. 2. Assentamentos. 3. Reforma Agrária. 4. MST. 5. Assentados. I. Santos, Gislene Aparecida dos, orient. II. Título.

HENRI NICHOLAS DO CARMO COUTINHO

**O PAPEL DAS REDES GEOGRÁFICAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS
EM PIRAÍ- RJ EM SUAS RELAÇÕES COM O URBANO.**

Dissertação para obtenção do título de Mestre em Geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientadora: Profa. Dr^a. Gislene Aparecida dos Santos

Aprovada

em:

04/08/2023

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



GISLENE APARECIDA DOS SANTOS

Data: 04/08/2023 18:21:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr^a. Gislene Aparecida Santos
(Orientadora) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Documento assinado digitalmente



MARIA NAISE DE OLIVEIRA PEIXOTO

Data: 07/08/2023 15:51:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr^a. Maria Naíse de Oliveira Peixoto
Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG-UFRJ)

Documento assinado digitalmente



ROSELI ALVES DOS SANTOS

Data: 07/08/2023 10:22:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr^a. Roseli Alves dos Santos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGG-UNIOESTE - PR)

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos meus professores de mestrado do Programa de Pós Graduação de Geografia da UFRJ, que em muito contribuíram com meu crescimento no meio acadêmico, aos assentados rurais dos Assentamentos Roseli Nunes e Terra da Paz, em especial ao casal José Luiz e Celina, que por vezes me acolheram tão bem em sua residência e conduziram-me pelas terras direcionando-me no trabalho de campo, é dedicado também à minha família, esposa e filhas, que por vezes ficaram sem minha atenção, sem minha presença no lar e ficaram carentes de interação devido aos momentos em que preciso foi recolher-me a outro ambiente ou mesmo ausentar-me de casa devido às aulas, pesquisas e aos compromissos ligados à dissertação.

Este trabalho é ainda uma homenagem a todas aquelas pessoas que acreditam na importância de uma reforma agrária eficaz, que valorizam a agroecologia, que creem na força da agricultura familiar e na luta pela terra, como ferramentas para alcançarmos a condição de um país mais justo, com mais saúde alimentar, menos agrotóxicos no prato, menos gente do povo passando dificuldades nas áreas periféricas urbanas e assumindo um protagonismo na geração de renda e na produção de alimentos de forma independente e sem a exploração comum de épocas passadas mas ainda presente no campo e na cidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora que tão bem me assistiu e orientou, professora Dr^a Gislene Aparecida dos Santos, aos membros da banca de qualificação, professor Dr^o Gláucio Marafon, professor Dr^o Jorge Montenegro, que além da própria professora Gislene contribuíram com observações e críticas que levaram meu olhar em outras direções acerca da temática; aos membros da atual banca de defesa da dissertação, professora Dr^a Naíse Peixoto e professora Dr^a Roseli dos Santos pelo aceite; à colega Helen Barcelos, que em um dado momento, trouxe-me certo alento; à minha amiga Irinéia Irineu, sempre solícita nos momentos em que recorria a ela; ao jovem professor Helton Garcês Gomes, pelas tabelas e pela ajuda com dados e índices pesquisados no SIDRA/IBGE; ao técnico da EMATER, Leonardo Bertuci Torres, pelos esclarecimentos e informações sobre os territórios dos assentamentos; aos profissionais do IBGE, Danielle Macedo, Carlos Lessa de Vasconcelos e Douglas Santos, que foram atenciosos e solícitos comigo; ao casal Marcelo e Amanda, membros do MST e assentados do Assentamento Roseli Nunes, que muito me esclareceram sobre assuntos relevantes ao trabalho; ao casal José Luiz e Celina, por tudo, desde a acolhida, passando pelo almoço e café, até pelos esclarecimentos sobre a vida no assentamento; ao assentado Anselmo pela ajuda e esclarecimentos acerca das atividades do Coletivo Alaíde Reis e aos funcionários da secretaria, que sempre estavam prontos a atender minhas solicitações e a contornar meus “embaraços” e equívocos.

EPIGRAFE

“A propriedade não tem somente direitos, tem também deveres (...) Se for eleito, não separarei as duas questões; a da emancipação dos escravos e a democratização do solo. Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta. É preciso destruir a obra da escravidão.”

Joaquim Nabuco, 1884, líder abolicionista brasileiro

RESUMO

Os assentamentos rurais no Brasil advêm de políticas públicas de reforma agrária que têm o propósito de redistribuir terras, até então ociosas, e oportunizar meios de subsistência àqueles que são contemplados com lotes oriundos dos processos de desapropriações. No entanto, existe um universo de circunstâncias que envolvem o surgimento de um assentamento e que competem à compreensão do tema: a organização pré e pós ocupação das terras, as condições espaciais, a moradia, a assistência técnica de órgãos competentes, a produção, a subsistência e o escoamento do excedente. O presente trabalho resgata a história da discrepante concentração de terra existente no Brasil (depois reduzido a um recorte espacial no município de Piraí-RJ), revelando um modelo de resistência que vai além do simples fato de ter um “pedaço de terra” para plantar e de uma relação de mera fornecedora de gêneros alimentícios à cidade a um protagonismo particular que converge em meios alternativos de sustento e inserção no mercado consumidor, com práticas que remetem à agroecológica, à economia solidária e à tecnologia social. Para isso, analisaremos as redes técnicas e informacionais que se criaram nesta experiência coletiva, lograda por grupos de trabalhadores sem terras que decidiram organizar-se, enfrentando intempéries, ameaças, agressões, embates no campo jurídico e político que por vezes trouxeram dor, choro, falta de recursos capital, humilhações, entre outras mazelas. No entanto, em muitas situações, essa população foi capaz de ser protagonista na transformação de sua própria condição e de contribuir, mesmo que de forma bem diminuta, para desfazer um pouco a concentração fundiária e o injusto panorama de tanta terra sem gente e tanta gente sem-terra. Averiguamos como as construções dessas diferentes redes permitem a conexão entre o rural e o urbano, viabilizando a possibilidade de pequenos agricultores assentados serem gestores de uma cadeia que envolve o preparo do espaço, a produção, a divulgação desta, a venda e a distribuição. Dessa forma, tratamos de refletir, embasados em diferentes autores e especialistas, em como a teoria sintetiza e abarca o fenômeno tal como ele se apresenta, a ponto de ressignificar o espaço geográfico e corroborar, teoricamente, com certas análises e conclusões acerca das hipóteses e/ou problemáticas elencadas. Além disso, foi possível observarmos como as atividades desses assentados alinham-se com as práticas de agroecologia, com os métodos da economia solidária e da tecnologia social. Fizemos um levantamento de dados junto a alguns atores envolvidos a fim de obtermos um panorama quantitativo acerca dos assentamentos e pesquisamos através de entrevistas e de trabalho de campo, como funcionam as redes geográficas desenvolvidas e mantidas pelos atores principais em questão, que procuram consolidar novas experiências em meio a uma estrutura agrária tradicional e excludente.

Palavras-chave: Assentamento rural; redes; produção; assentados; Território; MST.

ABSTRACT

Rural settlements are the result of agrarian reform public policies aimed at redistributing previously idle land and providing means of subsistence to those who receive plots of land through expropriation processes. However, the emergence of a settlement involves a multitude of factors, including pre and post-occupation land organization, local spatial conditions, housing, technical assistance from competent agencies, production and disposal.

This study explores the history of land concentration in Brazil, focusing on the municipality of Piraí-RJ, and highlights a model of resistance that goes beyond simply acquiring land for farming. It reveals a unique form of sustenance and integration into the consumer market

To this end, we will analyze the technical and informational networks that have been created in this collective experience, achieved by groups of landless workers who decided to organize themselves, facing bad weather, threats, aggressions, clashes in the legal and political fields, sometimes bringing pain, lack of capital resources, humiliations, among other hardships. However, in many situations, these people were able to be protagonists in transforming their own condition and to contribute, even in a very small way, to undo the concentration of land ownership and the unfair panorama: so much empty land and so many landless people. We verified how the constructions of these networks allow the connection between the rural and the urban, making it possible for small settled farmers to be managers of a chain that involves the preparation of space, production, sale and distribution.

Thus, we tried to reflect, through different authors and experts, how the theory synthesizes and embraces the phenomenon as it presents itself, to the point of reframing the geographic space and corroborating, theoretically, with certain analyses and conclusions about the hypotheses and/or problems listed. We conducted a data survey with some of the actors involved in order to obtain a quantitative overview of the settlements. Additionally, we conducted interviews and fieldwork to understand how the networks developed and were maintained by the main actors in this study, who strive to establish new experiences within a traditional and exclusive agrarian structure.

Key words: Rural settlement; nets; production; settlers; Territory; MST.

LISTA DE SIGLAS

CCU	Contrato de Concessão de Uso
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CESBRA	Companhia Estanífera do Brasil
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
FAO	Food and Agriculture Organization
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Ha	Hectares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IFRJ	Instituto Federal Rural do Rio de Janeiro
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras
MLT	Movimento de Luta Pela Terra
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação
SMA	Secretaria Municipal de Agricultura

STRs	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
TD	Título Definitivo
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

LISTA DE IMAGENS

(fotos e mapas)

FIGURA 1	Cozinha Acampamento Terra da Paz	28
MAPA 1	Estado do Rio de Janeiro – destaques: a capital e Pirai	62
IMAGEM 1	Área dos Assentamentos	63
FIGURA 2	Vista panorâmica do Acampamento Terra da Paz	72
FIGURA 3	Barracos no Acampamento Terra da Paz	73
FIGURA 4	Cozinha comunitária – Acampamento Terra da Paz	73
FIGURA 5	Terras da antiga fazenda Aimorés	75
FIGURA 6	Terras da ex-Fazenda CESBRA	76
FIGURA 7	Terras da ex-Fazenda CESBRA	76
FIGURA 8	Antiga sede da Fazenda Aimorés	77
FIGURA 9	Barraco de madeira (parte externa) – Acampamento central	78
FIGURA 10	Horta comunitária no acampamento Terra da Paz	78
FIGURA 11	Casa de alvenaria – Terra da Paz	80
FIGURA 12	Horta no Assentamento Roseli Nunes	81
FIGURA 13	Produção leiteira – Assentamento Roseli Nunes	82
FIGURA 14	Barraco de lona, bambu e madeiras – Terra da Paz	85
FIGURA 15	Armazém do Campo	90
FIGURA 16	Terra Criola	91
FIGURA 17	Doce de leite	92
FIGURA 18	Jaca	93
FIGURA 19	Nhoque	93
FIGURA 20	Pão de forma	93

FIGURA 21	Pão vegano	94
FIGURA 22	Triagem de mercadorias do Coletivo Alaíde Reis	102
FIGURA 23	Entrevista com membros do Coletivo Alaíde Reis	103

Anexos

Relação dos assentamentos do estado do RJ- INCRA	113
Íntegra de entrevista com assentados	117

LISTA DE GRÁFICO E QUADROS

GRÁFICO 1	Histórico da População rural e urbana no Brasil	51
QUADRO 1	Evolução da população Urbana x Rural Em Pirai	53
QUADRO 2	População livre e escrava fluminense e piraienses	53
QUADRO 3	Estabelecimentos agropecuários / números / áreas	55
QUADRO 4	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	59
QUADRO 5	Local de origem dos assentados	64

Sumário

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
1.1 A experiência de aproximação do pesquisador no período pré-pesquisa	26
CAPÍTULO 2 – CONCEITUAÇÃO: HERMENÊUTICA DO TERMO REDES NA GEOGRAFIA	30
2.1 - As redes técnicas, redes sociais e as redes geográficas	37
2.1.1 – Economia Solidária e agroecologia: um alinhamento com a Economia Solidária	41
2.1.2 - A Agroecologia também se faz presente	44
CAPÍTULO 3 - CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E O POVO SEM TERRA	47
3.1 Resgate Histórico – Brasil.....	48
CAPÍTULO 4 - APRESENTAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS “ROSELI NUNES” E “TERRA DA PAZ”	61
4.2. As transformações espaciais e a territorialização dos assentamentos “Roseli Nunes” e “Terra da Paz”	66
4.3 As mudanças a partir das desapropriações e territorialização	79
4.4 Regramento para assentamentos	83
4.5 As experiências de aproximação e relacionamento com a população urbana	85
4.5.1 Alguns produtos beneficiados pelos assentados	92
4.6 A diversidade ofertada	94
CAPÍTULO 5 - AS REDES GEOGRÁFICAS NAS EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS TERRA DA PAZ E ROSELI NUNES	96
5.1 A constituição de redes como alternativa de integração de assentamentos rurais e cidades.....	96
5.1.1 A rede de articulação originária.....	97
5.2 Bases de apoio e contato permanente	98
5.3 Ampliação das redes sociais e técnica e a questão da logística	99
CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109
ANEXO 1 - RELAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DO ESTADO DO RJ	113
ANEXO 2 - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ASSENTADOS NA ÍNTEGRA	117

INTRODUÇÃO

O processo de formação do Estado nacional brasileiro apresenta-se um tanto injusto no que tange ao acesso à propriedade de terras pela população. No período colonial, a exploração das terras, por meio da instituição de latifúndios, criou reflexos na estrutura fundiária brasileira sentida até o século atual. Poucas famílias foram agraciadas com a propriedade de terras, ou tiveram facilitadas a aquisição delas e, em muitos casos, ocorreram fraudes para adquiri-las e/ou ampliá-las. Na época colonial, a posse da terra era concedida pela Coroa, e em meados do século XIX, já como Monarquia brasileira, a posse passou a dar-se apenas por meio da compra, definida na chamada Lei da Terra de 1850, condição essa que estabelecia, de modo oficial, a restrição de camadas populares carentes de recursos capitais a tornarem-se proprietárias, em especial os escravos libertos pelo fim da escravidão. Tal cenário só vai desenhar-se de maneira um pouco diferente a partir do Estatuto da Terra, quando a concessão de terras, visando uma democratização mínima no acesso a estas, passa a ser objeto de “preocupação do Estado”, a partir de 1964.

Com a Constituição de 1988, a questão da Reforma Agrária ganha nova atenção, ao menos no papel, com o artigo 184¹ da Carta Magna. Foi a partir daí que se criou um dispositivo que permitiria ao Estado implementar uma política fundiária que pudesse diminuir as distorções históricas na desigualdade de acesso e de distribuição de terras no Brasil.

Ademais, os outros momentos antecessores à presença do Estado nas questões referentes às terras brasileiras sempre foram no sentido de concentração destas e de exclusão dos índios, negros e demais categorias marginalizadas. A começar pela ‘descoberta do Brasil’, que devasta a mata em busca do pau-brasil e promove a denominação dos grupos indígenas locais, passando pela instituição das Capitânicas Hereditárias e Sesmarias. (OLIVEIRA, 2007, n.p.)

Esse passado, anterior a 1964, fez do Brasil um dos países com maior concentração de terras no mundo. Desde então, o modelo latifundiário iniciado no

¹ Artigo 184 da Constituição Federal: Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Brasil colonial com a implementação das sesmarias, ganhou novo fôlego, tendo os proprietários agraciados pela Coroa no passado, a oportunidade de regularizarem suas posses em cartório simplesmente pagando taxas territoriais. Outros políticos e militares de destaque ganharam de D. Pedro II títulos, não apenas de posse de terras, mas também de “barões”, formando uma nova aristocracia agrária brasileira. Por tudo isso, as camadas pobres da sociedade brasileira não podiam comprar terras da Coroa e os poucos que conseguiam comprá-las, mal tinham recursos para pagar as taxas devidas para a regularização desse patrimônio.

Desta forma, o país trilhou um caminho de enorme concentração fundiária. Segundo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), pouco mais de um século depois da Lei de Terras, em meados da década de 1960, as propriedades com mais de 1.000 ha representavam 45,1% do total de terras no país, enquanto as pequenas propriedades, apenas 20,4%. Mediante tamanha discrepância, observa Stédile² (1997), grupos/movimentos sociais passam a clamar por justiça na oferta de terras à massa predominantemente preterida do acesso a esse bem, que reivindicam a reforma agrária.

Entre alguns destes grupos/movimentos, podemos mencionar as Ligas Camponesas na região nordeste, pioneiros neste tipo de reivindicação no Brasil na década de 1960; o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL); o Movimento de Luta Pela Terra (MLT); o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs); a Via Campesina e, o mais expressivo e importante entre eles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) criado no ano de 1984. Será este último, o responsável por direcionar e orientar as famílias que ocuparão as terras onde futuramente, após anos vivendo em barracos de lonas de plástico e palha, sustentados por madeiras e bambus, enfrentando o frio noturno, peculiar à zona da mata que a circunda, o sereno, as chuvas, os dias de sol quente e os dias tensos pelas ameaças de despejos e pela intimidação policial e/ou de contratados do fazendeiro, até então proprietário das terras, surgirão os dois assentamentos “Terra da Paz” e “Roseli Nunes”, os dois estudos empíricos da presente pesquisa.

² Stédile é membro da direção Nacional do MST e no livro “Questão Agrária no Brasil” ele faz uma apresentação histórica das origens da concentração fundiária e, em especial na página 22, tendo como fonte dados do IBGE, demonstra em números a dimensão dessa concentração.

Neste contexto, os estudos presentes nesta dissertação consistem na continuação e no aprofundamento dos estudos já realizados por mim quando estudante universitário na graduação de Geografia. Naquela ocasião, entre os anos de 2006 e 2007, abordei a temática “Territorialidade dos Sem terras” em minha monografia. O estudo tinha como objetivos, o acompanhamento dos assentamentos rurais realizados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no município fluminense de Piraí, e a compreensão dos seus respectivos modelos de associações para com o meio urbano, além de suas experiências na tentativa de ofertar outras ressignificações às suas vidas.

No ano de 2004, várias famílias desprovidas de terras, imóveis e bens ocuparam, montando acampamento e fixando-se permanentemente nas terras abandonadas da antiga fazenda da CESBRA (Companhia Estanífera do Brasil) e da Fazenda Aimorés, no município de Piraí – RJ (Rio de Janeiro). Sob orientação e ajuda metodológica da coordenação estadual do MST. Após cerca de seis anos vivendo em “Acampamentos”, a justiça federal e o INCRA concederam as terras às famílias em forma de assentamentos, nos conformes da lei de Reforma Agrária. Quem conheceu as antigas terras das fazendas Aimorés e CESBRA pôde testemunhar bem as transformações advindas da consolidação dos assentamentos. As duas fazendas tiveram o apogeu de suas atividades em séculos passados, a Fazenda Aimorés no século XIX, com a produção de café e cana e a Fazenda CESBRA com a monocultura cafeeira. Depois, com o declínio da cultura cafeeira na década de 1930 em toda região sudeste, tais terras caíram no ostracismo e deixaram de cumprir a função que cumpriram por décadas. Fotos retiradas no início deste século XXI atestam bem o abandono dessas terras. Apenas a Fazenda Aimorés, que mais tarde dará origem ao *Assentamento Terra da Paz*, é que passou a ser área de pastagem de um pequeno número de cabeças de gado, ainda assim, eram muitos hectares/cabeça de gado.

Para esta pesquisa, buscamos compreender como os assentados dos dois assentamentos rurais mencionados anteriormente, desenvolveram mecanismos de escoamento de suas respectivas produções e analisamos os *modus operandi* por eles experimentado. Os assentamentos estão localizados no município de Piraí – RJ e distantes da capital fluminense por 95 km aproximadamente.

Os objetivos deste estudo foram o de evidenciar e de investigar como os assentados teceram diferentes tipos de redes (a de comunicação, solidariedade, transporte, as de conhecimento e informação); como estas redes desenvolveram-se durante o processo evolutivo dos dois assentamentos, tratando também de verificar a circulação no interior das redes quanto à logística do escoamento e à distribuição. Avaliamos também os resultados, bem como as consequências experimentadas não só pelos assentados rurais a partir de então, como também pelas populações dos municípios de Piraí, Barra Mansa, Barra do Piraí, Pinheiral, Niterói, Volta Redonda e Rio de Janeiro no que tange a produção agrícola e suas conexões com tais agricultores. Buscamos também registrar a prática da agroecologia realizada nos dois assentamentos e também as políticas de assistência na escala do poder público municipal (estendendo inclusive para os âmbitos estadual e federal). Como objetivos específicos, demos atenção aos próprios assentados ao investigar as suas trajetórias desde como o interesse em ocupar a terra, suas práticas de organização e de que maneira foram integrados nos processos de ocupação das terras e as atividades que foram sendo realizadas nos assentamentos. Buscou-se também delimitar as origens geográficas dos assentados.

As etapas e a organização do nosso trabalho de pesquisa estão sendo apresentadas ao longo desta dissertação. No Capítulo 1, apresentamos o método e as metodologias aplicadas. Procuramos expor os meios e os critérios conceituais e metodológicos que utilizamos no desenvolvimento da pesquisa, inclusive destacando as entrevistas realizadas nas ocasiões das pesquisas de campo.

No capítulo 2, abordamos algumas das principais contribuições no campo das redes técnicas, dando atenção também à perspectiva das redes no campo da geografia. Em Corrêa (2012) e Dias (2007 e 2018), o desenvolvimento da noção das redes geográficas e das redes técnicas e como estas foram tomando significados, em especial a partir do adensamento da globalização e dos avanços técnico-informacionais. Tais teóricos, além de servirem de base epistemológica para lançarmos um olhar acadêmico a toda complexidade que envolve o tema dos assentamentos rurais, permitiram-nos avaliar melhor as transformações não somente técnicas e de logística no território, mas também as transformações no campo social e no campo político em relação às maneiras de se organizarem, do recurso usado pelo uso da informação e da comunicação e o vínculo com a terra.

Enfim, a forma como operam para fazer com que suas produções cheguem ao destino final em consonância com um determinado uso das redes em suas práticas na apropriação da terra. Ainda neste capítulo, evidenciamos que uma das práticas e ações quanto ao uso da terra dos assentados está associada à economia solidária e à agroecologia.

No capítulo 3, faremos uma apresentação um pouco mais minuciosa da subutilização das terras na área pesquisada e um resgate histórico local, mas antes dessa explanação com recorte pontual, veremos os dados quantitativos apresentados por Oliveira (2008) que nos demonstram um cenário nacional cuja similaridade com os objetos de pesquisa evidenciam que o quadro apresentado não é uma particularidade regional ou fluminense, e sim uma característica que se estende nacionalmente. Neste sentido, a concentração fundiária existente no Brasil servirá de base nesta pesquisa, enquanto cenário agrário/fundiário fluminense, em especial no que compete aos assentamentos de reforma agrária. Serão utilizados os dados do Censo Agropecuário (IBGE,2017) e o do INCRA – RJ atestando o quantitativo de assentados e assentamentos do estado. Apresentaremos as oscilações de populações rural e urbana em Piraí nas últimas décadas e um quadro quantitativo atualizado da distribuição de propriedades rurais separadas por tamanho em hectares.

Por conseguinte, no Capítulo 4, faremos uma breve apresentação quantitativa e pontual dos assentamentos no estado do Rio de Janeiro, para em seguida, focarmos no recorte por nós trabalhado, no caso, o município de Piraí-RJ. Como apontado nos objetivos, fez-se necessário também, averiguar as origens das famílias assentadas que dão “vida” ao local; como se organizou a rede de comunicação entre eles, qual teria sido o grau de organização que, de certa forma, lograria êxito diante tamanha investida tanto na ocupação quanto na apropriação dos assentamentos. Qual a origem geográfica desta população? São do próprio estado do Rio de Janeiro; são migrantes internos? Estas primeiras perguntas nos acompanhavam desde o início da pesquisa. Quais as mudanças verificadas desde os tempos do acampamento, em idos de 2004, até a fase atual, 2023? Quais experiências no campo técnico poderíamos classificar como bem ou malsucedidas do ponto de vista auto gerencial? O que produzem, como produzem e a quem se destina essa produção? Como se articulam as relações entre os assentados

(produtores) e a população urbana (consumidores)? Também fizemos uma apresentação descritiva detalhando os assentamentos pesquisados, como a localização geográfica das áreas. Ainda discorremos sobre processo de desapropriação de ambas as fazendas, CESBRA e Aimorés e, posteriormente, os loteamentos realizados por intermédio do INCRA; loteamentos esses que darão origem às dezenas de propriedades que, juntas formam duas novas comunidades rurais: os assentamentos Roseli Nunes e Terra da Paz. Busca-se aqui uma análise sobre a apropriação do espaço na perspectiva dos assentados e as formas de construção das suas territorialidades e, para isso, usamos os conceitos de espaço dos teóricos Silveira (2006), Harvey (2012) e Hägerstrand (1982) como base. Neste capítulo, em especial, exploramos alguns recortes de entrevistas e bastantes fotografias tiradas ao longo de 19 anos em que este pesquisador buscou registrar em suas visitas e no interesse em acompanhar as transformações que se sucederam. Já ressaltamos que as fotografias nos valeram como importante recurso metodológico. São essas as preocupações elencadas no capítulo 4. Desse modo, procuramos compreender um pouco a vida desses assentados e analisamos os desafios por eles enfrentados ou a enfrentar frente às diferentes demandas e suas complexidades.

No Capítulo 5, retomamos e contextualizamos os estudos das redes através de teóricos como Haesbaert (2000), Gonçalves (2009), Dias (2018), Corrêa (2012) e Marafon (2018) que em seus escritos, procuram o sentido das relações que se estabelecem nos espaços e ou territórios de modo pragmático. Procuramos compreender as ações tomadas pelos assentados que permitiram novos arranjos e autonomia financeira, além do protagonismo nas relações de trabalho/produção e renda. Como as conexões em redes permitiram tirá-los do isolamento, inclusive, fazendo uso dos estudos de Haesbaert (2000), recapitulamos como tal autor categoriza as transformações sociais pelas quais os territórios passam, dando lugar a “novos territórios”.

Além disso, a partir das pesquisas, no capítulo 5 provocamos uma análise reflexiva mais aprofundada de suas implicações sócio espaciais no âmbito da relação cidade-campo e das redes estabelecidas para a fixação territorial dos assentamentos. Atenta-se para o desenvolvimento do trabalho, para os métodos adotados pela população local, para as particularidades dos assentamentos

referentes à produção, para a comunicação com atores urbanos e para o escoamento de suas produções, fundamentais a fim de compreendermos a dinâmica experimentada neste espaço e o funcionamento das conexões entre o campo e a cidade. Como as redes de comunicação e escoamento da produção, entre assentamentos e cidades, surgiram, desenvolveram-se e sustentaram-se? Como estão postos os arranjos que dão liga a esta comunicação e ao deslocamento dos atores envolvidos e suas respectivas produções? Teremos a oportunidade de conhecer melhor as experiências vivenciadas e experimentadas na prática por diversos assentados e testemunhar as transformações socioespaciais *in locus*. Averiguamos a que ponto as conexões construídas entre assentamentos rurais e zonas urbanas condizem com as metodologias e importâncias observadas pelos teóricos que se dedicaram a pesquisar o assunto, de quais instrumentos de tecnologia social esses trabalhadores lançaram mão, de que modo o fazem na prática e como a prática da agroecologia desenvolve-se e faz-se presente em suas realidades. Usamos também os estudos de Marafon (2019) para compreender e conhecer melhor as relações atuais entre campo-cidade, rural-urbano, bem como algumas características novas que desmistificam a imagem difundida pelo senso comum, de uma zona rural atrelada ao atraso se comparada ao urbano.

Nas considerações finais, concluiremos avaliando a eficácia ou ineficácia das redes geográficas e sociais, em especial no referente à comunicação e ao escoamento da produção que ligam os assentamentos rurais a centros urbanos, revelando um diagnóstico que evidencia a problemática das atividades desenvolvidas pelos moradores que trabalham em suas próprias terras, observando até que ponto as suas experiências podem servir de exemplo a outros assentamentos ou coletivos, bem como os possíveis ganhos que determinadas populações urbanas podem obter. Verificamos até que ponto os assentados são capazes de gerir com autonomia seus trabalhos e apontamos possibilidades no sentido de aprimorar a inserção de outros assentados da reforma agrária, tanto no mercado produtor/comercial, como no mercado consumidor.

CAPÍTULO 1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos, no presente trabalho consideramos primeiro buscar uma abordagem conceitual da noção de redes, baseados no campo teórico da Geografia para, em seguida, apresentarmos um breve panorama sobre a questão fundiária nacional, visto que a origem das localidades tratadas nesta pesquisa, perpassa tanto pela questão da luta pela terra no Brasil quanto na escala fluminense, como apontado na introdução. Adotamos uma abordagem de métodos mistos, isto porque ora adotamos os métodos qualitativos, como no caso das entrevistas colhidas nas pesquisas de campo, ora fizemos uso dos métodos quantitativos, como no caso dos dados obtidos através de órgãos oficiais.

Como forma de aprofundamento à temática, pesquisamos obras e publicações que retratam a questão fundiária no Brasil e documentos do INCRA e da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) RJ, que possibilitam apresentarmos dados quantitativos de assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. Através do levantamento bibliográfico, usamos dados censitários de População do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e da distribuição fundiária nacional. Na abordagem quantitativa, procuramos categorizar grandezas de áreas por hectares, aplicando dados percentuais para tratar as relações terras/proprietários, assim como para comparar o histórico de população urbana x rural nas esferas federal, estadual (Rio de Janeiro) e municipal (Piraí – RJ) e a evolução dos latifúndios, das médias e pequenas propriedades rurais em âmbito nacional.

Apresentamos material do período estudado, resultante da coleta e sistematização de dados que obtivemos por meio de levantamentos, realizados ao longo da pesquisa de campo, após o exame de qualificação, junto a órgãos como a EMATER, INCRA, IBGE e SMA (Secretaria Municipal de Agricultura) – Piraí, inclusive destacando os históricos de subsídios assistidos por esses e seus possíveis resultados. Procuramos ter acesso ao plano de desenvolvimento do assentamento - PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) elaborado no

ano de 2010, documento exigido pelo INCRA, bem como aos dados dos três últimos Censos agropecuários organizados pelo IBGE nos anos de 1996 (antes do surgimento dos assentamentos), de 2006 (início da ocupação das terras) e 2017 (já maturado o processo de assentamento rural), possibilitando assim fazermos um comparativo de quadros e os documentos e levantamentos mais recentes a 2020, realizados pela SMA – Piraí e EMATER que revelem informações acerca das atividades desenvolvidas e de áreas ativas na produção. Procuramos fazer uma pesquisa de natureza empírica-investigativa que trabalhasse tais conteúdos de maneira crítica e que viesse averiguar as questões burocráticas e suas eficiências e ineficiências nessas relações.

Em campo, procuramos seguir uma abordagem qualitativa, fazendo levantamento empírico das informações locais, através das observações do próprio pesquisador em visitas de campo, além da realização de entrevistas com os atores envolvidos, assentados ou não, integrantes da complexa rede social que se espalha pelo recorte espacial em questão, com um componente da diretoria do MST e com um técnico agrícola da EMATER-Piraí o qual nos trouxe dados técnicos dos assentamentos. Lançamos uso também de registros fotográficos, apoiado por Gomes (2017) que indaga como a produção de imagens no estudo da Geografia, pode dar visibilidade para o objeto de estudo, a ponto de cumprir um papel pedagógico junto ao conhecimento que se pretende passar e/ou materializar o que vem sendo teorizado por escrito. Pautado isso, fizemos questão de lançar uso deste recurso explorando imagens fotográficas desde o período em que as áreas eram ainda acampamento, antes de 2010, até o “pós-desapropriação”. Embora a desapropriação por vias jurídicas das duas fazendas tenha ocorrido entre novembro de 2006 e março de 2007, apenas em meados de 2010 o processo foi findado – houve recurso que chegou ao STF (Supremo Tribunal Federal) - e o INCRA loteou as terras entre os assentados. Assim, esse período abrange o início dos assentamentos e o seu desenvolvimento. Cabe informar que, antes mesmo desta dissertação, já possuíamos um arquivo de fotos, visto que desde 2004, a cada ano, sempre um sábado antes do Natal, participo de uma comemoração natalina com os moradores dos dois assentamentos, por conta de uma ação social chamada “Natal solidário”. Junto a este material, fazemos uso de imagens de satélite e de alguns mapas cartográficos a fim de delimitar as áreas pesquisadas.

Assim, pudemos avaliar como se aplica a dinâmica de redes em atividades praticadas pelos assentados rurais de dois territórios formados a partir de políticas de reforma agrária, partindo de uma observação empírica que buscasse averiguar a eficácia – ou não – do modelo experimentado na prática pelo grupo estudado. Colocamos a hipótese de como o uso e apropriação das redes técnicas de comunicação e transporte possibilitam aos agricultores familiares conexões e proporcionam autonomia administrativa em relação ao seu trabalho/produção.

Partimos do princípio que, ao investigar a complexidade presente em todo o processo de ocupação e territorialização de um determinado espaço, antes entregue à inércia e à indiferença, possamos perceber como se deu o desenvolvimento, por parte dos assentados, de uma dinâmica que vitalizou, pujantemente a terra, através da organização e da ação, fazendo jus ao conceito de terra como função social.

1.1 A experiência de aproximação do pesquisador no período pré-pesquisa

Em 2004, quando ainda cursava o primeiro ano de graduação em Geografia, despertou-me o interesse em entender o que desejavam e se existia alguma orientação naquele grupo de pessoas que ocuparam as terras, às margens de uma rodovia federal (BR-393) em um município vizinho, Barra do Piraí - RJ, ao meu município de origem, Volta Redonda – RJ. Este grupo de pessoas havia fincado uma bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) na área ocupada, algo que, até então, só havia visto pela televisão ou jornais, nunca havia tido a oportunidade de estabelecer um contato ou qualquer tipo de aproximação com o MST. À época, este pesquisador fazia o curso de Geografia no turno da noite e de dia, trabalhava como taxista em Volta Redonda. Certa vez, retornando de uma viagem a trabalho de Juiz de Fora (MG), parei o táxi no acostamento da rodovia, que liga Cachoeiro de Itapemirim (ES) a Barra Mansa (RJ), na altura do município de Barra do Piraí e pedi licença para adentrar na área que se encontrava precariamente organizada pelos ocupantes. Apresentei-me como estudante de Geografia e pedi que me contassem um pouco sobre aquela ocupação. Disseram-me que ali estavam provisoriamente, que lutariam por terra em algum outro lugar, não muito distante; no entanto, preferiram a cautela em não divulgar o exato lugar previsto. Explicaram-me

serem pessoas com poucos recursos financeiros e materiais, que não pretendiam continuar sofrendo na periferia das cidades. Meses mais tarde, dei-me conta que o grupo não mais se encontrava às margens da rodovia BR 393. Algumas Semanas depois soube, por meio de um vigia/porteiro do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), campus Pinheiral, que aquele grupo estava acampado em fazendas antigas de Piraí onde era possível chegar pelas terras do município de Pinheiral (sem necessidade de pegar a rodovia presidente Dutra). Diante de meu interesse, o senhor porteiro dispôs-se a marcar um dia para que ele me levasse até a ocupação. Dizia ele que aproveitaria para também visitá-los, pois conhecera os ocupantes das terras em cavalgadas com amigos e que se identificou muito com eles, achando-os “muito legais” e “gente boa”. Assim marcamos e, de fato, ele me levou até a ocupação “Terra da Paz” dias depois. Lá chegando, conheci o coordenador da ocupação, o senhor Otacilio³, membro estadual do MST-RJ e filiado ao PT (Partido dos Trabalhadores) de Barra Mansa, cerca de 35 km de Piraí, ambos municípios fluminenses. O Sr. Otacílio³ apresentou-me e a outros membros, explicando-me sobre a divisão de responsabilidades entre os assentados, como os revezamentos na cozinha coletiva (Figura 1 – p.28), sempre com casais, a organização da vigília da área.

Isto foi em meados de 2004, diante da tamanha carência que pude testemunhar, em dezembro voltei com um amigo do curso de Geografia para doarmos roupas e brinquedos usados. Dali em diante, passei a interessar-me pelo modelo de apropriação do espaço, bem como pela organização comunitária desenvolvida por eles em diversas atividades como limpeza da área, revezamentos na cozinha comunitária e na vigilância noturna, atividades sempre realizadas por homens e mulheres, de preferência casais. Eu assistia a um processo de reterritorialização que Haesbaert (2000), dentro de uma perspectiva materialista aborda em seus estudos, até mesmo porque, quando tratamos de análise do território, fica difícil desassociá-lo do espaço físico. Se por um lado, Haesbaert

³ O Sr. Otacílio acabou desistindo da vida no assentamento e voltou a residir em Barra Mansa, entre os anos de 2011 e 2012. Perdemos o contato com ele. No início desta pesquisa, em 2021, conseguimos um contato por telefone de seu filho, na tentativa de conseguirmos uma entrevista. No entanto, o mesmo relatou que o pai vinha, a um longo período, enfrentando problemas de saúde e que inclusive desenvolvera o mal de Alzheimer. Desculpando-se nos pediu que desistíssemos da ideia de entrevista-lo e que compreendêssemos a sua limitação. O mesmo faleceu em 2022.

(2000) chama atenção para o quão comum é assistirmos o grande capital desterritorializar por completo os territórios, sobrepondo-se aos interesses e às identidades afetivas da população local, aqui, neste caso observamos um movimento sim de desterritorialização onde terras que outrora serviram ao capital, porém ociosas na ocasião, ganharam uma nova ressignificação, um novo caráter, enfim, novas territorialidades.

Figura 1 - Cozinha Acampamento Terra da Paz



Cozinha comunitária do Acampamento Terra da Paz – 2005 – Acervo pessoal do autor

Desde 2004, não houve um ano sequer que eu tenha deixado de visitar os assentados. A cada visita, a cada conversa com a população local, a cada deslocamento pelas terras e a cada observação das áreas, ficavam nítidas as transformações que se sucediam e eu bem podia testemunhar.

Assim, ao pensar em um projeto de dissertação de mestrado sobre este processo de ocupação e apropriação, planejamos entender desde as formas de cultivo e produção nos dois assentamentos até a distribuição e comercialização dos produtos. Por isso, buscamos verificar o tipo de relação entre os assentamentos rurais e as áreas urbanas, último destino da produção agrícola dos assentamentos. Para tal, organizamos um cronograma para as pesquisas empíricas, uma agenda de

acompanhamento desta rotina, de fluidez das informações e da produção - assentamento-cidade – na prática, acompanhando desde a separação das mercadorias, os deslocamentos para diferentes destinos, até os locais de comercialização, observando tanto os assentados como os urbanos que estabeleceram parcerias nas ações de logística e comércio, ou mesmo como consumidores finais. Através das pesquisas de campo, foi possível testemunhar os diferentes fluxos presentes nas redes de comunicação, de apoio e social, divulgando as mercadorias, os pedidos, as datas e horários de entregas, bem como toda a logística que viabiliza a chegada da produção desses trabalhadores assentados aos seus destinos finais.

Desta forma, procuramos desvendar as nuances que envolvem e dão vitalidade a toda cadeia que compreende desde a materialização do espaço geográfico, o uso destes espaços, a produção, o seu transporte e a comercialização final. Para isso, foi preciso uma prática sistêmica de pesquisa de campo, não apenas com entrevistas com os principais atores envolvidos, mas acompanhando também o cotidiano do trabalho de alguns assentados, anotando seus métodos de comunicação, de se organizarem e de comercializarem a produção para os diferentes centros urbanos. Afim de traçarmos um perfil da população local e suas particularidades, conseguimos entrevistar 42 famílias das 73 famílias assentadas, algumas dessas famílias, representadas por jovens adultos que na época da ocupação das terras, eram adolescentes ou crianças, nos preocupamos em averiguar os municípios de origem, a maneira a cada qual destina/escoa seus excedentes agrícolas, bem como se comunicam com sua clientela, como avaliam a assistência do poder público para com eles, o que produzem e para onde enviam. Embora em nossas entrevistas não fosse tão difícil ser recebido na propriedade assentada por um ou uma jovem adulta, a maior parte dos assentados entrevistados orbitam na faixa etária entre 45 e 65 anos, pessoas estas que na época da organização do acampamento tinham idade aproximada entre 25 e 45. Das 42 entrevistas realizadas, 20 delas foram respondidas pelo casal, 13 só pelo homem e 9 só pela mulher.

CAPÍTULO 2 – CONCEITUAÇÃO: HERMENÊUTICA DO TERMO REDES NA GEOGRAFIA

O conceito de redes, bem como as análises acerca de sua práxis, vêm sendo muito discutidos, fundamentados e vêm adquirindo variações diversas em distintos campos das ciências, em especial nos campos da informática, telecomunicações e da geografia. Vamos nos ater à sua semântica numa perspectiva do campo das ciências humanas.

Iniciemos com Dias (2007): essa autora faz uma recapitulação de como a ideia de rede foi utilizada no século V – A.C. na medicina de Hipócrates para explicar o mecanismo de fluidez do organismo humano. O exemplo, na ocasião, muito servia para definir a essencialidade das conexões que compunham as partes, de tal modo que o conjunto vinha a expressar uma vitalidade que, se analisada friamente, parecia ser um só sistema em operação quando na verdade de sua essência, o todo é uma revelação das partes em um arranjo conexo. Será através do francês, Conde de Saint-Simon, na segunda metade do século XVIII, que o conceito de rede irá “saltar” para fora do organismo humano e ganhar conotação nas Ciências Humanas. Mas ainda assim, fazendo alusão ao organismo humano, com suas veias, vasos sanguíneos e seus fluidos no aparelho circulatório que sustentam a vitalidade humana através do corpo/matéria, é que Saint-Simon ousou fazer um paralelo com o território francês e projetar, em relação a todo o sistema de circulação de mercadorias, pessoas, matérias primas e capitais locais, um meio que permitisse melhorar a integração nacional, em especial as áreas e populações, até então mais afastadas e mais preteridas neste processo.

Segundo Dias, no século XIX Chevalier (2007) já classificava o desenvolvimento de redes como uma espécie de revolução política.

Melhorar a comunicação é trabalhar para a liberdade real, positiva e prática[...] é produzir a igualdade e a democracia. Os meios de transportes aperfeiçoados têm como efeito a redução das distâncias não apenas de um ponto a outro,mas também de uma classe a outra. (DIAS, *apud* CHEVALIER, 2007, p.17)

Neste pressuposto, a transformação social poderia advir da rede técnica e essa faz-se bem útil para começarmos a compreender a noção de redes com as quais trabalharemos. Na teoria, a definição conceitual de rede por Saint-Simon, analisada por Dias (2007), trazia consigo uma fragilidade que com o tempo desfaleceu-se e, com seus seguidores, o sansimonismo toma um rumo diferente, no qual seriam as inovações técnicas e racionalidades tecnocráticas que produziriam as redes que, por sua vez, seria a própria materialização da transformação social, ao invés de mero instrumento para tal fim.

Trazendo este debate para o início do século XXI, Dias (2007) contrapõe a ideia de redes segundo Castells (1999). Este classifica as redes como um novo elemento de poder com o crescimento exponencial das técnicas reticulares, principalmente as redes de comunicação, como a internet, essas passam a formar uma morfologia social diferente, modificando substancialmente os resultados dos processos produtivos, da operação das atividades, a cultura e as estruturas de poder. Ainda, de acordo com Castells, estabelece-se um novo paradigma onde teremos a tecnologia da informação alimentando toda a estrutura social, sugerindo uma ordem social menos centralizada, sem hierarquia, autônoma, dinâmica, horizontalizada nas suas relações, enfim, mais democrática devido ao alto grau de independência operacional de seus membros. Enquanto Dias aponta para as disputas e conflitos de interesses existentes na construção das redes, muitas vezes atendendo interesses de grupos hegemônicos, Castells acaba por ignorar que os avanços tecnológicos e organizacionais das mais diversificadas redes não contemplam todos democraticamente e, pior, são autorregulados no seu processo por indivíduos, instituições ou grupos seletos.

No entanto, a imagem de redes apresentada por Castells é refutada de modo consistente por alguns outros autores. Para Randolph (2000), em sua resenha sobre o livro "Sociedade em Redes", da autoria de Castells, a análise deste soa um tanto conservadora ao ater-se à ideia de que as evoluções tecnológicas e sociais, com suas devidas mutações, sustentariam "apenas" um modelo novo, alimentado por uma base material, do mesmo tipo: uma meta-rede tornar-se-ia hegemônica, conduzindo e moldando a estrutura social como um todo. Randolph não foi o único a questionar a morfogênese de redes apresentada por Castells. Jean-Marc Offner e Milton Santos* são outros dois autores, citados por Dias (2007), que igualmente o

fazem. Offner chama a atenção sobre como Castells parece desconsiderar aspectos institucionais reguladores dos serviços públicos que regem a essência do funcionamento das redes, dando vida a um determinismo tecnológico que outrora, procurava meios de combatê-lo.

Exemplificando a economia cafeeira do início do século XX, Dias (2000) fala do impacto que a formação de redes expressa a partir dos interesses da classe burguesa quando, na ocasião, o Estado implantou um sistema de rede ferroviária que atendesse aos interesses de uma classe, a emergente burguesia cafeeira exportadora paulista, integrando as áreas de grandes plantações de café com a área portuária na Baixada Santista, influenciando inclusive toda a organização espacial que se expandia no interior no estado de São Paulo. A partir desse exemplo clássico, a autora lembra que Raffestin destaca como podemos perceber uma ilustração de como as redes se tornam “(...) instrumentos, por excelência, usados para manutenção do poder” (2000, p.147), embora também possam servir para libertar e cooptar.

Todavia, será nos escritos de Milton Santos⁴ e, em especial, de Dias que veremos a análise das redes avançar em sintonia com os novos tempos. Santos (1996), em suas análises, disserta sobre como existe na contemporaneidade uma incessante busca por fluidez e revela que essa busca, conseqüentemente, torna-se motor das inovações técnicas e de instrumentos. Santos não ignora o conjunto das ações tomadas pelos agentes sociais envolvidos, delegando-os a segundo plano e supervalorizando os avanços tecnológicos, pelo contrário, coloca as decisões e ações humanas no cerne da discussão, evidenciando como o comportamento antrópico possibilita a funcionalidade e o crescimento das redes.

A lógica das redes flui graças a seus atores que dão dinamismo, gerenciam e administram-nas, paralelo à lógica dos territórios que funcionam como uma espécie de “arena” de oposição entre as regras do mercado versus a sociedade civil. Enquanto esta é horizontal e inclusiva, é preciso leva em conta todos os atores sociais, aquela é verticalizada e impositora de padrões. Enquanto o mercado padroniza e cria sua cartilha, a sociedade civil generaliza e subverte no sentido de se evitar um isolamento ou uma exclusão à ordem.

⁴ Milton Santos: o autor é uma referência no Brasil, sobre os estudos voltados para os avanços da técnica e do território.

Para avançarmos para além de uma visão determinista da técnica, até mesmo porque a relação “rede-território” é bem mais complexa do que definições deterministas, é essencial um esforço coletivo que submeta tal problemática às análises no campo teórico heurístico como Santos (1996 e 2008) e Dias (200 e 2007) o fazem quando tratam do desenvolvimento, bem como da conceituação de redes na sociedade contemporânea. A mundialização na integração de povos e países teve uma crescente ao final da década de 1990 e foi aumentando nas duas décadas subsequentes, no século XXI. A intensificação de toda ordem de fluxos coloca os sentidos de redes em evidência. Os avanços no campo tecnológico propiciam condições favoráveis para que ocorra maior interatividade, aproximação, diferentes modos de trocas (saberes, cultura, informações, mercadorias, profissionais, experiências, dinheiro) entre indivíduos, povos e Estados Nacionais. É um momento histórico onde os fluxos instrumentalizam-se rapidamente a fim de criar condições propícias para que o capital explore novas potencialidades e novos mercados.

Será neste contexto que o avanço das redes técnicas materializar-se-á. Dias (2007) chama atenção para o fato de que a noção de redes, nas ciências humanas, volta-se para dar um sentido de organização social de instituições, de pessoas e fluxos transnacionais; mas são sobretudo, as redes técnicas que apresentarão um excepcional desenvolvimento, principalmente as redes de transportes e telecomunicações, provocando um forte debate acerca de como o desenvolvimento dessas criaram condições de estruturar os territórios, como não visto anteriormente. Retomando a Castells (1999), conhecimento, informação e avanço tecnológico sempre foram os fios condutores da evolução econômica e de sua ampliação de alternativas ao mercado final. A tecnologia oferece paulatinamente formas e caminhos que reinventam as relações sociais e comerciais, criam novas conexões e/ou substituem formas que, com o tempo, vão perdendo eficácia.

Já para Santos (1996, p.158), esses espaços mecanizados “são *locus* de ações superiores (...) com instrumentos que já não são prolongamento do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses”. Os fluxos de informações tornaram-se demasiadamente voláteis diante tamanhas inovações no campo das comunicações. As redes, ao final do século XX e início do século XXI, contemplavam setores da macroeconomia, revelando um momento em que

testemunhamos a naturalização da formação de conglomerados, como a formação de trustes e a popularização de holdings no mercado. Só para efeito ilustrativo, citamos o caso das redes de hipermercados no Brasil, que segundo Harb (2005) teve um espetacular crescimento no mercado, com um crescimento superior a 300% entre as décadas de 1990 a 2000. Em contrapartida, setores da microeconomia viram-se sufocados e diminuídos na capacidade de coexistir com essas grandes redes varejistas. Desta maneira, a fim de não serem “apagados”, alguns atores de menor expressão econômica, ao depararem-se com essa lógica monopolista e concentrada no raio das grandes corporações, quando não, refém dessas, viram-se obrigados a organizarem suas próprias redes, lançando mão de usar novas técnicas e meios de comunicação, a fim de articularem-se, com o propósito de inserirem-se na economia interna de alguns espaços urbanos. É o que Santos (2000) observou ao fazer alusão a “arenas de disputas” entre o mercado que singulariza e exclui, contra setores e/ou segmentos da sociedade que necessitam pluralização e inclusão.

Atualmente, podemos afirmar que distintos grupos sociais, hegemônicos e contra hegemônicos, constroem também pontos de ligação e conexões que estabelecem arranjos nas relações econômicas e sociais. Ressalva ainda o autor (Santos 2000), que na década de 1990, essas inovações técnico-informacionais e científicas contemplavam quase que exclusivamente os países desenvolvidos e as principais transnacionais, mas (aqui cabe uma observação de nossa parte) sabemos que no decorrer das duas primeiras décadas do século XXI, tais transformações também passaram a ser experienciadas por diferentes nações, povos, comunidades e profissionais. O próprio Santos (1996) chama atenção sobre como alguns lugares outrora “opacos”, sem luz, desprovidos dos avanços científicos, passam a participar desta revolução científica informacional, fazendo uso também dos instrumentos e técnicas inovadoras.

Antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e mais carregados de artifício. Esse mundo artificial inclui, hoje, o mundo rural. (SANTOS, p.160. 1996)

Essas conexões instrumentalizadas, que outrora não abarcavam certas áreas, possibilitarão uma materialização das mudanças técnicas no processo produtivo, no

escoamento da produção, nas transformações espaciais e na comunicação com sua clientela urbana. Chamaremos essas conexões de redes. Diferenciadas redes: redes de logística, redes de comunicação, redes de ajuda, redes de fornecedores e de compradores, enfim, redes as quais possibilitarão a inserção de países periféricos, cidades não metrópoles”, cidades médias e pequenas, comunidades socialmente carentes, zonas rurais, cooperativas e associações diversas, na esteira da globalização. E na essência disso, estarão as pessoas: trabalhadores, estudantes, empresários, especuladores, em suma, toda a população, salvo algumas exceções, vai usufruir e experimentar transformações que trarão inovações no modo de fazer contato, trocar informações e notícias, de vender/comprar, de locomover-se, de investir, de mostrar-se, de relacionar-se, de existir. Afinal, “a rede é, como qualquer outra invenção humana, uma construção social” (DIAS 2007). Um processo construído por agentes sociais, instituições ou organizações das mais variadas espécies, que revelam escalas nem sempre bem definidas, aliás, comumente bem mais desenhadas e redesenhadas no processo do que limitadas. Segundo Latour “jamais seremos capazes de ultrapassar o limes misterioso que deveria separar o local, do global” (1994, p.119). O que ocorre, em nossa maneira de compreender as redes neste contexto, é que vivenciamos um momento em que as redes técnicas e de logística, seja no âmbito local (micro) ou global (macro) têm similaridades no seu modo de ação. Um assentado rural utiliza o sinal de internet e um aplicativo de aparelho celular para dar conta de escoar sua produção para áreas adjacentes, assim como um ruralista do agronegócio faz uso dos avanços tecnológicos similares para exportar sua produção para outro país, outro continente, guardadas as distintas metodologias, é claro.

Vivenciamos um período exponencial de uma evolução cimentada na tríade “técnica – informação – ciências”. A constituição das redes (e aqui nos referimos às redes de comunicação e logística), esquematizada entre os próprios assentados e os núcleos urbanos, oportunizarão novas relações sociais, tratando de colocar alguns indivíduos no cenário econômico local (antes fora, à mercê das novidades tecnológicas e dos mecanismos facilitadores que ofereceriam inclusão e participação na economia de mercado). Consumidores de municípios próximos passam a ter acesso a mercadorias que antes não eram disponibilizadas ou, quando o eram, por

preços elevados, tudo isso graças, em parte, à organização desses assentados e de suas iniciativas de subverterem a tecnologia a seu favor.

No referente aos assentados organizados, estes se apoderarão de alguns dos mecanismos facilitadores e se reinventarão como membros de um sistema que invariavelmente provoca concorrência desleal e conspirações oligopolistas. Em nosso objeto de estudo, veremos como essas redes de comunicação e logística dos assentados interligarão pequenos produtores rurais à cidade e ao mercado, criando sustentação e promovendo uma alternativa de evitarem o ostracismo existencial, também fazendo uso de inovações tecnológicas que, em muitos casos, são seletivas e pouco contemplam determinados setores sociais, um período que Santos classifica como Revolução Técnico-Científico-Informacional e pondera:

Como em todas as épocas, o novo não é difundido de maneira generalizada e total. Mas, os objetos técnico-informacionais conhecem uma difusão mais generalizada e mais rápida do que as precedentes famílias de objetos. Por outro lado, sua presença, ainda que pontual, marca a totalidade do espaço. É por isso que estamos considerando o espaço geográfico do mundo atual como um meio técnico-científico-informacional (...). Quanto mais "tecnicamente" contemporâneos são os objetos, mais eles se subordinam às lógicas globais. Agora, torna-se mais nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos. (SANTOS, p.160-161.1996)

Assim, avaliemos o meio rural brasileiro: já em meados da década de 1970, grandes produtores rurais, latifundiários, inseridos no comércio de commodities internacional, tinham maquinário moderno (similar aos encontrados em grandes propriedades da Europa e Estados Unidos), rede de comunicação via telefonia com atores globais centrais no específico mercado e uma rede necessária que viabilizasse toda a logística do centro de produção até o destino final. Dando um salto para a década de 2010, observa-se que vários médios e pequenos produtores rurais têm acesso a informações técnicas acerca de suas atividades, às redes de comunicação tecnológica com fornecedores e clientes e uma rede de logística, senão boa, ao menos razoável. Embora, nessa escala temporal, os grandes proprietários estejam em um patamar muito superior neste conjunto de fatores, dispondo de bem mais recursos e aparato tecnológico, outras terras rurais menos inseridas na racionalização da macroeconomia, também vão se imbuindo dessas inovações tecnológicas. Fortes, Marafon e Seabra (2018, p.155-157) destacam essa

reordenação ocorrida no campo, que aos poucos vai desconstruindo a ideia de que o rural seria o retrato do atraso ou um símbolo de sociedade rudimentar, uma imagem muito alimentada principalmente pela falta de estrutura e descapitalização do campesinato, em especial nos países subdesenvolvidos.

2.1 - As redes técnicas, redes sociais e as redes geográficas

Ampliando a hermenêutica das redes, levemos em consideração agora, três tipos de redes diferentes, mas que se conectam e, na prática, torna-se difícil desassociá-los. Essa conjunção auxilia-nos a descrever as redes desenvolvidas pelos assentados/assentamentos rurais de Pirai – RJ.

As redes técnicas são aquelas que, instrumentalizadas por elementos físicos, tecnológicos e palpáveis, possibilitarão a fluidez das mercadorias e das informações e permitirão o contato, a comunicação e o deslocamento com ou até outras partes-membros desta malha. Corrêa (2012) assinala que “dotar o espaço de fluidez significa imputar-lhe as técnicas mais avançadas de circulação da informação, de produtos e de pessoas para torná-lo o mais poroso possível” (p.140). As redes de internet, telefonia e transportes que atendem às populações de ambos os assentamentos, que tornam possível a comunicação regular com seus clientes e pontos de apoios, como observamos com o SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação) e a direção do MST, assim como as vias e os meios de locomoção deles e de suas produções, servem como exemplos da funcionalidade das redes técnicas, essenciais para o exercício de suas potencialidades.

As redes sociais configuram-se em virtude das relações e interações sociais e são como um cordão de contatos e conexões materializado nas ações efetivadas entre os membros de um ou mais grupos sociais. Segundo Corrêa (2012)

“As redes geográficas são redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida. As redes sociais são historicamente contextualizadas, portanto, mutáveis, das quais são exemplos a rede de parentesco, englobando os membros de uma grande família, ou a de um grupo de pessoas que se organizam em torno de um interesse comum” (p.201)

Esses arranjos sociais foi o que encontramos nos assentamentos pesquisados: relação sólida entre diferentes pessoas, com diferentes funções e posições nas redes, ou seja, existe apoio solidário entre o grupo, como a prática de escambo entre algumas famílias e o uso de um sistema de comunicação com a clientela externa centralizado que, após receber os pedidos, faz a divisão do quantitativo encomendado, de modo igual aos assentados (um grupo relativamente pequeno) organizados em um coletivo. Portanto, temos uma rede técnica a serviço de uma rede de comunicação que liga consumidores/clientes a produtores/assentados e uma rede escoamento de produção, que abarca diferentes modos de transportar e diferentes trajetos e estradas que vão materializar a fluidez dessas redes, que irão conectar diferentes lugares através dessas relações pessoais.

Os assentamentos, “Roseli Nunes” e “Terra da Paz”, objetos de investigação deste trabalho, precisaram articular redes de contatos e de logística que possibilitaram a viabilidade e a manutenção de suas empreitadas desde a origem, quando ainda se organizavam em acampamentos, ocupando as terras onde futuramente consolidariam os seus respectivos territórios, até o processo de expansão de suas atividades em direção à zona urbana. Será esse novo arranjo a condicionante fundamental que possibilitará, mais adiante, a relação com o mercado consumidor na cidade, com diferentes esferas do poder público e com instituições.

Portanto, nesta perspectiva, o embasamento teórico reunido neste estudo, tem a finalidade de compreender as mudanças realizadas e avaliar as inquietações aqui elencadas, sob uma ótica geográfica. Logo, não importa apenas o andamento das políticas de assentamentos de reforma agrária e sua execução, mas principalmente suas implicações práticas no uso da terra e nas transformações sócio espaciais locais e adjacentes. E neste caso, o que assistimos é uma reinvenção no exercício de poder nos dois territórios pesquisados, onde parte considerável desses assentados buscou, de maneiras diferentes, relações com seus clientes/consumidores, alguns mantendo suas antigas redes de contatos, outros criando novas alternativas, novas redes, inclusive fazendo uso de métodos modernos, como via site e/ou *whatsapp*, uma espécie de resistência contra hegemônica da parte desses assentados. O que pudemos testemunhar foram pequenos agricultores familiares encontrando meios de eles próprios, contatarem

seus clientes, darem conta de escoar e transportar suas produções, e fazê-las chegar ao público urbano. Em um mundo onde, cada vez mais, torna-se difícil a manutenção de autonomia plena no exercício de controle e poder nos territórios dos mais diferentes grupos sociais, como observa Haesbaert, uma população submetida à precariedade na sua condição de cidadão, desterritorializada na sua essência e que vai em busca de uma reterritorialização. Esta realidade será melhor tratada no capítulo 4, especialmente na seção 4.3.

Entretanto, ampliamos nossa análise para as redes geográficas fundamentadas por Corrêa, segundo este autor, a “rede geográfica” consiste em “um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações” (Corrêa, p. 107, 1997), logo, os elementos técnicos presentes, somados às ações antrópicas que fluirão numa espacialidade definida, formarão um conjunto de fatores que, articulados entre si, materializarão as chamadas redes geográficas. São essas articulações de lugares, representadas por seus habitantes, ligadas entre si por meio dos fluxos e suas respectivas vias físicas que ilustram bem as redes geográficas.

“As formas espaciais (como as redes geográficas) são o resultado de complexas relações entre estrutura, processo e função, constituindo, as quatro categorias, uma unidade indissociável, conforme argumenta Milton Santos. Mas são também meio e condição de reprodução, atuando sobre a estrutura, o processo e a função. Nessa articulação, a forma espacial, como uma rede geográfica, é dotada de funcionalidade, expressa em seu conteúdo e seu arranjo espacial, os quais denotam as características da estrutura social e de seu movimento. É nesse sentido que se torna importante o estudo das redes geográficas, enquanto formas espaciais”. (CORRÊA, p.206-2012)

Desse modo, concordando e destacando Corrêa, numa análise conceitual, seria equivocado dar uma importância secundária a essa essencialidade espacial presente na funcionalidade das redes geográficas. O espaço é fundamental e crucial na vitalidade das redes geográficas.

Corrêa tratou de dividir em três dimensões básicas de análises a funcionalidade das redes geográficas: a organizacional, a temporal e a espacial que são independentes entre si e cada uma delas inclui temas pertinentes para análises específicas. O que apresentam em comum é que possuem (cada uma delas) uma estrutura interna, e são portadoras de conteúdo de uma dimensão temporal e

espacial. A sua configuração e organização, a delimitação temporal e espacial, são os elementos constitutivos de uma rede geográfica, assim sendo:

1) Organizacional – quem a impulsiona? Estado, empresa, associação, grupo de amigos religiosos? Onde atende (confluência final)? O que flui? Qual o seu propósito e sua finalidade? Surgiu de modo natural ou foi planejada/ provocada?

2) Temporal – é permanente ou sazonal? Funcionou por certo tempo e deixou de existir? Sua operação/materialização é instantânea ou lenta?

3) Espacial - sua escala: Local, regional, nacional ou internacional? E suas conexões espaciais. Atenta-se também para o seu formato: ocorre num espaço geográfico delimitado, dendrítico, em circuito ou outro formato?

Cada rede geográfica terá sua funcionalidade específica e uma espacialidade que de modo algum, frisa Corrêa, deve ser relegada a segundo plano. Sua dimensão espacial é o próprio organismo deste corpo físico ativo.

Entendemos que quando Corrêa insiste em valorizar e chamar a atenção às formas espaciais, sem deixar de criticar àqueles que colocam tais formas sob uma ótica de segundo plano, faz um esforço para que possamos analisar essas espacialidades com “paisagens refuncionalizadas” recebendo novas funções, mas sem deixar de ter uma essência-matriz que remete a um arranjo temporal anterior. As interações entre localidades, dão-se por meio das espacialidades. As redes urbanas, por excelência, rede geográfica, apresentam uma gama de relações que, a cada tempo, renovam-se ao receberem novos elementos.

Com a progressão do capitalismo, novas demandas surgiram exigindo novas conexões e novos fluídos. Rapidamente, ocorrerá uma ampliação da composição da malha dessas redes geográficas, cuja escala abrangerá horizontes cada vez maiores com o passar do tempo, portanto, não se trata de um fenômeno anacrônico, as redes geográficas podem expressar, de modo sincrônico, uma temporalidade concomitantemente com sua espacialidade. Vejamos outro exemplo de concepção de rede geográfica apontado pelo mesmo autor

“Por rede geográfica entendemos “um conjunto de localizações geográficas interconectadas” entre si “por um certo número de ligações”. Este conjunto pode ser constituído tanto por uma sede de cooperativa de produtores rurais e as fazendas a ela associadas, como pelas ligações materiais e imateriais que conectam a sede de uma grande empresa, seu centro de pesquisa e desenvolvimento, suas fabricas, depósitos e filiais de venda (...) Há, em

realidade, inúmeras e variadas redes que recobrem, de modo visível ou não, a superfície terrestre” (CORRÊA, 2011, p.109).

Esta concepção das redes muito nos auxilia em nossa pesquisa: as conexões existentes entre os assentados rurais e determinados setores atuantes na área urbana é que viabilizam a fluidez da produção. Antecipando nossa análise, é possível reconhecer um arranjo de conexões entre os assentados e as áreas urbanas e mesmo em outras direções, alcançando uma escala regional.

Procuramos, em nosso caso de estudo e de análise, deixar claras as origens, assim como o desenvolvimento e ainda as conexões realizadas. Atentamos para a escala regional fluminense, suas vias de circulação e a viabilidade técnica; assim como algumas das ações mediadas no interior das redes.

O formato é bastante peculiar e complexo, isso porque temos dois assentamentos, cada um deles com vários pequenos produtores. Alguns, escolheram seguir uma direção, de acordo com suas distintas conveniências como contatos do passado, proximidade espacial, facilidade de acesso; outros se associaram, organizaram uma central de triagem em cada assentamento, que semanalmente se reveza e concentra toda a produção e diante dos pedidos recebidos por *whatsapp* ou pelo site do grupo, ousam atender a centros urbanos com maior potencial de consumo, como as cidades do Rio de Janeiro, Niterói, regiões da baixada fluminense e ainda a cidade de Volta Redonda.

No entanto, outra dimensão que requer análise são as relações de poder. E as redes, por si só, não são expressões nítidas de poder, é importante salientar que o poder não emana das redes, porque não está nelas, afinal, “A rede é um instrumento para o exercício do poder, mas o poder encontra-se nos atores que produzem e controlam a rede” (DIAS, 2004, p. 168). Para finalizar esta subseção, apontamos que a rede geográfica é conteúdo de uma ação antrópica, em constante movimento e sujeita a transformações frequentes, a fim de adaptar-se perante fatores e elementos encontrados nas interações com novas condições com as quais se depara nas pontas finais de seus elos.

2.1.1 – Economia Solidária e agroecologia: um alinhamento com a Economia Solidária

Decidimos tratar esta questão no trabalho porque, percebemos, durante nossos estudos e orientação, que o modelo de atividade econômica trabalhada e aplicada pelos envolvidos neste estudo de caso encaixa-se naquilo que a literatura vem apresentando nos últimos anos acerca desta temática.

Conforme deliberado na I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília (2006)

A Economia Popular Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital. Esta prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. (documento final I CONAES, 2006)

O modelo alternativo de atividade econômica que apresenta o conjunto de características mencionadas e documentadas neste CONAES, está presente no cerne desta pesquisa. Singer (2013) defende que a economia solidária é um outro tipo de produção, diferente do modelo convencional capitalista em se apresentam os proprietários dos meios de produção, os donos dos empreendimentos e expropriadores da mão de obra alheia, versus aqueles a quem lhes restam vender a força de trabalho, ou seja, a classe trabalhadora. Segundo Singer:

“A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade (...)” (p.10, 2013)

Assim, chamam-nos a atenção, a autonomia, a originalidade, o imprevisto e os mecanismos democráticos que se aplicam a este grupo de agricultores/agricultoras rompendo uma estrutura subalterna, comum no modelo de produção capitalista. Entre eles existe equivalência de poder aquisitivo, não há tamanha desigualdade como se vê no outro modelo, existe um certo respeito à coexistência, as feiras de

economia solidária respeitam o espaço de cada um, todos têm oportunidades em pé de igualdade.

No I CONAES, ficou bem definido pelos participantes, que a economia solidária teria o caráter transformador de ter uma lógica anticapitalista, na qual os indivíduos seriam auto gestores de seu trabalho e não se deixariam serem explorados em sua mão de obra, nem promoveriam a exploração de outrem em busca de um trabalho emancipado. Entendendo como trabalho emancipado os seguintes itens (reprodução do documento): “

- ✓ o trabalho exercido por livre opção, de acordo com o gosto ou aptidões do trabalhador, e não forçado pelo maior valor de mercado a ser obtido;
- ✓ o trabalho cujo produto seja de propriedade do trabalhador, individual ou coletivamente, e não alienado pelo capital;
- ✓ o trabalho como exercício de construção do sujeito, de desenvolvimento de suas capacidades físicas, mentais, culturais e sociais, e não embrutecedor, transformador do ser humano em máquina;
- ✓ o trabalho que possibilita a realização pessoal do trabalhador, seja pelo reconhecimento de seus pares, seja pela satisfação do bom uso de quem o recebeu, e não individualizado e desvinculado do destino final do produto;
- ✓ o trabalho que é viabilizado pela redução crescente do trabalho necessário, pela democratização dos ganhos da produtividade e pela maximização do tempo disponível para o desenvolvimento dos potenciais individuais e coletivos superiores do ser humano (físicos, mentais e espirituais);
- ✓ o trabalho que possibilita a realização de todos os trabalhos que precisam ser feitos para reconstrução da vida e não a fabricação desenfreada de mercadorias para a comercialização, ameaçando o trabalho;
- ✓ o trabalho como fonte geradora de conhecimento é fundamental;
- ✓ o trabalho que pressupõe o fim do trabalho subordinado ao capital e a implantação da autogestão;
- ✓ o trabalho que pressupõe o fim da alienação do trabalho e apropriação da produção por quem a produz;

- ✓ o trabalho que considera tanto a esfera produtiva quanto a reprodutiva, sob pena de excluir parcela ativa responsável pelo cuidado das pessoas.”(I CONANES , p.6 - 2006)

2.1.2 - A Agroecologia também se faz presente

A agroecologia é outro conceito com o qual nos deparamos nesta pesquisa. Ao longo da dissertação, frequentemente, estaremos tratando do trabalho dos assentados, das atividades econômicas por eles praticadas, da chamada economia solidária, mas também, concomitante a tudo isso, trataremos da agroecologia.

Através da FAO (Food and Agriculture Organization), a ONU insiste em apontar que o caminho principal para combater a fome no mundo e promover o desenvolvimento sustentável é a agroecologia.

Nas últimas décadas, a agroecologia tem ganhado destaque em estudos e debates muito por conta do avanço da prática da agricultura comercial capitalista, em especial o chamado, “agronegócio” ou “agribusiness”, já que a agroecologia preza por técnicas tradicionais que respeitam a ordenações naturais do vegetal, tais como nutrientes orgânicos decompostos no solo, e sazonalidade para plantio e colheita, o que a difere da lógica comercial do agribusiness que aplica fertilizantes químicos, faz uso de defensivos químicos para eliminar pragas das plantações (o que acaba sendo absorvido pelos frutos) e criam condições artificiais para, mesmo “fora de época” continuarem produzindo gêneros agrícolas para venda. Tem aumentado também, o público consumidor interessado em comprar alimentos livres de agrotóxicos, cultivados de modo orgânico, com procedência e garantia de cultivo mais saudável, que também respeitem os limites de fertilidade do solo, sem agressão aos recursos hídricos e à fauna. Todo esse conjunto de fatores, engloba a agroecologia.

Trazer essa questão da agroecologia para o meio acadêmico e transformá-lo em conhecimento científico, como o faz a Geografia Agrária, é importante, mas é essencial que se preserve o caráter agrônomo e principalmente biológico, como destacam Silva (2019) e Souza (2019), garantindo, inclusive, ampliação de espaço para as questões filosóficas, políticas e históricas que a temática também envolve. Os autores ressaltam que “a agroecologia concebida como prática, movimento e

ciência implica enfrentamento ao agronegócio, essa perspectiva de produção para o campo é, portanto, uma antítese a esse setor” SILVA (2019) e SOUZA (2019). A ciência pode servir de linha auxiliar a esta modalidade de atividade econômica em contraponto à modalidade que, com a força do capital, mostra-se excludente, promove mais concentração tanto de renda como de terras, causa desempregos, agride o meio ambiente e prejudica a saúde humana, em busca de hegemonia.

O desenvolvimento da agroecologia nas últimas décadas, tem sido uma amostra atualizada da luta de classes dos novos tempos. De um lado, temos aqueles que resistem, procurando viver do uso e do trabalho na própria terra, como os assentados de que tratamos neste trabalho, de outro lado, temos os grandes fazendeiros ou grupos agroindustriais que dominam o mercado e têm pretensões, costumeiras, de ampliações de terras, de negócios e de mercado. Logo, Oliveira (1999) lembra, em sua análise, que este conflito de interesses envolve a questão territorial como uma categoria central

Parto, portanto, da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.), onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. (p.75, 1999)

A questão fundiária é um retrato dessa disputa. O avanço do latifúndio no campo, as políticas conservadoras que buscam frear a reforma agrária no país e, conseqüentemente, acabam por prejudicar àqueles que desenvolvem a economia solidária e a agroecologia no país, são as amostras dos interesses conflituosos dessa dicotomia social.

Vistos tais pontos, concluímos que este capítulo nos proporcionou a oportunidade de refletirmos tanto sobre a evolução do significado das redes, como importantes perspectivas vistas sob ângulos diferentes por alguns autores e nos empreendeu um exercício epistemológico acerca do assunto. Desde Hipócrates na antiguidade, que cunhou o termo mirando o organismo humano, passando por Saint

Simon que usou a integração do território francês por meio de vias às quais circulavam mercadorias, situação esta que promoveu melhor conexão com áreas antes preteridas dos centros mais desenvolvidos, até pensadores contemporâneos que incluíram elementos técnicos modernos apresentando as redes da atualidade sob um prisma mais completo e moderno. Antes mesmo de tanta tecnologia, como as tecnologias presentes no século XXI, Chavalier já falava das redes como um meio de “encurtar distâncias”.

Vimos aqui que Castells aponta o desenvolvimento das redes como um fenômeno de democratização ao acesso às técnicas e suas tecnologias, uma horizontalidade estrutural que desconstruiria a correlação de forças sociais, descentralizando poderio econômico e político e, segundo ele, promoveria um nivelamento nas condições de operação e ação-interação junto à sociedade, o que podemos ver como ponto de discórdia por outros autores como Randolph, Offner, Santos e Dias, que sustentam argumentos e apresentam circunstâncias em que a prática demonstra que o grande capital e/ou grupos hegemônicos controlam determinadas redes, isso quando não criam e comandam suas redes próprias. Esta ótica nos revela que, em muitos casos, as redes são excludentes, fechadas e servem a um grupo reduzido. Em nossa própria pesquisa, temos o exemplo de uma rede de comunicação e comercialização de mercadorias que não contempla todos os assentados.

Adiante, foi possível compreendermos os conceitos de redes geográficas, e toda sua essencialidade intrínseca à espacialidade existente, bem como os pontos de suas conexões, as redes técnicas com seus elementos/instrumentos que viabilizam os fluxos de informações e de produtos e as redes sociais por meio das interações humanas.

Por fim, pudemos compreender melhor a conceituação e o conjunto de condições que bem definem a Economia Solidária e a Agroecologia e assim associá-las às atividades exercidas por esses assentados em ambos assentamentos.

CAPÍTULO 3 - CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E O POVO SEM TERRA

Entende-se por concentração fundiária o acúmulo de terras agricultáveis sob posse de poucos proprietários, na qual a extensão e o quantitativo de terras se torna uma máxima. Logo, neste capítulo, vamos chamar a atenção para um dos principais problemas socioeconômicos do país: a concentração fundiária. Um país que apresenta, contraditoriamente, enormes glebas de terras improdutivas, sem servir como morada, sem gerar renda e empregos, e com grande parte da população carente de tais elementos.

Na história de formação dos Estados Nacionais na América Latina, foi comum famílias europeias detentoras de alguma influência ou de proximidade com seus respectivos governos obterem grandes glebas de terras para explorá-las.

Essas terras cedidas pelos governos monarcas imperialistas em suas colônias na América, tinham por finalidade servir aos interesses europeus, logo, nessas terras se desenvolveram imensos latifúndios, geralmente escravocratas, monocultores e com produção destinada à Europa que ficaram conhecidas como *Plantations*, como relata Eduardo Galeano em sua obra “Veias abertas da América Latina”

(...) sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e a cadeia das dependências sucessivas torna-se infinita, tendo muito mais de dois elos, e por certo também incluindo, dentro da América Latina, a opressão dos países pequenos por seus vizinhos maiores e, dentro das fronteiras de cada país, a exploração que as grandes cidades e os portos exercem sobre suas fontes internas de víveres e mão-de-obra. (Há quatro séculos, já existiam dezesseis das vinte cidades latino-americanas mais populosas da atualidade). (...) Da plantação colonial, subordinada às necessidades estrangeiras e financiada, em muitos casos, do exterior, provém em linha reta o latifúndio de nossos dias. Este é um dos gargalos da garrafa que estrangulam o desenvolvimento econômico da América Latina e um dos fatores primordiais da marginalização e da pobreza das massas latino-americanas. O latifúndio atual, mecanizado em medida suficiente para multiplicar os excedentes de mão-de-obra, dispõe de abundantes reservas de braços baratos. Já não depende da importação de escravos africanos nem da encomenda indígena. Ao latifúndio basta o pagamento de diárias irrisórias, a retribuição de serviços em espécies ou o trabalho gratuito em troca do usufruto de um pedacinho de terra. (GALEANO, 2010, p. 5-6)

Durante séculos, muitas destas terras, sejam do Estado ou de famílias aristocratas que para a América Latina vieram e tornaram-se as elites locais, ficaram inertes, sem uso, ou ainda, após décadas de exploração monocultora, com os solos exauridos pela ausência da devida rotação ou do trabalho de reposição orgânica, foram abandonadas ou passaram a servir de pasto para uma quantidade pequena de gado diante do gigantismo das terras.

Acontece que, concomitante a isso, esse quadro contribuiria para o surgimento de uma imensa massa de ex-escravizados, trabalhadores assalariados e nativos, à margem do processo de posse de terras. Os poucos que tiveram, sofreram uma série de adversidades como a ausência de uma política agrária que lhes conferisse assistência técnica, um acesso democrático às terras e condições básicas para permanência nelas.

A persistência de tal quadro durante o século XX favoreceu a manutenção da pobreza e das limitações às quais essa população foi submetida, revelando um caráter fundiário concentrador e, em muitos casos, um gatilho para a migração campo-cidade, em especial para locais que se industrializavam, como no caso de algumas regiões brasileiras. Porém, para compreendermos e avaliarmos tais questões, e entender como essas se refletirão no campo e no “Brasil-urbano” da segunda metade do século XX e século XXI, vamos elencar fatos da formação histórica do país indissociáveis dessas consequências.

3.1 Resgate Histórico – Brasil

No Brasil, a primeira forma de concessão de terras foi o sistema de capitânicas hereditárias, método pelo qual a Coroa Portuguesa concedia uma gigantesca extensão fundiária a membros da nobreza lusitana ou a prestadores de serviços à Coroa, que, então, tornavam-se donatários com o compromisso de explorá-las, de modo a atender interesses portugueses, gerando tributos e gêneros comercializáveis à metrópole, além de assumir a responsabilidade de protegê-las, seja de agentes internos (indígenas), seja de agentes externos (europeus de outras nacionalidades); isso dava-lhes o direito de legar tais terras a seus herdeiros. Segundo Stédile, esses donatários podiam repartir e distribuir glebas das capitânicas entre outros portugueses interessados, desde que tivessem aporte econômico para explorá-las e

mantivessem os compromissos supracitados. Essas porções de terras subdivididas, ainda assim de enorme tamanho, com milhares de hectares (ha), ou milhares de m², receberam o nome de sesmarias.

Mantendo o recorte para a escala nacional, podemos constatar que os padrões aplicados pelos europeus às colônias de exploração por toda América repetem-se, mas, como em qualquer outro país, tem suas peculiaridades. Repete-se a lógica dos *plantations* a fim de atender a demanda externa, com monoculturas em enormes latifúndios tendo a princípio mão de obra escrava e, no bojo do modo capitalista de produção para o campo, a mão de obra assalariada. A primeira forma oficializada de exploração e concessão das terras pela Coroa Portuguesa, foi a experiência das capitânicas hereditárias, iniciada em 1534. Experiência esta que concedia aos capitães-donatários, tamanhos de terras superiores ao território de Portugal, para administrarem e atraírem donatários para a ocupação colonial, evitando assim perdê-las para holandeses e franceses, que já vinham ocupando ilhas na costa atlântica da América e a própria costa brasileira. Com esta prática, a realeza esperava que se desenvolvessem atividades econômicas, gerando riquezas e arrecadação de impostos para a Corte. O modelo (das capitânicas) fracassou, porém, as sesmarias foram mantidas durante todo período colonial com um quantitativo de terras menor, mas ainda assim em grandes áreas; por vezes, os proprietários ultrapassavam os seus limites agregando mais terras às suas posses. Eis a origem de nossa exacerbada concentração fundiária.

Em 1850, dentro do contexto do 2º reinado, Dom Pedro II promulgou a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, instituindo a chamada Lei de Terras, pela qual, dali em diante só se poderia obter terras por meio da compra. O governo não mais cederia glebas de terras. Ou seja, essa lei inviabilizou o sonho de boa parte da população que trabalhava para fazendeiros, sobretudo para a população escrava. Quem não tivesse dinheiro para a compra da terra, não teria acesso a ela.

Já para o século XX, segundo Oliveira (2008), entre a década de 1940 à 1995/6,⁵ as áreas ocupadas pelos estabelecimentos agropecuários com tamanhos inferiores a 100 hectares (ha) passaram de 36 milhões de ha para cerca de 70,5

⁵Fazemos esse comparativo histórico com base no Censo agropecuário de 1995/6, e não o censo agropecuário de 2006, por ser o censo anterior à ocupação das terras dos assentamentos aqui tratados, ou seja, o anterior ao ano inicial do recorte temporal deste trabalho (2004-2023).

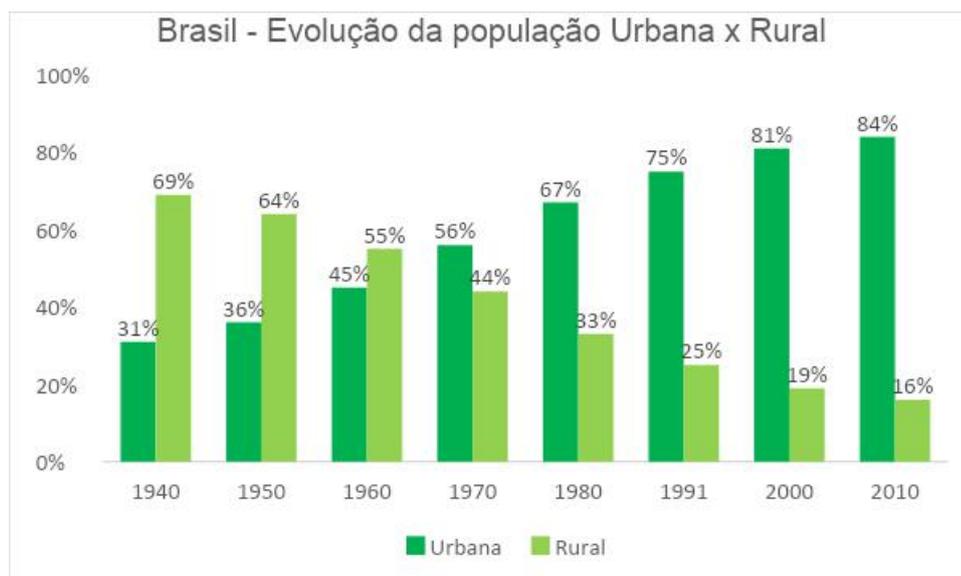
milhões de ha, um crescimento na ordem de 34,5 milhões de ha, enquanto o aumento de área ocupada, no mesmo período, pelos estabelecimentos com 1.000 ou mais ha, saltou de 95 milhões para cerca de 159,5 milhões de ha, o que em números absolutos representa 64,5 milhões de ha de terras acrescidas aos latifúndios. Ou seja, apenas 1% dos estabelecimentos rurais brasileiros era responsável por 45% das terras ocupadas. Por outro lado, os 70,5 milhões de ha ocupados pelas propriedades até 100 ha estava dividida entre 89% dos estabelecimentos rurais do país. Cerca de 6 milhões de proprietários, dividiam entre eles 20% das terras rurais. Aliam-se a isso, as pressões que pequenos posseiros sofriam dos grileiros para abandonar as terras públicas devolutas ou mesmo terras deixadas por seus antepassados. Esse avanço latifundiário também atingiu terras indígenas. Na primeira metade do século XX, houve o declínio de algumas atividades agrícolas e, a partir da década de 1950, uma mecanização rural nas grandes propriedades e a industrialização avoluma-se no sudeste brasileiro, promovendo grande êxodo rural. De acordo com Oliveira (2011), as constituições brasileiras previam, até 1967, um limite máximo de 10 mil ha de terras devolutas a serem vendidas, seja a brasileiros natos ou estrangeiros naturalizados. Em 1967, a Constituição limitou em 3 mil ha; no entanto, graças a uma ressalva de que tal limitação poderia ser revista com apreciação e autorização do Senado Federal. Essa foi a “brecha” necessária para que tivéssemos situações na região Centro oeste, durante a década de 1970, quando o governo militar autorizou a venda de áreas com 200 mil ha a proprietários individuais. Soma-se a isso, o aumento da prática de grilagem, em que latifundiários providenciam procurações que os colocavam como o representante de um suposto grupo de proprietários. Assim, os grileiros davam entrada em cartório a fim de legitimar tal condição de reclamantes, com a posse de procurações, geralmente falsificadas, atestando como suas tais terras e atestando ainda que nestas não havia populações tradicionais e/ou indígenas.

Os órgãos públicos emitem os títulos e o procurador torna-se ‘proprietário’ deles, devido às procurações que lhe conferem plenos direitos para agir em nome daquelas pessoas. Assim, torna-se proprietário não de uma área de, no máximo, 2.500 ha, como estabelece a Constituição de 1988, mas de tanta terra quantos forem os títulos que obteve através das procurações. Por exemplo, se conseguir cem procurações, pode tornar-se proprietário de 250.000 ha de terras. (OLIVEIRA 2011, p.482)

Desta forma, imensas terras no território brasileiro foram alvo deste tipo de estelionato. Terras quilombolas, terras indígenas, terras devolutas com os posseiros médios e pequenos agricultores que se viram, muitas vezes, sendo expulsos e, conseqüentemente, provocando um aumento ainda maior na concentração fundiária brasileira.

Este conjunto de circunstâncias históricas ocasionarão um outro tipo de concentração, diferente da concentração de terras, a concentração demográfica nas cidades brasileiras de industrialização recente. Concomitante à industrialização, o êxodo rural brasileiro promoveu a urbanização brasileira de modo bastante precário, sem uma organização adequada do espaço geográfico e, tampouco, com infraestrutura adequada que atendesse dignamente tamanho contingente populacional. Em quatro décadas (1960-2000), o Brasil viu saltar sua população urbana, em termos percentuais, de 45% para 81%, conforme detalha o Gráfico 1. Isso, sem levar em consideração o aumento populacional ocorrido, em números absolutos: 70 milhões de habitantes em 1960, para 190,7 milhões em 2010 (IBGE), no decorrer de cinco décadas. Este histórico de fatores, vindo desde do período colonial até a República, formou um imenso contingente de população sem terras. E no Rio de Janeiro eles não eram poucos.

Gráfico 1



Fonte: Censo Demográfico, IBGE, Série Temporal 1940-2010.

No entanto, com a expansão da industrialização no Brasil, especialmente na região sudeste, uma massa significativa dessa população promoverá um êxodo rural sem precedentes, formando imensos bolsões de pobreza nas áreas urbanizadas do Brasil que se industrializavam. Em um primeiro momento, a necessidade de trabalhadores, tanto na construção civil, como nas fábricas que surgiam, absorviam grande contingente de pessoas recém chegadas da zona rural, porém, o mercado de trabalho formal saturou nos anos de 1980, década em que a população rural caiu para 33%, visto que já não absorvia a população que migrou da zona rural, como absorveu nas décadas anteriores, o que fez crescer os problemas sociais como miséria, doenças, desemprego ou subemprego, falta de saneamento básico, violência e criminalidade nesses aglomerados urbanos. Será nesse contexto, de considerável precariedade urbana, que veremos confluir, e trataremos disso mais adiante, a organização dos sem terras e a base antrópica da pesquisa deste trabalho.

Com a abolição da escravatura, em 1888, muitos filhos e netos dessas pessoas alforriadas chegarão à cidade a partir do início do século XX, com poucos recursos, estabelecendo-se de modo precarizado, improvisado por vezes, morando em áreas de risco e/ou desestruturadas, de modo ilegal perante o poder público, vivendo economicamente de atividades no mercado informal, sem alfabetização e sem formação profissionalizante. Outras muitas permanecerão no campo, até a segunda metade do século XX, servindo ainda de mão de obra barata às famílias tradicionais rurais, vivendo como assalariados, mas sob extrema pobreza e muito carentes de recursos básicos como saúde, educação e saneamento.

Na Quadro 1, apresentamos outros dados. Em 1872, mais de um terço da população do estado fluminense eram escravos e fechando na escala municipal de Piraí, o percentual de população escrava era bem maior, mais da metade dos municípios eram deste grupo.

Quadro 1

POPULAÇÃO LIVRE e ESCRAVA FLUMINENSE e PIRAÍENSE - 1872					
Localidade	Pop. total	Pop. Livre	%	Pop. Escrava	%
RJ (UF)*	791.724	499.087	63,03	292.637	36,96
Município Neutro (Rio de Janeiro - DF)	274.272	226.033	75,79	48.939	24,21
Piraí	25.408	11. 933	46,96	13. 475	53,04

Nesta contagem exclui-se o Município Neutro⁶, capital do Império do Brasil. Autor Henri Nicholas do Carmo Coutinho. FONTE: Recenseamento geral do Império de 1872 consultado em 03/05/2023.

Este Quadro revela que, poucos anos antes da abolição da escravatura, em 1888, tínhamos, no estado fluminense, mais de 2/3 da população total formada por escravizados. No município do Rio de Janeiro, aproximadamente 1/4 da população era de escravizados e avaliando na escala municipal de Piraí, o percentual de população escravizada era bem maior, mais da metade dos municípios eram desse grupo, o que, conseqüentemente, revelará maior desigualdade social e maior concentração de renda no perfil socioeconômico local, até porque, mais da metade da população era constituída de escravizados. Isto auxilia a entendermos a formação de uma camada populacional empobrecida, sobretudo de cor de pele preta que viria se formar no estado do RJ e que, anos mais tarde, se estenderia espacialmente nas periferias urbanas do estado.

Mantendo o recorte fluminense, o estado do Rio de Janeiro já apresentava, em 1960, uma população urbana maior (na ordem de 79%) do que a população rural (cerca de 21%), segundo o IBGE. Nas décadas subsequentes, essa relação se tornou ainda mais discrepante, e no início do século XXI, aproximadamente 3,2% da

⁶ MUNICIPIO NEUTRO: Era o Município Neutro, que, durante o Brasil Império, era a capital, onde ficava a corte: o Rio de Janeiro., Parte considerável do que hoje é o município do Rio de Janeiro não era contemplada pela área administrativa do "município neutro.

população fluminense seria rural. No Censo Demográfico de 2010, a região do Médio Vale Paraíba Fluminense, onde está inserido o município de Pirai, apresentou um índice de 4,38 % de população rural. Reflexo de um estado que teve forte concentração industrial e muito se urbanizou. Contudo, podemos observar na Quadro 2 que em população absoluta, o município de Pirai teve, entre o censo de 1991 e o censo de 2000, uma redução de 3.444 indivíduos, o que em números percentuais, para um município de dimensão demográfica modesta, representa uma perda significativa de 45,97 % de sua população rural. Embora, deva se levar em consideração que no ano de 1995, o ex-distrito de Pinheiral, emancipou-se de Pirai e tornou-se município; logo, a perda censitária de população de Pirai pode ser explicada, em parte, por essa emancipação. Isto posto, há que se ressaltar que certamente, parte substancial dessa mesma população, no Censo Demográfico de 2000, teria sido contabilizada pelo IBGE como novos municípios de Pinheiral.⁷

Chama-nos à atenção que, após a ocupação e posteriormente à consolidação dos assentamentos rurais “Roseli Nunes” e “Terra da Paz”, depois de 2004, o Censo de 2010 revela um novo crescimento populacional rural entre os municípios piraienses, elevando em números absolutos de 4.048 habitantes no ano 2000, para 5.478 habitantes: recuperação de 35,32%.

Nota-se, ainda na Quadro 2 (página seguinte), que a população urbana acompanhou, depois de também apresentar declínio no censo anterior (2000), mas em 2010 um crescimento, porém em proporção bem menor, 13,27%.

⁷ População de Pinheiral em 2000 foi de 19.481 habitantes, segundo Censo do IBGE. Pirai perdeu cerca de 11.000 habitantes entre a contagem de 1991 – 2000, período este que coincide com a emancipação de seu ex-distrito

Quadro 2

Piraí - Evolução da população Urbana x Rural (1940 - 2010)					
Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	%	Pop. Rural	%
1940	16.133	3.029	19%	13.104	81%
1950	21.035	5.862	28%	15.173	72%
1960	23.050	8.394	36%	14.656	64%
1970	24.150	10.991	46%	13.159	54%
1980	28.789	21.819	76%	6.970	24%
1991	33.782	26.290	78%	7.492	22%
2000	22.118	18.070	82%	4.048	18%
2010	26.314	20.836	79%	5.478	21%

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Organizado por Helton Garcês Gomes

Retomando a discussão acerca da estrutura fundiária no Brasil, enraizada na sua história de formação enquanto Estado, essa trará reflexos em todas as cinco regiões do país e trará ainda quadro de desigualdades bem semelhantes entre os entes da Federação, como atesta o estudo de Oliveira, tendo como base o Censo Agropecuário do IBGE de 2006

O processo de concentração fundiária brasileira apresenta-se ainda mais fortemente acentuado quando se passa do nível regional para o estadual. Por exemplo, no Rio de Janeiro, 90% dos estabelecimentos com menos de 100 ha ocupavam apenas 32 % da superfície do estado. No Piauí, 91% dos estabelecimentos com menos de 100 ha ficavam com somente 23% da área ocupada total do estado. No Maranhão, 90% dos estabelecimentos com menos de 100 ha ocupavam 22% da área total.

Enquanto isso, no outro extremo da concentração fundiária, aparece o estado de Mato Grosso, onde 8.010 estabelecimentos com mais de 1000 ha (10%) controlam mais de 41 milhões de ha, ou seja, 82% da área ocupada total de estado. Fato semelhante ocorre no Tocantins, onde 3.475 estabelecimentos com mais de 1.000ha (7%) detêm mais de 9,5 milhões de ha de terras, ou seja, mais de 56% das terras do estado. (OLIVEIRA 2011, p. 492).

Tamanhas desigualdades revelam a pobreza, a miséria, o abandono de terras e também as tensões no campo, inclusive com disputas de terras que ocasionaram muitas mortes ao longo de décadas, em todo território nacional. Será nesse contexto de desigualdades, de lutas por terras, de ações covardes e desonestas de grileiros e latifundiários e do descontentamento de camponeses sem terras que surgirão, no

século XX, grupos organizados denunciando a concentração fundiária e reivindicando uma reforma agrária no Brasil.

O caso precursor desse modelo de organização de trabalhadores rurais vem com a iniciativa do advogado Francisco Julião⁸, com o Movimento das Ligas Camponesas em Pernambuco, em 1955, que ganhou força em outros estados do nordeste no início da década de 1960, movimento este que surgiu com o propósito de organizar os agricultores sem terras na luta por justiça social e pressionar o Estado à realização de uma reforma agrária. Também na década de 1960, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), no entanto logo submetida ao controle autoritário da ditadura cívico-militar que se instalou no país. Já as Ligas, não tiveram a mesma sorte, se é que podemos classificar como “sorte” o controle da CONTAG pelo aparelho do Estado, visto que foram extintas durante o período e tiveram seus principais líderes presos na mesma década. Contudo, CARTER (2009) afirma que foi no início do governo militar que tivemos, pela primeira vez, leis progressistas no intuito de democratizar o acesso à terra, ainda que essas leis servissem, essencialmente, para incentivar a colonização da região Amazônica, pelos menos lançaram as bases para que, anos mais adiante, houvesse uma defesa mínima por parte de sindicatos rurais e setores da Igreja em favor de posseiros e se evidenciasse a necessidade de se fazer uma reforma agrária.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras surge com o propósito de assumir uma frente de luta em face dessa concentração de terras tão desigual e para isso, uma das estratégias de ação é definida, em 1985, pelo movimento: ocupar os latifúndios improdutivos como forma de sinalizar ao governo e à sociedade a existência de enormes glebas de terras sem uso social sob posse de poucos em contrapartida a um grande contingente de pessoas sem terra alguma. Com o lema “Terra para quem nela trabalha”, o MST trazia para o debate a importância de se

⁸ Francisco Julião foi advogado e político). Fundador das Ligas Camponesas em Pernambuco, é um dos mais importantes defensores da reforma agrária no Brasil, antes do Regime Militar de 1964. Nascido no Recife e formado em direito, dedica-se, desde o início da carreira, a defender camponeses expulsos de suas terras e pequenas organizações de plantadores e foreiros (trabalhadores diaristas) dos engenhos de açúcar da Zona da Mata, cujos objetivos são a distribuição de terras aos camponeses e a extensão das leis trabalhistas ao setor rural.

fazer uma reforma agrária no Brasil e buscar uma emancipação à empobrecida população rural que não tinha propriedades.

É a partir dessa experiência, que o MST passará a exercer uma hegemonia na organização de populações sem terras em quase todos os estados do país, alguns avanços serão obtidos e surtirão efeitos no que tange a aquisição de terras por parte de sem terras, mediante políticas de reforma agrária adotadas pelo INCRA, órgão estatal responsável para tal. O INCRA⁹ declara, segundo dados de 2019 do próprio instituto, que existem 9.437 assentamentos rurais criados e reconhecidos e mais de um milhão e trezentas mil famílias assentadas no Brasil.

Mesmo diante de números bastante significativos que demonstra a concentração fundiária existente no Brasil, a questão apresenta um paradoxo: assim como aumentou a área de latifúndios (propriedades com mais de mil ha), também cresceram as áreas e o número de pequenas propriedades (até 100 ha) entre 1995 e 2017, segundo o Censo Agropecuário Do IBGE/2017, como podemos observar na Quadro 3.

⁹ Informação presente e extraída no site do INCRA <https://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>

Quadro 3

Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)										
Grupos de área total	Ano									
	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006	2017
Total	1.904.589	2.064.642	3.337.769	4.924.019	4.993.252	5.159.851	5.801.809	4.859.865	5.175.636	5.073.324
Menos de 10 ha	654.557	710.934	1.495.020	2.519.630	2.601.860	2.598.019	3.064.822	2.402.374	2.477.151	2.543.681
10 a menos de 100 ha	975.441	1.052.557	1.491.415	1.934.392	1.898.949	2.016.774	2.160.340	1.916.487	1.971.600	1.980.684
Menos de 100 ha	1.629.995	1.763.491	2.986.435	4.454.022	4.500.809	4.614.793	5.225.162	4.318.861	4.448.751	4.524.365
100 a menos de 1.000 ha	243.818	268.159	314.831	414.746	446.170	488.521	517.431	469.964	424.288	420.719
1.000 ha e mais	27.822	32.628	32.480	36.874	41.468	47.841	50.411	49.358	47.578	51.203

Quadro 4

Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)										
Grupos de área total	Ano									
	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006	2017
Total	197.720.247	232.211.106	249.862.142	294.145.466	323.896.082	364.854.421	374.924.929	353.611.246	333.680.037	351.289.816
Menos de 10 há	1.993.439	3.025.372	5.592.381	9.083.495	8.982.646	9.004.259	9.986.637	7.882.194	7.798.777	7.993.969
10 a menos de 100 há	33.112.160	35.562.747	47.566.290	60.069.704	60.171.637	64.494.343	69.565.161	62.693.585	62.893.979	63.810.646
Menos de 100 há	36.005.599	38.588.119	53.158.671	69.153.199	69.154.283	73.498.602	79.551.798	70.575.779	70.692.756	71.804.615
100 a menos de 1.000 há	66.184.999	75.520.717	86.029.455	108.742.676	115.923.043	126.799.188	131.432.667	123.541.517	112.844.186	112.257.692
1.000 ha e mais	95.529.649	118.102.270	110.314.016	116.249.591	138.818.756	164.556.629	163.940.463	159.493.949	150.143.096	167.227.511

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2006 e 2017. Organizador Helton Garcês Gomes

Como é possível observar, há períodos de decréscimos de estabelecimentos com áreas inferiores a 10 ha. Analisando o último ano de Censo Agropecuário contido no quadro acima, o ano de 2017, apesar do pequeno aumento de propriedades em relação a 1995, é inferior aos números de estabelecimentos de menor porte nos anos de 1970, 1975, 1980 e 1985. O mesmo ocorre quando analisamos os grupos divididos por tamanhos de propriedades, no total de área (hectares) que cada grupo ocupa. Observamos que os dois últimos censos revelam menores áreas totais para esses minifúndios do que nos quatros anos anteriores da amostragem.

No caso dos latifúndios, com propriedades de 1.000 ha ou mais, podemos constatar como foram aumentando em números e área total de 1940 até atingirem seu ápice na década de 1980 quando, a partir da década de 1990, intensificam-se os processos de desapropriação de grandes fazendas improdutivas e temos a queda tanto do número de propriedades, como na área total ocupada, embora não necessariamente ocorra um aumento substancial dos minifúndios.

Como podemos observar, as temáticas “concentração fundiária” e “êxodo rural” seguem uma linha paralelamente ascendente por décadas. Serão as cidades, os focos de tensões, problemas sociais e econômicos de uma população cujas raízes remetem às famílias originárias do meio rural. Portanto, não é muito surpreendente que venha emergir entre parte dessa população, uma aceitação de migrar para o campo, haja vista essas raízes.

CARTER (2009) crava que nossa reforma agrária tem caráter conservador, por motivos já apresentados anteriormente, como a forte concentração fundiária, a ausência de dispositivos jurídicos que limitem a extensão territorial e sua acumulação e inexistência de políticas efetivas que enfrentem o quadro apresentado na tabela anterior. O autor lembra também que é exatamente de meados da década de 1980, período de criação do MST, que uma série de eventos sócio políticos ocorrem no mundo, formando uma conjuntura não muito favorável para se avançar na redistribuição de terras, para se apresentar uma proposta pró reforma agrária; era momento do enfraquecimento do socialismo soviético, seguido de outros países do leste europeu que experimentaram o caminho ideológico similar, o neoliberalismo ganhava impulso, era crescente a urbanização nos países do “Terceiro Mundo”, o aumento da produção agrícola com a introdução de tecnologias modernas

continuava a expulsar camponeses do campo e, junto com a expansão dos conglomerados do agribusiness, passavam ao senso comum uma ideia de que a agricultura precisava ser moderna, que os tempos eram outros e que a agricultura tradicional, desenvolvida por aqueles indivíduos pobres, simples, feita com as próprias mãos e enxada eram ultrapassadas e acabavam por frear um pouco as pretensões mais ousadas de uma reforma agrária mais efetiva.

CAPÍTULO 4- APRESENTAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS “ROSELI NUNES” E “TERRA DA PAZ”

Os assentamentos “Terra da Paz” e “Roseli Nunes” estão localizados na região do médio vale do Paraíba, ao norte da sede municipal de Piraí – RJ, região fronteira entre três municípios: Piraí, Barra do Piraí e Pinheiral. Em seu entorno ainda se encontram manchas de vegetação da mata atlântica preservada, junto a uma morfologia de mares de morros, típica do vale do Rio Paraíba do Sul. Piraí é cortada por ribeirões e riachos (afluentes e subafluentes do rio Piraí), que formam a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. O município apresenta uma pluviosidade média anual de 1.362 mm com um clima tropical de Altitude (Cwa), conforme classificação climática de Köppen e Geiger. Tem uma temperatura média anual de 22,5°C e com altitude em torno de 387 metros de altitude em relação ao nível do mar.

Distantes da capital fluminense, Rio de Janeiro, a 95 km aproximadamente, os acessos à circulação podem ser tanto pela rodovia presidente Dutra como por uma estrada de terra batida que liga as zonas rurais de Pinheiral e Piraí. Enquanto o assentamento Roseli Nunes localiza-se próximo à rodovia Presidente Dutra (a menos de três quilômetros), o “Terra da Paz” localiza-se próximo ao limite com Pinheiral. Entre os dois assentamentos há a Fazenda Santa Rosa, cuja atividade principal é a pecuária leiteira. A única estradinha de “terra batida” ou “estrada de chão”, como o povo da região costuma chamar, que liga os dois assentamentos, corre por dentro das terras da Fazenda Santa Rosa e entre o último lote de assentados do Roseli Nunes e o primeiro lote vizinho à fazenda Santa Rosa, há pouco mais de 1 km de estradinha sinuosa. Vejamos Mapa 1 e Imagem 1:

Mapa 1- Estado do Rio de Janeiro, a capital e o município de Pirai

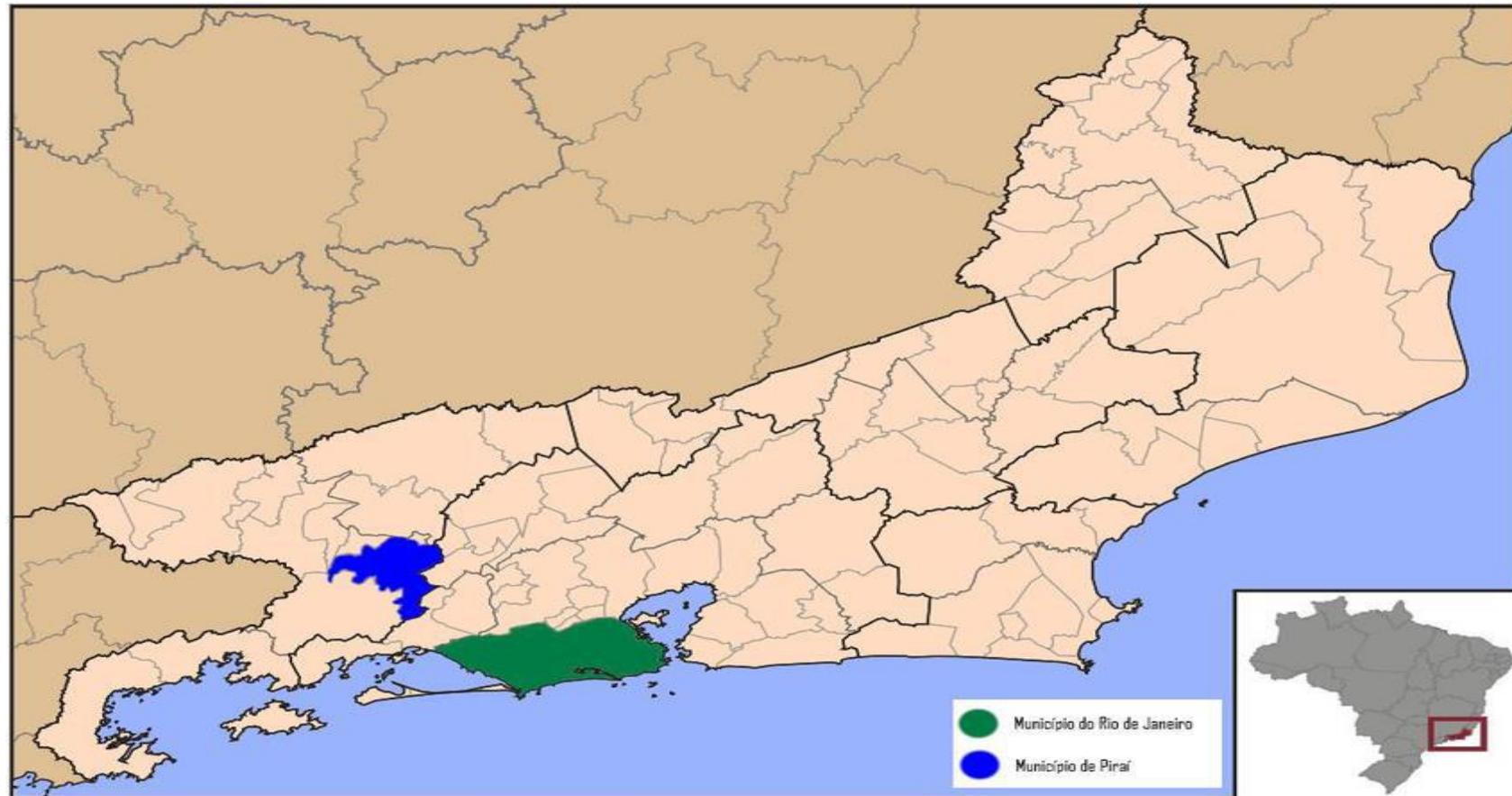


Imagem 1 – ÁREA DOS ASSENTAMENTOS – (no mapa o traçado “116” compreende trecho da rodovia presidente Dutra)



Autoria : Jota Vicente Romualdo Júnior e Henri Nícolhas do Carmo Coutinho

4.1 Origem da população local

Através de pesquisa de campo realizada nos assentamentos Roseli Nunes e Terra da Paz, pudemos ter a dimensão dos lugares de origem dos assentados de Piraí. Entre as 73 famílias assentadas nos dois assentamentos, conseguimos entrevistar 42 representantes, a imensa maioria precedente de áreas periféricas urbanas. Vejamos o quadro:

Quadro 5 - Origem dos assentados (na ocasião da ocupação)

Local onde residiam antes de ocuparem as terras	Quant.
Volta Redonda	21
Piraí	05
Barra do Piraí	02
Barra Mansa	02
Nova Iguaçu	02
Seropédica	02
Paracambi	02
Rio de Janeiro	01
Itapeva – SP	01
Pinheiral	01
Valença	01
Mendes	01
Queimados	01
TOTAL	42

Fonte: Pesquisa de campo e organização dos dados realizados por Henri Nicholas do C. Coutinho

Observe que 50% da população assentada entrevistada são provenientes do município de Volta Redonda, ex-moradores de bairros como Santa Cruz e Santo Agostinho, ambos periféricos (foram citados, respectivamente, por cinco e quatro famílias dos entrevistados). Parte significativa da origem dos moradores locais, como podemos observar, é bem diversificada, sendo Volta Redonda o centro urbano maior e o município mais populoso que se avizinha aos assentamentos. Foi em Volta Redonda, no ano de 2003, que um grupo de base começou a se reunir, sob

orientação do coordenador regional do sul fluminense do MST, Sr. Otacílio¹⁰, com apoio de membros do clero da Igreja Católica da Diocese local. Cabe aqui registrar que Volta Redonda, após 1993, com a privatização da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional – viu no fim da década de 1990 e início do ano 2000, o desemprego, a informalidade, a favelização e outros problemas sociais crescerem vertiginosamente. Observa-se também, entre os assentados, a presença de famílias vindas do grande Rio, principalmente baixada fluminense (Nova Iguaçu, Queimados e Seropédica), isso porque o MST, por vezes, desloca pessoas de acampamentos que não prosperaram por quaisquer motivos, e sugere outros, não muito distantes, no estado. Outro destaque que fazemos é que, entre os assentados, há famílias (pelo menos três casos apareceram nas entrevistas) que já moram nas terras dessas fazendas desapropriadas há muito tempo e acabaram contempladas pela desapropriação.

Perguntados, durante as entrevistas, sobre como souberam, no início de tudo, da ocupação das terras, as respostas sempre eram: um amigo ou um vizinho ou parente contou: “deram um toque”. Trata-se assim de um assentamento onde a mobilidade das pessoas se faz através do uso de uma rede social de informação e comunicação. Abaixo, segue a resposta do assentado Luiz (nome fictício), 49 anos, sobre sua experiência particular de ter migrado da cidade para o acampamento (íntegra da entrevista no anexo 2, p.117):

Henri: O que foi decisivo na sua decisão de ocupar a terra?

Resposta: “Quando criança vivi na “roça” em Barra do Piraí, quando rapaz, fui trabalhar cuidando de cavalos no jockey Club da Gávea e só tinha folga no natal, o que causava fadiga e insatisfação, então fiquei um breve período na casa de parentes no bairro Santa Cruz, em Volta Redonda, até que um tio soube da ocupação de uma área às margens da BR 393 e posteriormente das fazendas, além de participar das reuniões de orientações do MST e falou comigo a respeito. Vi ali a chance de ter meu próprio pedaço de terra e “meti as caras” “.

Temos aqui um caso de migração rural-urbano em um passado mais distante, depois uma migração de retorno urbano-rural. Este relato insere-se em uma das

¹⁰ No capítulo 1, página 30, fizemos uma apresentação mais detalhada do senhor Otacílio.

linhas de ação do MST, que é atrair população urbana periférica que tenha alguma raiz não muito distante com o campo de volta para o rural, e oferecer um novo horizonte de vida, afastando-os dos problemas sociais urbanos e levando-os à produção alimentos, para gerar renda e oportunidade de emprego em terras ociosas.

A outra liderança do Assentamento Terra da Paz, Selma (nome fictício), 43 anos, também nos deu detalhes de sua decisão de ocupar tais terras. Perguntada sobre como foi a decisão de juntar-se ao grupo na ocupação da terra, Selma relata que tinha chegado há pouco de Minas Gerais para morar na casa de parentes em Volta Redonda, quando observou as pessoas ocupando terras num trecho da BR 393 que liga Volta Redonda a Barra do Piraí, no distrito de Dorândia (Barra do Piraí) e que, na ocasião, estava morando na casa da tia, no bairro Santo Agostinho (Volta Redonda) e trabalhando como doméstica em casas de família. A renda era pouca e o serviço incerto, decidiu ir ver como funcionava o acampamento, resolveu ficar e, em 2 meses, já estava integrada às atividades da cozinha central e da vigília noturna do acampamento. O acampamento se dividia em núcleos, a fim de dividir tarefas como vigília noturna, cozinha, limpeza, mediação de conflitos, entre outros, e ela conta ainda, orgulhosa, que logo foi escolhida para compor o núcleo 1, grupo tido como o mais radical e que fazia “frente” quando chegavam oficiais de justiça, policiais ou capatazes da fazenda com ameaças.

4.2. As transformações espaciais e a territorialização dos assentamentos “Roseli Nunes” e “Terra da Paz”

Para fundamentar teoricamente esta seção, consideremos a colocação de David Harvey acerca do espaço e sua variação polissêmica.

Complicações às vezes surgem dessas modificações (muito frequentemente omitidas na fala ou na escrita), mais do que de uma complexidade inerente à própria noção de espaço. Quando, por exemplo, referimo-nos ao espaço “material”, “metafórico”, “liminar”, “pessoal”, “social” ou “psíquico” (usando somente alguns exemplos), indicamos uma variedade de contextos que, assim, contribuem para construir o significado de espaço contingente segundo esses contextos. (HARVEY, p.127. 2012)

Assim, Harvey (2012) chama atenção para a complexidade existente neste elemento essencial quando abordamos cientificamente “o espaço”. O ponto de vista do observador pode revelar – ou omitir – informações e elementos que, vistos sob

outro ângulo, não se destacariam ou se destacariam de um jeito diferente. Outra ressalva que este geógrafo faz, é que para se entender um espaço físico, para explicá-lo não há como ignorar, separar o espaço-tempo. Um conjunto de externalidades influenciará o interno, como uma força centrípeta, portanto, não podemos tratar o espaço geográfico em questão sem retomar uma matriz original. Para compreendermos as configurações e até os arranjos em rede que dão sentido ao espaço local, far-se-á necessário adentrar em uma esfera relacional; em outras palavras, teremos que investigar quais foram os arranjos do passado, quais as conjunturas que possibilitaram movimentos no sentido de desterritorialização local e as circunstâncias socioeconômicas que conferem ao espaço em questão uma nova estética e função social. Nesta avaliação histórica, já vimos como o pensamento de CORRÊA aproxima-se como linha teórica do pensamento de HARVEY ao tratar as dimensões das redes, sendo categórico ao defender que espaço e tempo são inseparáveis. Consideramos muito adequado, e por isso levamos em consideração, a epistemologia da extensão abordada por Silveira (2006, p. 82) para investigar o processo de territorialização de ambos os assentamentos abordados aqui neste trabalho. Isso requer pensar com rigor teórico-metodológico as transformações ocorridas ou em curso nesse espaço. Silveira (2006) também pontua o quanto a temporalidade se relaciona com o espaço, resgatando inclusive como, no percurso da humanidade, os limites territoriais foram ultrapassados e transformados. Então, apesar das transformações espaciais não serem uma novidade contemporânea, nos dias atuais ganhou nova configuração com a aceleração das técnicas e ferramentas provenientes da evolução científica.

(...) a introdução fatores de complexidade a produção de dinamismos, ao longo da história, que alcança o paroxismo no período atual, em virtude dos acréscimos de ciência, tecnologia e informação, fizeram com que a vida ultrapassasse, a cada dia, esses limites, que pudesse ir além desses compartimentos determinados pela natureza no início da história, mais tarde desenhados pela cultura circunscrita de um povo e, hoje, desfeitos pelas permanentes acelerações que transformam a vida e o tamanho das regiões. Por exemplo, os limites de uma região metropolitana ou de uma área cultura moderna são hoje permanentemente transformados na medida em que os fenômenos ganham novos conteúdos. (SILVEIRA,2006, p.82)

Torsten Hägerstrand, geógrafo sueco, dedicou-se a pensar/avaliar os elementos necessários para viabilizar uma normalidade vital para uma sociedade

fincada em um determinado espaço onde poderiam buscar alternativas para viver. Os caracteres habituais do cotidiano das mais diferentes populações esbarram em alguns elementos que os moldam, que causam um verdadeiro cerceamento de atividades pela natureza física no contexto pelas quais tais atividades se dão ou se dariam. Segundo Hägerstrand (1982, p.300, *apud Pred*) toda família é cercada de uma estrutura físico-ambiental que possibilitará a normalidade de suas atividades corriqueiras. Sustentadas nessa estrutura disponível, as famílias assentadas irão se adequar para morar, criar seus filhos, trabalhar, cultivar, relacionar-se socialmente e desenvolver-se profissionalmente. Também podemos dizer que as famílias, pessoas ou comunidades são retratos da ausência das estruturas mencionadas. Nesse sentido, há realidades socioeconômicas e ambientais que se apresentam dentro de um espectro absurdo, onde a exploração de recursos, a exploração do trabalho, o descaso tanto com o próximo, como com a natureza ou a falta de iniciativa (seja do poder público, seja da sociedade local) para com as transformações necessárias, mantém o status quo e, em alguns casos, um certo caos. Somam-se a isso fatores de ordem natural-temporais biológicos como a própria incapacidade do ser humano de fazer mais do que suportar sua capacidade física, de sobrevivência, de exercer certas atividades simultâneas, enfim, limitações acondicionadas do corpo e tempo-espaço que impedirão movimentos que possam vir a alterar este quadro.

Os indivíduos, muitas vezes, deparam-se com limitações que os impedem de transitar de uma condição específica para outra, isso porque suas intenções esbarram em limitações sociais, econômicas e estruturais ou até mesmo do ponto de vista institucional, uma vez que esses indivíduos ora não têm acesso facilitado aos órgãos públicos, ora não têm esclarecimento acerca das responsabilidades do poder público e de suas obrigações para com eles. Sua capacidade de execução de projetos ou de atividades diárias são delimitadas como um prisma diante do volume temporal-espacial. Hägerstrand denomina esta ação rotineira, que aqui podemos apontar como exemplo o “dia a dia” de um agricultor ou agricultora assentada, de “ambiente de vida diária”. Estes terão seus afazeres habituais, dia ou outro precisarão ir para além de seus territórios, não além de suas possibilidades limites e retornarão a seus aposentos. O “prisma” citado de modo ilustrativo torna-se o ponto de limite de suas ações.

Nos casos das áreas dos assentamentos, tivemos um longo período de inutilidade do espaço, períodos de subutilização, imensas terras que por vezes

foram foco de queimadas e até usadas como área para prática de atividades ligadas à criminalidade, como “desova” de carcaças de veículos roubados ou exploração de madeira da Mata Atlântica, por lá preservada. Tais terras estavam sem movimentação de pessoas, de carros ou animais e apresentavam uma paisagem onde o capim alto se destacava em meio às cercas que se espalharam rumo a um horizonte a se perder de vista. Pequenas estradas de terra batida (geralmente chamada de “estrada de chão” pela população regional), cruzavam, e ainda cruzam, as propriedades e as interligam com as demais, com uma movimentação bem pacata; diariamente evidenciavam de como aquela parte do município de Pirai era o retrato do abandono e do esquecimento. Aos raros moradores dessas terras, não existia uma expectativa qualquer que algum empreendimento, transformação econômica ou evento de cunho popular pudesse dar uma dinâmica de vida diferente àquele local.

Foi então que, no início do século XXI, dois grupos, com aproximadamente 120 indivíduos cada, decidiram ocupar as duas fazendas, que são divididas pela Fazenda Santa Rosa, cuja atividade principal é a pecuária, e organizaram acampamentos segundo preceitos de métodos e ações criteriosamente adotados pelo MST.

O espaço, sob uma ótica da geografia crítica e sob a análise marxista de Lefebvre (2006, p. 81-91, *apud* Schmid) “compreende este como superfície vivida, sociável, não vista como espaço absoluto, vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções (...)” o espaço social é sobretudo um produto social. Para compreender essa tese é fundamental e necessário, antes de tudo, romper com a concepção generalizada de espaço, imaginado como uma realidade material independente, que existe em “si mesma”. Contra tal visão como Lefebvre, utilizando-se do conceito de produção do espaço fundamentalmente atado à realidade social - conclui que o espaço “em si mesmo” jamais pode servir como um ponto de partida epistemológico. O espaço não existe em “si mesmo”. Ele é produzido socialmente, é retrato cultural e político dos atores que interagem, exploram, cuidam, enfim, territorializam a área.

Na concepção de Santos (1996), um dos geógrafos mais comprometidos com a discussão, o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de forma que se apresentam como testemunho de

uma história escrita por processos do passado e do presente. É resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais. Complementa ainda que, como ressalta Baudrillard (1970) “(...), vivemos segundo o seu ritmo e sua incessante sucessão”. Mediante isso, podemos afirmar que o espaço é sede de constantes transformações, alterando sua fisionomia, sua função e sua estrutura matriz.

O espaço não é somente uma instância política, um campo de ações de indivíduos/grupos, ligado ao processo de reprodução do trabalho através do consumo, o espaço é mais do que isto. Engloba esta concepção e a ultrapassa. O espaço merece ser concebido como o “*locus*” da reconstituição das interações sociais, da própria produção do trabalho ou mesmo de inovações na apropriação e na fixação territorial. E no caso das redes, é nessa espacialidade que vão circular as pessoas e produtos que dão dinamismo a elas. É dentro desse espaço que os distantes pontos se “aproximam”, graças aos elementos técnicos que facilitarão essa aproximação e fluidez, sem o reducionismo do “fim dos lugares” e da existência de “um lugar único”, mas sim de um grande corpo, onde diferentes extremidades, ligadas por tanto por vias físicas (como as estradas), como por fios invisíveis (como a internet e o sinal de telefonia), conectam-se entre si ou/e a um ou mais determinado centro.

Retomando a história dos assentamentos, foi a partir da organização de pessoas sem posse de terras, especialmente moradores de periferias da cidade de Volta Redonda e adjacências, (conforme abordamos anteriormente na seção 4.1, página 64), ante todas as suas dificuldades de moradia, de adquirir um emprego regular, de criar seus filhos e de ter um mínimo de dignidade em qualidade de vida, tomaram a corajosa decisão de ocupar as terras subutilizadas das Fazendas Aimorés e CESBRA no município de Pirai – RJ durante o ano de 2004, no médio Paraíba fluminense. Baseando-se no dispositivo constitucional em favor da reforma agrária existente no país, previsto no artigo 184 da Constituição Federal, que invoca à terra seu valor social, esse coletivo de pessoas sem acesso à terra e à margem de uma participação ativa no mercado de trabalho e de modo um tanto limitado na condição de consumidores, parecem ter percebido o espaço tal como analisa Lefebvre:

O espaço entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, “vazio e puro, lugar por excelência dos números e proporções” (...), nem como produto sociedade, “ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto funcional. (LEFEBVRE apud CORRÊA, 1976, p.29-30).

Definitivamente, o que não se tinha nas áreas que abarcavam as duas fazendas mencionadas, era vida social, terra cumprindo sua função social ou local com qualquer funcionalidade do ponto de vista cultural e do mundo do trabalho. A ocupação por parte desses grupos de sem terras, organizados e orientados pelo comando do MST do Rio de Janeiro reivindicavam esta função, qual seja: que o espaço – que aqui podemos substituir pelo termo “terra”, – não exercia há tempos sua funcionalidade. A terra, neste caso, passa a ser vista como uma possibilidade de mudanças de rumo, um redirecionamento na trajetória de vida dessas pessoas, uma chance de ter moradia, trabalho, renda, autonomia e alimento à mesa. Entre os anos de 2004 e 2007, os acampados estiveram por três anos, aproximadamente, vivendo sob barracos de paus, bambus e lonas (Figuras 2 e 3, página seguinte), dividindo banheiro/fossa coletivo, enfrentando frio, sereno, animais peçonhentos como aranhas, cobras, formigas e marimbondos, ameaças de despejos judiciais e ameaças de capangas do proprietário legal das terras. No entanto, com o passar do tempo, foram criando identidade com o lugar, foi-se criando uma territorialidade com aquilo que eles passaram a construir: o seu território. Mesmo sem diagnóstico do órgão governamental para avaliar o imbróglio jurídico ali instalado que neste contexto cabe ao INCRA, e uma sentença judicial que definiria a permanência do grupo nas terras, os sem terras já roçavam o mato, limpavam glebas de terras e plantavam gêneros de subsistência.

Figura 2 – Vista panorâmica do Acampamento Terra da Paz



Acampamento central Terra da Paz - 2005 – acervo pessoal do autor

Figura 3 - Barracos no Acampamento Terra da Paz



Antigo acampamento central Terra da Paz, corredor entre barracos – 2005 – acervo pessoal do autor

Foi improvisada uma cozinha central (Figura 4) onde havia um rodízio entre casais que revezariam, dia após dia, a vez de cada um prepararem refeições para todos. Vivenciaram na prática o que Élisée Reclus, um geógrafo anarquista francês do fim do século XIX, membro da Comuna de Paris e da Primeira Internacional dos Trabalhadores cuja suas obras tratavam muito da questão coletivista, escrevera mais de 110 anos antes:

Figura 4 - Cozinha comunitária – Terra da Paz



Interior da cozinha comunitária. Início, acampados com barracos de bambus, lonas e madeiras - Acampamento Terra da Paz – Pirai RJ. – 2005 – acervo pessoal do autor

[...] uma imensa evolução tem-se realizado, anunciando a próxima revolução. Esta evolução consiste em que a “ciência” econômica, que profetiza a falta de recursos e a morte inevitável dos famélicos, foi achada em falha, e que a humanidade sofrente, antes acreditando-se pobre, tem descoberto sua riqueza: o ideal do “pão para todos” não é uma utopia. A terra é vasta o suficiente para abrigar-nos a todos em seu seio, e é rica o suficiente para fazer-nos viver no desafogo, é capaz de dar os alimentos necessários para todo mundo comer, faz nascer plantas fibrosas suficientes para se vestir, contem pedras e argilas bastantes para todos possuírem casa. Tal é o fato econômico em toda sua simplicidade [...] e isto sem precisar a ciência intervir para fazer desistir a agricultura dos seus procedimentos empíricos e colocar a seu serviço todos os recursos de que atualmente dispõe a física, a química, a meteorologia e a mecânica. (RECLUS, p.210. 1891)

A experiência de viver em um coletivo, sob orientações de uma rede de ajuda formada por quadros experientes do MST, de advogados da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e assistência de profissionais e acadêmicos ligados à UFRRJ proporcionou esclarecimento e amadurecimento político e, sobretudo, fortaleceu a aceitação e o respeito ao outro, ao seu companheiro de luta e jornada, elementos esses que os nutriram de forças e esperança de que seus objetivos não se tratavam de utopia ou devaneio. É importante destacar as articulações que se fizeram para a concretização destes assentamentos. Como apontado, 50% dos assentados são provindos da cidade de Volta Redonda, local onde, em 2003, formou-se uma organização de base e também de ações sociais e políticas da Igreja Católica. Há assim, um conteúdo político de base local que se articula junto à luta pela reforma

As antigas terras das fazendas Aimorés e CESBRA, no município de Piraí, sofreram transformações enormes, testemunhadas por todos aqueles que convivem regularmente no entorno de tal espaço geográfico, principalmente no período pós desapropriação e loteamento dos assentamentos. Ambas as fazendas tiveram o auge de suas atividades em séculos passados, a Fazenda Aimorés no século XIX, com a produção de café e cana e a Fazenda CESBRA com a monocultura cafeeira. Depois, com o declínio da cultura cafeeira na década de 1930 em toda região sudeste, essas terras caíram no ostracismo e ficaram subutilizadas, deixando de cumprir a função que cumpriram por décadas. Fotos retiradas no início deste século XXI, atestam o abandono dessas terras (Figuras 5, 6 e 7, p. 75 e 76). O início da ocupação foi penoso e de dura realidade, sendo necessário muita resiliência para manter-se a firmeza diante às adversidades com que se deparavam, como comentam os assentados Luiz e Selma (nomes fictícios):

Henri: Fale sobre as principais dificuldades encontradas.

Luiz: “Falta de ocupação remunerada, era difícil encontrar um meio de fazer um bico ou um serviço, as pessoas viravam as costas ao saber que eram “sem terras”. O Sereno da noite era brabo de aguentar vivendo na lona”

Selma: “A maior dificuldade foi morar debaixo de lona. Não durava muito e as lonas rachavam devido ao sol, logo o vento entrava nos cômodos e ameaçava arrancar a lona com tudo, com chuva, pingava dentro do espaço confinado, um horror”

Em conversas e entrevistas com outros assentados, os problemas e dificuldades encontrados no início se repetiam nas falas.

Henri: No que compete a serviços públicos, como você avalia?

Luiz: “Classifico como boa. Serviços como luz elétrica, saúde e educação, a light atende bem, demora, até porque também estão afastados da cidade, mas vem e resolve, o postinho de saúde tem um serviço muito bom, todas as crianças foram matriculadas a prefeitura manda o transporte direitinho, mas o serviço de ônibus é bem ruim para os assentados, só há ônibus 2 vezes no dia, atrasa e por vezes quebra”

Em conversas informais e entrevistas com outros assentados, esses serviços elogiados por Luiz, também eram, por vezes, citados positivamente pelos demais, já o transporte público local, foi até mais lembrado, como o pior, pela população assentada.

Figura 5 - Terras da antiga fazenda Aimorés



Área da antiga Fazenda Aimorés – Pirai/RJ -- acervo pessoal do autor . dez/2006

Figura 6 - Terras da ex-Fazenda CESBRA



Antiga Fazenda da CESBRA – Pirai/RJ - – acervo pessoal do autor. dez/2006

Figura 7 - Terras da ex-Fazenda CESBRA



Antiga Fazenda da CESBRA – Pirai/RJ- acervo pessoal de Henri Nícolas do C. Coutinho. dez/2006

As fotos retratam o ostracismo e abandono das fazendas no início do século XXI. Apenas a Fazenda Aimorés, (Figura 8) que mais tarde dará origem ao Assentamento “Terra da Paz”, havia se transformado em área de pastagem de um pequeno número de cabeças de gado, com o declínio das atividades canavieira e cafeeira, ainda assim, eram muitos hectares para as cabeças de gado espalhadas na imensidão das terras.

Com o processo de desapropriação em curso, a antiga fazenda CESBRA torna-se o Assentamento Rural “Roseli Nunes” e a Fazenda Aimorés dará lugar ao Assentamento “Terra da Paz” respectivamente em março de 2007 e novembro de 2006 (embora o processo de loteamento só venha a se concretizar 2010). Os anos subsequentes testemunharam as transformações na paisagem local: barracos de madeira (ver Figura 9, p.78) darão lugar à casas construídas com cimento e tijolos, o capim alto darão lugar a canteiros de plantações, novas cercas e portões, agora de pequenas propriedades surgirão, mudas de árvores nativa da mata Atlântica serão plantadas pelos novos moradores oficiais e darão uma “nova vida” ao espaço redefinido.

Figura 8 - Antiga sede da Fazenda Aimorés



Sede da antiga fazenda Aimorés, que dará lugar ao Assentamento Terra da Paz – acervo pessoal do autor – 2005

Figura 9 - Barraco de madeira (parte externa) no Acampamento central



Num primeiro momento, a ocupação do espaço se deu de modo precarizado, com barracos de madeira e plástico. Acampamento Terra da Paz – Pirai RJ. – acervo pessoal do autor. dez/2006

Figura 10 – Horta - Acampamento Terra da Paz



Horta desenvolvida no Acampamento Terra da Paz – – acervo pessoal do autor - 2005

Em pesquisa de campo, realizada em fevereiro de 2020, foi possível verificarmos plantações de hortaliças, milho, aipim, jiló, laranja, limão, abóbora,

pimentas, feijão, manga, banana, berinjela, quiabo, cana de açúcar, orégano, batata, mamão, inhame, além da criação de gado e galinhas. Plantações que servem para subsistência e para comercialização. Outra alteração espacial é o surgimento de pequenas casas de alvenaria em meio à paisagem bastante verde, seja das plantações, seja das matas originais preservadas ou mesmo do capim que também se faz presente. Apesar de tudo isso, ainda há relatos dos assentados queixando-se da demora em sair os documentos do INCRA para que pudessem dar entrada requerendo as verbas individuais para a construção de residências via o PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural¹¹

4.3 As mudanças a partir das desapropriações e territorialização

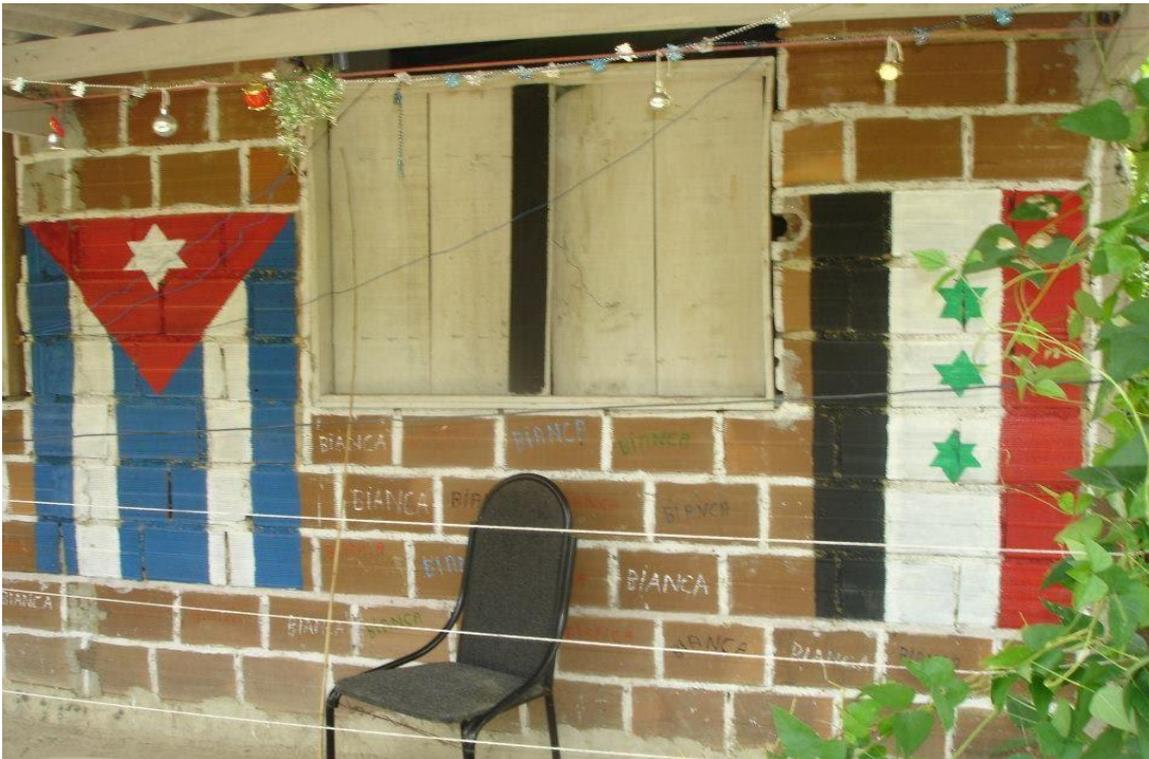
Só a partir da concretização do processo de desapropriação-loteamento das áreas, no ano de 2010, que a população local pôde de fato ter um pouco mais de tranquilidade sobre seu futuro e suas pretensões. Entretanto, ainda não havia a certeza de onde cada família seria assentada exatamente nas terras. Era necessário um loteamento feito pelos técnicos do INCRA mapeando tais lotes e, posteriormente, um sorteio para as famílias cadastradas. Os terrenos mais acidentados seriam maiores, enquanto os terrenos planos menores. Portanto, não há uma padronização, estabelecendo terrenos divididos em tamanhos iguais, pois o tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que cada lote oferece como potencial, após avaliação técnica especializada de profissionais do INCRA.

No decorrer da pesquisa, até aqui, o que pudemos acompanhar nesses anos pós-desapropriação foi o surgimento, em diversos lotes ao longo das terras, de habitações acompanhadas de plantações e cercas improvisadas delimitando os terrenos. Houve um melhoramento, bem pequeno, nas vias de acesso, muito provavelmente graças ao aumento da circulação de veículos e por improvisações dos novos habitantes. Barracos de barro e de bambus com lonas foram deixando de fazer parte da paisagem local, dando vez às casas de alvenaria (Figura 11– p.80), o

¹¹ PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural - lei nº 11.947, de 16/6/2009, tem por finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do Orçamento Geral da União

capim alto dando lugar a hortas e plantações (ver Figura 12 - p.81). A movimentação de pessoas, antes tão escassa, passou a ser mais frequente e até uma nova geração de crianças nascidas no campo surgiu. Não foram poucos os casais que vieram a ter filhos nesses assentamentos, inclusive crianças e adolescentes que vivenciaram todo o início de formação desses assentamentos, vieram a formar novas famílias ali e se tornaram mães e pais assentados.

Figura 11- Casa de Alvenaria



Casa de alvenaria – Assentamento Terra da Paz – Pirai/RJ. 2011. – acervo pessoal do autor

Em menos de um ano após o loteamento realizado pelo INCRA – RJ e a liberação de recursos provenientes do PNH, os assentados já estavam com residências de cimento e tijolos, não mais madeiras, bambus e lonas. Geralmente os próprios assentados tratam de construir, ou quando necessário, reformar suas casas, muitas vezes com apoio da vizinhança.

Figura 12 – Horta – Assentamento Roseli Nunes



Produção de hortaliça de um assentado no Roseli Nunes – Pirai RJ. 2011. – acervo pessoal do autor

Houve até mesmo assentados que resolveram criar gado leiteiro (ver Figura 13). Alguns assentados plantaram árvores nativas da mata atlântica no entorno das nascentes no intuito de preservá-la e construíram poções retendo as águas a fim de usá-las na irrigação da agricultura; inclusive há casos de criação de peixes.

Figura 13 - Produção leiteira – Assentamento Roseli Nunes



Assentado Anselmo, retirando leite para produção de queijo e para própria subsistência – Roseli Nunes – Pirai/RJ. Janeiro de 2020. Foto enviada pelo assentado José Luiz

Com o tempo, naturalmente essa população foi criando sua identidade local, muitos filhos nasceram ali, muitos adultos hoje chegaram nessas terras ainda crianças, viveram uma vida ali e têm profunda ligação com as transformações que presenciaram. É isso que Haesbaert (2000) chama atenção para o processo de territorialização-desterritorialização e reterritorialização

“Como entender um espaço que se dissocia e se integra ao mesmo tempo? A antiga lógica espacial em que os principais sujeitos desenhavam superfícies ou áreas contínuas, e que nos permitiam visualizar “regiões” relativamente coerentes e coesas, parece cair por terra, ou melhor, a ela se mesclam lógicas ditas reticulares, ou seja, de redes (...)”

Essas pessoas passaram a exercer o poder de comandar as ressignificações que foram sendo configuradas, foram atores das transformações e dos novos valores que tais terras foram incorporando, enfim, aplicaram na prática a epistemologia conceitual de território na Geografia. Averiguamos, através das pesquisas de campo, e refletimos, neste capítulo, com mais profundidade as espacialidades locais e como essa territorialidade foi sendo construída (segundo Haesbaert a re-territorialização).

Antes de entrarmos no processo de ocupação e uso deste território nos referidos assentamentos, damos atenção para uma apresentação sobre o contexto, no Brasil, do papel do INCRA, reproduzindo aqui sua redação de apresentação, presente em seu site oficial:

“ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o instituto está implantado em todo o território nacional, por meio de 29 superintendências regionais e 49 unidades avançadas. Parcerias com estados e municípios também viabilizam a oferta dos serviços da autarquia.

Missão: Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável” (INCRA – 2023)

Ainda no site do referido órgão, existem uma série de condicionantes e exigências a serem cumpridas por aqueles que desejam se candidatar a fazer parte dos programas voltados para reforma agrária.

4.4 Regramento para assentamentos

De acordo com o INCRA, os agricultores que receberem o lote comprometer-se-ão a morar na parcela de terra e a explorá-la para seu sustento, fazendo uso da mão de obra familiar. Eles farão jus a créditos, infraestrutura, assistência técnica, e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas. Até a emissão do título de domínio, o lote pertence ao INCRA. Portanto, sem o documento o beneficiário não pode vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros.

Durante pesquisa de campo, em entrevista realizada com um casal de assentados do assentamento Roseli Nunes, cuja mulher era uma das coordenadoras estaduais do MST, foi-nos relatado por ela o quanto a política de reforma agrária adotada pelo INCRA no governo Bolsonaro estava dividindo companheiros (principalmente aqueles menos – ou nada - engajados no movimento) e destruindo o propósito de reivindicar terra para nela morar, produzir alimentos, trabalhar e gerar renda, isso porque o órgão passou a promover a titulação definitiva dos lotes aos assentados, o que o MST é, e sempre foi, contra. O Movimento defende titulação provisória de dez anos, renovável por mais dez anos, e a cada década, sob condição de estarem, os assentados, morando e produzindo na terra adquirida, sob fiscalização e acompanhamento do INCRA, recebendo incentivos do governo, por meio de políticas em favor da agricultura familiar e reforma agrária. Entregar-lhes a terra em definitivo e “lavar as mãos” esperando destes que eles se desenvolvam por si próprios, sem assistência técnica e financeira, dando-lhes a autonomia para fazer o quê “achar melhor” com a terra adquirida, é repetir erros de projetos ocorridos no passado como o de alocar população em áreas totalmente inóspitas.

Foi no governo de Michel Temer que ocorreu uma mudança na política de reforma agrária que vigorava até então. Antes, raramente o INCRA concedia titulação definitiva aos assentados, o chamado Título de Domínio (TD), geralmente o que ocorria era a renovação do título provisório por mais dez anos, após vencido um período de igual tempo, porém, quando os assentados recebiam títulos definitivos de propriedade da terra, tinham que ficar no mínimo mais dez anos para terem o direito de vender tais terras.

A partir do governo Temer, e o mesmo entendimento ocorreu governo Bolsonaro, o tempo de CCU já vale para efeito de contagem aos assentados, ou seja, ao indivíduo que ficou 6 anos com título provisório, ao receber o título definitivo (TD), bastaria cumprir apenas mais 4 anos e já poderia vender seu lote, sendo que muitas vezes as melhorias do poder público nessas áreas rurais de assentamentos levam dez ou mais anos para chegar. Para o MST, esse assentado já estaria de novo na condição de subemprego e mal alocado na periferia de uma cidade.

No caso de ambos assentamentos de Piraí, os assentados possuem, todos, Contratos de Concessão de Uso (CCU), não há nenhum caso de aquisição do TD.

É importante ressaltar: os assentados pagam pelo lote que receberam do INCRA e pelos créditos contratados. Além da distribuição de terras, os assentamentos da reforma agrária dão condições de moradia e de produção familiar, garantem a segurança alimentar de brasileiros das zonas rurais que, até então, encontravam-se sob risco alimentar e social.

Desde o início, passando pela implementação do INCRA, em 1970, até 2023, foram 82 processos de conclusão de assentamentos no estado do Rio de Janeiro. Em novembro de 2006, para o caso da Fazenda Aimoré (posteriormente Assentamento Terra da Paz) e, em março do 2007 para o caso da Fazenda CESBRA (posteriormente assentamento Roseli Nunes) – ver Anexo ao final - o INCRA reconheceu a subutilização desses espaços por seus proprietários legais e assim a justiça sentenciou a desapropriação das terras para fins de reforma agrária. Em 2010, o INCRA tratou de lotear as duas fazendas. No entanto, antes mesmo do loteamento, a população local tratou de se espalhar pelas terras e nela morar e produzir. O acampamento, que concentrava a maior parte dos ocupantes e todos os instrumentos de organização coletiva (ver Figura 16, p.91), deu lugar a uma precária área de lazer, de “terra batida” e a imensa área viu surgir diversos novos lotes, novos barracos e plantações. As expectativas, após anos de dificuldades, começavam a se materializar e novos arranjos foram tomando conta deste novo território. Após cerca de dois anos estabelecida a ocupação, no ano de 2006, em decisão tirada por assembleia, os ocupantes decidiram espalhar-se por lotes de terras e iniciaram a plantação de algumas culturas. Como forma de pressionar o INCRA, de três em três meses, um grupo de ambos os assentamentos se organizava e ia até à sede do instituto na capital fluminense para obter as

informações sobre o processo de avaliação para desapropriação das fazendas para os fins da reforma agrária. Concomitantemente, ocorreu um período de forte tensão entre o proprietário da Fazenda Aimoré e os acampados, como quando grande efetivo da polícia militar foi mobilizado para fazer valer uma decisão judicial de reintegração de posse; entretanto, os novos moradores não acataram de imediato e os advogados que assistem ao MST no estado do Rio de Janeiro, conseguiram reverter em menos de 24 horas.

Figura 14 - Barraco de lona, bambu e madeiras – Acampamento Central



Entrada do antigo acampamento Terra da Paz –acervo pessoal do autor 2005.

4.5 As experiências de aproximação e relacionamento com a população urbana

A distância estrutural é relativa aos sistemas de relações e às redes materiais e sociais, ou seja, se uma pequena localidade do interior, longe de um grande centro, foi contemplada por uma rede de telecomunicações e de transportes, consideramos que a distância foi “reduzida”. Não fisicamente, é claro, mas sim dentro das capacidades e possibilidades mencionadas no modelo têmporo-geográfico de Hägerstrand (1982) que analisa os entraves que isolam ou limitam as potencialidades de determinada população ou, por outro lado, os instrumentos, ações e elementos modernos que os colocam em condições de melhora de suas

condições de vida e trabalho, além de ampliar suas possibilidades de múltiplas interações.

Cabe aqui, portanto, o caso dos assentamentos, uma vez que estes estabeleceram uma relação estreita com as cidades de Pinheiral, Niterói, Volta Redonda e, até mesmo, Rio de Janeiro, a capital fluminense. A produção dos assentamentos destina-se a estes municípios, de modo que praticamente 100% de excedente é adquirido pelo público-alvo desses assentados.

A preocupação morfológica é a extensão e a forma de sua operacionalização, logo a distância estándar¹² deixa de ser empecilho graças aos serviços de informação e da infraestrutura urbana. O uso desta infraestrutura, aproxima os assentados dos seus parceiros comerciais, evitando assim um isolamento, a perda de produção perecível e a oportunidade de usufruir de uma relação com o meio urbano que não os deixem no ostracismo de um passado carente das novidades contemporâneas. Muito antes desses assentados se organizarem e montarem suas redes para divulgar, apresentar aos clientes em potencial e escoar a produção, tivemos uma articulação em rede que nasceu do seio da população urbana, até porque os próprios assentados eram urbanos, buscando transformações sociais que levariam a transformações rurais, como podemos perceber em entrevista concedida por um assentado, Luiz, do Terra da Paz:

Henri: Como foi formado o grupo de pessoas que vieram a se organizar com o propósito de ocupar a antiga terra da fazenda Aimoré?

Resposta: O trabalho de base foi realizado em bairros de periferia de Volta Redonda (como bairros da Caieira, Santo Agostinho e Santa Cruz), Pinheiral, Valença e Barra do Piraí). As reuniões para organizar o grupo para ocupar tiveram apoio e participação do padre Gildo e o bispo emérito da Diocese de Volta Redonda/Barra do Piraí, Dom Waldyr (in memoriam).

A diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda, que abrange o município de Piraí, entre outros, sob o bispado de Dom Valdir Calheiros, sempre teve como características fortes o apoio às lutas populares e operárias, momentos de embates contra ações do governo militar durante a década de 1970 e 1980, além de muita

12 Distância Estándar é a distância física, aquela geométrica, que se mede por metragem

proximidades com causas em favor dos pobres e oprimidos, o que gerou ao bispo o apelido entre militares e setores conservadores da região de “bispo vermelho” (uma alusão a cor que remete ao comunismo). Aproveitamos a ocasião para perguntarmos a Luiz e a outra assentada, Selma, sobre como é a assistência dos órgãos competentes a atendê-los enquanto agricultores familiares.

Henri: E sobre a assistência técnica de órgãos públicos, como vocês classificam?

Luiz: “Sempre que a EMATER é solicitada, eles atendem, só que percebe-se que eles têm limitações de estrutura por parte do governo, a relação com a SMA-Piraí é muito boa, dão algumas sementes, de tempo em tempo mandam trator para trabalhar na terra ... sobre o INCRA, classifico como péssimas a relação e a assistência”

Selma teceu elogios à EMATER e SMA, e reclamação quanto ao INCRA, disse sentir-se discriminada por serem do MST. Quanto às prestações de serviço demonstrou satisfação com a educação municipal, sobre a questão de esgoto, relata que ainda são fossas, porém disse existir projeto da prefeitura para colocar rede de esgoto, por enquanto, Selma falou que de tempo em tempo vem um caminhão da prefeitura e suga as fossas. O serviço de transporte classificou como péssimo.

Enquanto se observa um grau de satisfação razoavelmente bom em relação ao atendimento dos profissionais da EMATER e da prefeitura, seja através da SMA, seja nos serviços de saúde e educação, percebe-se que, a exceção seria o transporte público municipal, muito mal avaliado, diferente do reconhecimento positivo de outros serviços municipais, porém, quando se tratava do INCRA, no caso um serviço na esfera federal, a insatisfação era recorrente.

Em seguida, procuramos ouvir o que um desses assentados tinha para relatar sobre a comunicação com a clientela dos assentados.

Henri: E como é a relação comunicativa com essas áreas que compram, como ela se dá na prática?

Relma: A assentada disse que geralmente por whatsapp ou telefone, também há meses em que os responsáveis pelos pontos de receptação e distribuição desses excedentes visitam os assentamentos. As vendas independentes, fora da

organização do coletivo, são de porta em porta nas áreas urbanas ou levadas às feiras.

Fazendo uso da tecnologia android, há cerca de 4 anos, alguns assentados decidiram se unir em forma de um Coletivo, com o ideal de, no futuro, montar uma cooperativa. Definiram regras de respeito mútuo na divisão de atendimento às encomendas, por exemplo: se nesta semana há solicitação de 100 kg de laranja pera entre os pedidos e há dez famílias com excedentes de laranjas peras para vender, cada uma venderá 10 kg. Compraram um tanque resfriador de leite, primeiro arrendaram um caminhão de pequeno porte, depois compraram tal caminhão, dividiram algumas tarefas entre quem vai fazer os contatos com clientes, quem vai organizar a relação de produtos encomendados, quem vai ceder um espaço na sua propriedade para a triagem dos produtos e quem vai às cidades entregar tais mercadorias. Deram a este coletivo o nome de Alaíde Reis, homenagem ao assentado idealizador da proposta que acabou falecendo pouco antes de ver seu desejo funcionando na prática. Estes assentados criaram uma rede de comunicação onde através da ferramenta do whatsapp mantém conectividade com grupos de clientes em Volta Redonda, Pinheiral, Niterói e Rio de Janeiro (nesta última, em vendas no bairro da Lapa, localizado na área central da cidade – ver Mapa 2, p.89). Em Niterói e no Rio de Janeiro, há pontos comerciais que atendem e atraem um público consumidor de orgânicos e de uma agricultura mais tradicional. No bairro da Lapa, temos dois pontos de comercialização destes produtos: o “Armazém do Campo” (Figura 15, p.90), na Avenida Mém de Sá e o “Terra Criola” (Figura 16, p.91) localizado na rua da Lapa. – íntegra das entrevistas no anexo 2, ao final do trabalho, p.117-

Mapa 2 - O trajeto principal realizado pela produção do coletivo é em direção ao Rio de Janeiro e Niterói.



Figura 15 – Espaço Armazém do Campo



Um dos destinos finais da produção - ARMAZEM DO CAMPO – LAPA RJ
<https://www.brasildefatorj.com.br/2018/09/15/inauguracao-do-armazem-do-campo-reune-centenas-de-pessoas-no-rio-de-janeiro>. Acessada em 09/11/2020

Além desses, parte da produção é vendida para o coletivo Rede Ecológica, que tem diversos núcleos na capital, baixada fluminense e Niterói.

Perguntamos ao Luiz:

Quais são as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos assentados?

*Luiz: “Ah, o plantio (agricultura), o destaque que dou é para o coletivo que envolve os assentamentos Terra da Paz e Roseli Nunes, que juntos fazem uma triagem e enviam boa parte de sua produção para o Rio - **a capital fluminense**, grifo nosso - , Niterói, Volta Redonda e Barra Mansa. Vários assentados que destinam sua produção para Barra do Piraí, Pinheiral e Piraí. Mas tem quem cria porco, eu mesmo tenho galinhas e boi e vaca também”.*

Henri: E os/as assentado(a)s que não participam do coletivo, para onde esses enviam seus produtos?

Luiz : “Pra Volta Redonda, Pinheiral, Vargem Alegre (distrito de Barra do Piraí), Santanésia (Piraí)...”

Como aparece no desenvolvimento do trabalho, a produção muitas vezes toma como destinos cidades ou distritos que se avizinham, com cada família tratando de dar o seu jeito de levar a produção. A imensa maioria não faz parte do Coletivo organizado, Alaíde Reis, do qual ambos assentados entrevistados fazem. Nos municípios de Barra Mansa e Volta Redonda, os principais agentes urbanos dessa rede de distribuição são profissionais da educação ligados ao SEPE (Sindicato Estadual dos profissionais da Educação), que contribuem buscando os pedidos de seus filiados e amigos e deixando-os nas duas sedes municipais do sindicato, de onde são retirados pelos os que os encomendaram. Nos municípios de Pinheiral e Barra do Piraí, alguns assentados levam suas mercadorias para as feiras da cidade. Nas entrevistas, verificamos que vários desses assentados têm a prática de juntarem parte de seus excedentes agrícolas, tomarem o ônibus ou mesmo o veículo próprio e se deslocarem até as áreas urbanas desses dois municípios para venderem esses excedentes. Então, as ramificações dessas redes de comercialização e distribuição funcionam de modo que parte significativa dos assentados divulgam, pelo whatsapp, a produção semanal, colhem pedidos e dias depois levam, através de um caminhão comunitário adquirido pelo coletivo, seus produtos até um ponto específico de cada uma dessas cidades.

Figura 16 – Galpão Terra Crioula



Ponto de venda dos assentamentos na capital – Espaço Terra Crioula - Lapa

<https://www.brasilefatorj.com.br/2017/09/21/espaco-de-comercializacao-terra-crioula-reabre-no-dia-26-no-rio-de-janeiro>

Periodicamente, a produção de ambos os assentamentos toma rumo das cidades mencionadas, através de um caminhão que presta serviço aos agricultores

locais, fazendo uso das estradas que cortam as suas terras e as ligam aos municípios vizinhos e à rodovia Presidente Dutra, rodovia esta que os ligam à região metropolitana do Rio de Janeiro. Parte da população desses municípios passaram a experimentar uma diversidade maior de gêneros agrícolas e subprodutos desses, alguns até então pouco conhecidos por essa população como: hortelã pimenta, ora pro nobis, capim limão e nhoque de aipim, passando a ter a opção de adquirir produtos 100% orgânicos. Através deste consumo, viram aumentadas suas alternativas de uma alimentação mais saudável, não apenas com gêneros diretos da agropecuária, mas também subprodutos destes como queijos, doces, pomadas, geleias, xaropes, temperos e pães (ver figuras 17, 18, 19, 20 e 21, págs. 92 e 93). Outro fator de benefício à população urbana que se pode considerar é a maior oferta de alguns produtos, o que, de acordo com a lei de mercado, acaba evitando preços inflacionados. As cidades passam a ter um ponto de representatividade dessa inovadora experiência, uma ligação direta com os novos agricultores, sem a figura tradicional do atravessador, aquele que pega a produção com os produtores e repassa aos consumidores.

4.5.1 Alguns produtos beneficiados pelos assentados

Figura 17 – Doce de Leite



Doce de Leite – foto enviada pela assentada Relma Damasceno – Terra da Paz. 2023

Figuras 18 e 19 – Jaca e nhoque



Jaca limpa, picada e embalada. Nhoque- – foto enviada pela assentada Relma Damasceno – Terra da Paz. 2023

Figura 20 - Pão de forma



Pão de forma vegano – foto enviada pela assentada Relma Damasceno – Terra da Paz. 2023

Figura 21 - Pão vegano



Pão de forma comum– foto enviada pela assentada Relma Damasceno – Terra da Paz. 2023

Um acordo de “cavalheiros” existe entre os membros do coletivo Alaíde Reis; aquele que resolver inovar, ousar trabalhar o beneficiamento de um determinado produto, deve ser respeitado pelos demais, que não copiarão o produto para não gerar concorrência entre eles. Já há muita concorrência no mercado fora dali e o objetivo desse acordo é que cada um busque uma outra alternativa, até mesmo para incrementar ainda mais o cardápio de opções do coletivo a oferecer aos parceiros. Portanto, cada foto dessas mostradas anteriormente, é produção exclusiva de uma única família assentada. Não teremos duas famílias produzindo pães de forma comum, por exemplo.

4.6 A diversidade ofertada

Durante as 42 entrevistas realizadas com famílias assentadas nos dois assentamentos (a grande maioria de assentados, não integram o Coletivo Alaíde Reis) perguntamos quais os produtos/mercadorias que cada família produz, seja para consumo próprio e/ou para comercialização e tivemos a vasta lista que se

segue : Abacaxi, abacate, abobora, abobrinha, açafração, amora, arroz, acelga, alecrim, alface, alfavaca, agrião, alho, acerola, aipim, banana sapo, banana d'água, banana, prata, banana da terra, banana maçã, banana nanica, banana ouro, beterraba, berinjela, batata inglesa, batata doce, boldo, bolinhos de aipim com queijo, broto de bambu em conserva, capim-limão, camomila, cana de açúcar, cana de açúcar picada e descascada, canela, couve, couve manteiga, couve chinesa, cebolinha, chicória, coentro, doce de leite, doce de figo, doce de mamão, doce de abóbora, esterco, espinafre, escondidinho de batata com queijo, escondidinho de aipim, erva-cidreira, erva-doce, húmus, hibisco, fava, feijão, figo, folha de penicilina, fruta do conde, jiló, galinha caipira, geleia de amora, jaca, geleia de goiaba, geleia de laranja, geleia de romã, goiaba, hortelã, hortelã pimenta, inhame, laranja lima, laranja da terra, tangerina decopom, laranja champanhe, laranja pera, laranja bahia, leite de vaca, lima, limão taiti, limão galego, limão bravo, limão rosa, limão siciliano, louro, maracujá, manga espada, manga coquinho, manga carlotinha, mamão papaia, mamão formosa, mamão verde, manjeriço, milho, ovos, mexerica, quiabo, queijo minas, orégano, pão de forma vegano, bolos (diversos), peixes (diversas espécies), ora-pro-nóbis, pimentas (diversas), pitanga, pocã, porco, rabanete, requeijão caseiro, romã, rúcula, tempero caseiro, terramicina, xarope. A partir da produção dos assentamentos, muitos dos consumidores urbanos que passaram a compor a rede de clientes, passaram a conhecer e consumir gêneros até então desconhecidos por eles.

CAPÍTULO 5 - AS REDES GEOGRÁFICAS NAS EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS TERRA DA PAZ E ROSELI NUNES

Como as conexões em redes permitiram tirá-los do isolamento, inclusive, reforçando essa premissa, é pertinente ressaltarmos que Haesbaert observou ao categorizar as transformações sociais pelas quais os territórios passam, dando lugar a “novos territórios”

(...) a luta dos homens contra a distância, distância que ao mesmo tempo separa as sociedades e é um princípio de organização de vida interior. Isto, no meu entender permite uma das definições possíveis dos processos de desterritorialização: a superação constante das distâncias a tentativa de superar os entraves espaciais pela velocidade detonar-se libertos' em relação aos constrangimentos (ou rugosidades, como prefere Milton Santos) geográficos. (HAESBAERT 2000, p.168)

Sendo assim, vimos como o espaço torna-se vital para existência autônoma de um grupo de indivíduos e que essa autonomia nutre-se de uma vitalidade ainda maior, a partir da construção de diferentes redes de circulação e conexão com as cidades. As formas como foram construídos esses canais, sua aplicabilidade, a gestão e as decisões, sejam as individualizadas ou as coletivas, as questões que competem assistência do poder público e os acessos – ou não – a empréstimos bancários e financiamentos também são matérias de averiguações deste capítulo. De acordo com Carlos Guanziroli (2007), o acesso a créditos e financiamentos agrícolas torna-se um dos maiores obstáculos enfrentados pelos pequenos agricultores no Brasil. Verificamos, por meio de entrevistas com os assentados rurais, quais são as alternativas que estes personagens buscam a fim de superar tal deficiência.

5.1 A constituição de redes como alternativa de integração de assentamentos rurais e cidades

Haverá uma gama de carências que afetam uma população que se veem excluídas de um processo de inovação que não os contemplam, tampouco os inserem no mercado que se renova e se transforma frequentemente, seja como

força de trabalho seja como consumidores que o MST fincará suas bases e desenvolverá suas estratégias de formação e persuasão.

Esse movimento organizado reconhece as desilusões e a falta de perspectivas, diante do quadro em que se encontram. Para isso, fez-se necessário organizar, mobilizar algumas lideranças e traçar uma linha de ação para atrair e começar as ações políticas junto ao grupo para que se pudessem reconhecer protagonistas de uma nova história de suas próprias vidas. Assim, uma rede de ações e agendas é formada para ofertar condições de retirá-las dessas condições de vulnerabilidade social e marginalidade no meio urbano; um longo processo de articulação de ações em redes para alimentá-las de orientações e segurança necessárias ao desafio de lutar por uma transformação e fazer um movimento migratório invertido àquele do êxodo rural da segunda metade do século XX— esta foi uma alternativa pensada pelos envolvidos. Ou seja, o movimento da cidade para a área rural.

5.1.1 A rede de articulação originária

Veremos que, para surgir um acampamento de ocupação de terras, é necessário uma série de articulações e requer uma organização prévia. No início do ano de 2004, lideranças estaduais do MST, que davam suporte, informações jurídicas que respaldavam a ação de ocupação dos latifúndios, conseguiram se articular e obter certo apoio de setores sociais da Diocese de Barra do Piraí. A Igreja Católica da região, por meio de setores mais progressistas, em Volta Redonda e Barra do Piraí, cediam o espaço físico para que se fizesse o chamado trabalho de base, as reuniões de formação, onde se explicava a importância de se mobilizar, de buscar a unidade para a luta pela sua própria terra, da necessária informação sobre a existência da lei de reforma agrária; Também buscou-se demonstrar o quadro da concentração fundiária no país e conscientizar da importância de atos concretos para reverter essa realidade. Antes de tomar a decisão definitiva da migração, os migrantes adentram numa rede de contatos e de informações que fornecem um mínimo de segurança à sua decisão em arriscar a mudar-se. Neste caso específico, viemos destacar as figuras religiosas de setores da Igreja Católica na Diocese de Volta Redonda e Barra do Piraí, como citadas nas entrevistas realizadas, as lideranças de ambos os assentamentos: padre Gildo e o Bispo Emérito Dom Waldyr

Calheiros. Com a ajuda desses, logo formou-se uma rede de apoio no meio urbano para uma ação transformadora no espaço rural composta de religiosos, lideranças e advogados ativistas.

Em meio a essa população, também surge uma rede de comunicação que funcionou como instrumento para ratificar o movimento que se iniciava e passaram a convidar outros amigos ou parentes que conviviam com realidades similares às suas. Logo, podemos dizer que as redes não são novidades na forma de avanço e superação e que determinados grupos sociais as utilizam frente às limitações e/ou dificuldades encontradas na estratificação social que os afetam. As iniciativas de se buscar alternativas estão ancoradas e atreladas, substancialmente, às circunstâncias momentâneas emergenciais. Assim, nascem propostas que vêm superar uma desigualdade materializada, muitas vezes, em táticas de territorialização desenvolvidas com bastante resiliência, coletivismo e força de vontade de transformar as suas realidades.

Segundo Dias (2007, p.23) “A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais. As escalas não são dadas a priori, são construídas no processo”. Portanto, são mutáveis, conflituosas e, enfatizamos ainda que, a noção de redes estabelecidas por Dias nessa passagem, aponta como uma construção social, antrópica, carregada de intencionalidades e aspirações de natureza social, pode conectar pontos ou lugares mais ou menos distantes. No caso dos assentamentos rurais, há de se destacar como foram sendo criadas redes sociais cujas articulações confluíram em auxílios aos assentados. Assim foi na organização de suas origens enquanto grupo, que segmentos do meio urbano, como sindicalistas, religiosos, advogados, universitários e direção estadual do MST os ajudaram, cada qual dentro de sua possibilidade, amadurecendo de alguma forma laços e mecanismos de comunicação, assim, mais tarde a rede toma maior dimensão e ganha a adesão de novos atores como a comunidade acadêmica e órgãos técnicos como o INCRA e a EMATER.

5.2 Bases de apoio e contato permanente

Com as pesquisas desenvolvidas, foi possível observarmos que funciona em torno desses assentamentos uma rede permanente de grupos de setores da sociedade, quase todos urbanos, que interagem com a população dos dois

assentamentos. São sindicatos, profissionais da saúde, profissionais da educação, pequenos comerciantes, docentes e discentes da UFRRJ, a direção estadual do MST e alguns religiosos. Atualmente, membros da Igreja Católica, que na época da organização de formação do grupo e nos meses subsequentes à ocupação das fazendas foram cruciais como base de apoio, não se fazem mais presentes. Há duas igrejas pentecostais, uma em cada assentamento, com pequenas células.

Todavia, são parte de uma rede conectadas às vendas da produção nas cidades, especialmente na capital fluminense, que semanalmente revelam maior vigor e oportunizam uma relação que permite aos assentados uma inserção econômica, evitam perdas de sua produção perecível e os mantêm atentos às demandas do mercado consumidor urbano. É uma questão estrutural fundamental. Cabe neste caso, o paradigmático da economia solidária que protagoniza uma forma de se relacionar com o mercado menos pragmática, mais próxima, mais recíproca, como apontamos na seção 2.1.1, Saborium (2018 apud Ostrom, 1998) menciona a cooperação como um elemento crucial para se adquirir uma condição paralela à lógica egoísta do mercado capitalista.

Para resumir, Ostrom reúne numerosas evidências de dispositivos de cooperação e de reciprocidade que contradizem as teorias econômicas de ação racional. Os indivíduos obtêm resultados melhores que racionais construindo as condições para que a reciprocidade, confiança e reputação contribuam para superar ou reduzir as tentações de interesses egoístas (SABORIUM, p.41. 2018)

Essa busca por uma relação amistosa e autônoma dentro dessas redes, pode fazer grande diferença em um projeto de subsistência sustentável que proporcionaria uma consistência de modelo de autogestão desses agricultores familiares para com suas respectivas produções. Há um interesse pujante entre setores do meio urbano em fazerem questão de ser parte dessa rede que não se trata mera “ajuda”, mas sim em consumir uma mercadoria mais saudável, produzida com responsabilidade ecológica, sem exploração de mão de obra danosa e fugindo um pouco da ordem de produção e comercialização capitalista.

5.3 Ampliação das redes sociais e técnica e a questão da logística

Como vimos anteriormente, a constituição de redes de apoio fez-se presente no “antes” e no “depois” da ocupação das terras, mas os primeiros anos foram de

dificuldades enormes para essa população, principalmente no que se refere à comunicação. Estamos falando da década de 2000 e início da década de 2010. A ausência inicial de cabeamento que distribuisse luz elétrica nas áreas, a falta de torres de sinais de telefonia e de internet os deixavam bastante isolados.

Havia de modo bem pontual um ou outro ponto de onde se pudesse improvisar uma captação clandestina de luz (popularmente chamado de “gato”). Sem notícias do mundo externo e acesso a certas novidades, sem condições de afagar a saudade de familiares e, nos primeiros anos, sem contato com setores urbanos, os elos existentes ou eram muito enfraquecidos, o principal deles com a direção estadual do movimento (MST) ou simplesmente não existiam. As condições de infraestrutura material e de tráfego pelas terras eram precárias, também contribuindo para esse isolamento. Enfim, a falta de infraestrutura era um empecilho significativo.

Todavia, essa realidade modificou-se com o tempo. Aos poucos, entre os anos de 2011 e 2014, a expansão da rede elétrica ocorreu por intermédio do projeto “Luz para Todos” do governo federal ou através de solicitações individuais que os próprios assentados foram fazendo junto à empresa fornecedora de energia elétrica, Light. Houve, por intervenção dos próprios ocupantes, uma pequena melhora nas vias internas e chegou às redondezas, uma torre repetidora de sinal de telefonia, diminuindo desta forma o isolamento no que tange a comunicação. Esta situação trata de mais uma dificuldade (superada), entre outras já relatadas por intermédio das entrevistas, no capítulo 4, seção 4.3, p.79.

Com o tempo, a comunidade acadêmica também passou a interagir com os grupos. O interesse em estudar a forma de se organizarem, de se apropriarem dos espaços, de subsistirem e interagirem, passa a ser objeto de análise científica. Como um conjunto de fatores favoreceu a contínua evolução da produção agrícola, como as orientações e experiências repassadas pelo MST, pela comunidade acadêmica e até mesmo trocada entre os assentados que já tinham de uma vida no campo anteriormente, resultaram em alimentos para subsistência e em um excedente para geração de renda, logo os contatos com feirantes, com pequenos comerciantes e até com moradores urbanos, que por vezes são consumidores diretos, foram se estabelecendo e mais adiante, ampliando-se. No decorrer do período da consolidação das atividades produtivas dos assentamentos, os movimentos sociais, alguns sindicatos e alguns partidos políticos, todos de atuação

ativa nas cidades, aproximaram relações com esses sem terras e, desde então, constantemente participam ou constroem juntos atos, manifestações e atividades diversas. Uma vez ampliada as redes, técnica e sociais, com diferentes setores urbanos, os mecanismos de articulação para o escoamento de uma produção, que com o tempo foi se avolumando, ganharam fluidez.

Esse novo paradigma revela a potencialidade das redes no seu desenvolvimento e na capacidade de reinventar alternativas à homogeneidade vigente no mercado. Os agricultores dos assentamentos “Terra da Paz” e “Roseli Nunes”, desde 2017, têm canais de comunicação via *whatsapp* com seus parceiros urbanos. Os produtos ofertados são divulgados semanalmente, os pedidos são feitos a partir daí, via aplicativo e um coletivo organizado por algumas famílias de ambos os assentamentos, por meio de um pequeno caminhão, por eles arrendado e que têm mantido sua manutenção e abastecimento. Esse Coletivo, batizado de “Alaíde Reis” envolve 21 famílias, 10 delas do “Terra da Paz” e 11 famílias do “Roseli Nunes”. No terreno de uma das famílias, o grupo se reúne em um determinado dia por eles combinado, avaliam a divisão das encomendas e separam as mercadorias que tomarão o caminho de cada área urbana atendida. Ao abordar este tipo de experiência alternativa, Silvio Bava (2004), destaca e enaltece um conjunto de atividades e ações inovadoras em que grupos reinventam sua colocação no mercado de trabalho e de emprego, através de técnicas e métodos transformadores que os incluam neste meio.

Nessa perspectiva, as experiências inovadoras podem ser avaliadas e valorizadas tanto pela sua dimensão de processos de construção de novos paradigmas e novos atores sociais, de fortalecimento da democracia e da cidadania, quanto pelos resultados que proporcionam em termos de melhoria da qualidade de vida. (BAVA, 2004, p.106)

Quando traduzimos esses dizeres para nosso objeto de estudo, reforçamos e reafirmamos a ideia que algumas ações coletivas podem oferecer uma maneira de se contrapor à lógica do mercado capitalista, uma forma de se organizar sem a presença de um patrão, sem o “atravessador”¹³, com autonomia e horizontalidade.

¹³ Atravessador aquele intermediário que exerce suas atividades colocando-se entre o produtor e o comerciante varejista (diz-se de negociante) onerando o preço final, tendo ele lucros maiores que o próprio produtor.

Voltamos a frisar a existência de uma regra que tenta buscar um equilíbrio e igualdade entre os membros, por exemplo: se nesta semana há encomendas na ordem de 40kg de aipim e temos 4 membros com aipim excedente, cada um fornecerá 10kg. Se tivermos 5 membros querendo vender o excedente, a divisão justa definirá, neste caso, $40\text{kg} \div 5 = 8 \text{ kg}$ para cada um fornecer.

Figura 22 - Triagem de mercadorias – Assentamento Roseli Nunes



Triagem das mercadorias do coletivo Alaíde Reis – acervo pessoal do autor - 2023

Acompanhamos durante uma noite os trabalhos de triagem (Figura 22) dos pedidos, baseados nos pedidos, os assentados já fazem uma prévia via *whatsapp* do quantitativo de determinada mercadoria que cada um deverá levar até o local, propriedade de um assentado, para juntar com o quantitativo dos demais para que desta forma, atinjam a quantidade necessária para atender o pedido encomendado por cada parceiro. Também trabalhando nesta metodologia, evitam deslocar-se desnecessariamente com excesso de mercadoria.

Figura 23 - Entrevista Coletivo Alaíde Reis



Sede do Coletivo Alaíde Reis – triagem e entrevista realizada por este pesquisador acervo pessoal Henri Nicholas – 2023

A relação campo-cidade observada ao longo do nosso trabalho, é o que Marafon (2019) aponta como uma ruptura de um paradigma que ilustrava o urbano como o espaço industrial, moderno e bem servido de infraestrutura e o rural como o local do atraso tecnológico, da precariedade, carente de infraestrutura e serviços, para o uma nova realidade onde o campo ganha uma “nova ruralidade”, dialogando com a cidade de forma mais eficiente, apropriando-se de novos elementos técnicos para adequar-se melhor a um mercado que exige mais eficiência na comunicação e na logística, ou o que Rua classificou como “urbanidades no rural”

“ A partir da divisão técnica e territorial do trabalho, é estabelecido um fluxo que associa campo e cidade na mesma cadeia produtiva, criando um ambiente de redes que se conectam pelos nós (as cidades) que, segundo Santos (2006), teriam funções de coordenação a fim de viabilizar esse processo. Dessa forma, a cidade e o campo se inserem no mesmo processo de produção espacial em oposição à ideia de diferentes modelos de produção para esses meios”. (MARAFON 2019, p.171)

Não temos portanto, uma ideia de oposição ou divisão do trabalho onde caberia ao campo fornecer a matéria prima e o alimento à cidade, às indústrias e aos urbanos enquanto à cidade caberia o papel de fornecedora de modernidade, manufaturados e serviços; o que temos nessa nova relação é uma complementaridade e co-dependência, contrapondo-se à antiga dicotomia de cidade X campo / urbano X rural de outrora.

CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos 19 anos em que, como pesquisador, estive próximo aos assentados, foi interessante ver como o apoio e a parceria de sindicatos, comerciantes e cidadãos urbanos na distribuição e comercialização da produção dos assentamentos se ampliaram. Temos, portanto, redes geográficas especializadas em diferentes direções, fluindo por diferentes cenários (urbano, rural, estradas, sedes/construções) e uma rede social porque está repleta de relações humanas em sua essência, e CORRÊA (2012) completa “é conveniente elucidar que entendemos por rede geográfica o conjunto de localizações humanas articuladas entre si, por meio de vias e fluxos”. O que se percebe nesse caso é exatamente isto, fluir, na prática, um conjunto de ramificações, das mais diferentes esferas e direções, porém articuladas em torno de uma causa, um propósito, e que funciona graças às ações humanas realizadas por agentes diversos.

Verificamos, nas visitas feitas, incluindo o período anterior às pesquisas para a dissertação de mestrado, que desde o ano de 2004 até 2023, os assentados tiveram que aprender a cuidar e administrar sua própria produção. A rede social que se formou para ofertar certos subsídios como linha de ação e sentido ideológico, como o fizeram o MST e a EMATER e também a comunidade acadêmica ligada à UFRRJ, a qual contribuiu com palestras, reuniões, cursos de formação em economia popular e repasse de informações técnicas, sejam voltadas ao plantio e seus cuidados peculiares a cada tipo de cultura, sejam àquelas voltadas para a gestão dos recursos e investimentos, permitiram aos assentados evoluírem em vários aspectos, como no conhecimento técnico agrícola, na independência financeira e até mesmo na percepção de nicho de mercado. Atualmente, verifica-se um avanço significativo nas condições socioeconômicas da população de ambos os assentamentos. São 34 famílias no “Terra da Paz” e 39 famílias no “Roseli Nunes”, famílias essas que encontraram meios de fazer com que os resultados de seus trabalhos alcancem as cidades.

A experiência do Coletivo Alaíde Reis demonstra que há uma organização de pequenos agricultores familiares, a partir de articulações em redes que permitem maior inserção no mercado urbano de alimentos. Do cooperativismo emerge a ampliação e a consolidação de uma estrutura mais sólida. A ideia dos assentados é

montar uma cooperativa em um futuro próximo, são esses que se mostraram mais organizados em redes, algumas vezes por mês montam cestas por encomenda para uma rede de professores ligados ao SEPE-RJ, núcleos de Volta Redonda e de Barra Mansa e consumidores do coletivo pró consumo consciente e sustentável, a Rede Ecológica, que distribui para Rio – Niterói e Baixada, porém a produção dos assentamentos de Piraí têm foco em Niterói e Capital. Mas maioria dos assentados ainda trabalha o escoamento e comércio de seus produtos de modo individual. Esses mantêm as redes de contatos e clientes que cada um, ao longo deste período de mais de 19 anos, entre acampamento e assentamento, criaram.

Tiveram que aprender questões burocráticas para terem acesso a alguns benefícios/recursos oriundos do INCRA e a fazerem jus a empréstimos de programas dos governos do estado e do governo federal para a agricultura familiar, como o Terra Brasil e o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Observamos, por meio das entrevistas realizadas até o momento, uma satisfação muito grande dos assentados com os serviços estaduais de apoio e esclarecimentos oferecidos pela da EMATER-RJ no acesso dos recursos; a mesma satisfação não acontece quando se trata do INCRA. A queixa é que o diálogo com tal órgão federal já era difícil, demorado e complicado nas questões burocráticas nos governos Dilma e Temer e ficou ainda mais dificultoso no governo Bolsonaro, frente às declarações públicas hostis que o então presidente fazia do MST, conforme nos foi relatado na ocasião de nossa entrevista, em janeiro de 2020.

Compreendemos que a homogeneização técnica a que Santos (2000) procura dar ênfase, ocorre em outros sentidos, porém, assim como Santos procura enfatizar na sua obra “Por uma outra globalização”, que a globalização “chega” primeiro para as grandes potências capitalistas, os avanços tecnológicos informacionais contemplam primeiro as cidades globais, aquelas a serviço do sistema financeiro internacional, essa homogeneização no campo das comunicações também parece ocorrer de modo similar, ou seja, primeiro os grandes agricultores capitalistas têm acesso e usufruem dos benefícios que tais avanços podem ofertar, chegando depois aos agricultores familiares, que repensando suas práticas de comercialização do excedente agrícola, também capitalizam essas inovações em favor dessa categoria. É essa forma de resiliência, uma espécie de “globalização

dos debaixo” (como diz o próprio Milton Santos), que este trabalho procurou averiguar e desvendar, para então ratificar essa máxima.

Pudemos testemunhar o quão vantajoso pode ser a política de reforma agrária, pela autonomia e independência que pode proporcionar a um/a agricultor/a familiar, que ao se unirem, como no caso do pequeno grupo que formou o coletivo Alaíde Reis, podem alcançar condições de fazer com que consigam uma fatia do mercado de alimentos; entretanto, também vimos como há vulnerabilidades e momentos de ausência do poder público.

O destaque fica por conta das articulações, as *redes*, que assentados conseguiram articular, desde o início de suas histórias de luta pela terra, até os dias atuais, buscando sua subsistência, sua renda escoando o que produz e longe da condição de miserável periférico urbano ou semiescravo de uma família aristocrática tradicional. Enfim, uma experiência de tecnologia social, uma alternativa bastante interessante de economia solidária que aponta caminhos e demonstra a importância e necessidade de se adequar às novas demandas e tecnologias, de modo a romper com a concepção alimentada pelo senso comum de que o rural é algo caracterizado pelo atraso, principalmente no que se refere à agricultura familiar, e representado por pessoas ou trabalhadores alienados dos recursos e ferramentas às quais são tão comuns à população urbana, além de mostrar que é possível se associar sem se tornar refém de grandes corporações, nem tampouco perder sua independência nas atividades exercidas e sem a submissão da exploração tão presente em outros formatos de trabalho e geração de renda.

“Cada lugar é assim, a cada instante, objeto de um processo de desvalorização e revalorização”

Santos (1996)

REFERÊNCIAS

APRILE, Jurema. **Latifúndios:** Brasil tem maiores índices de concentração de terras no mundo. Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/latifundio-brasil-tem-maiores-indices-de-concentracao-de-terra-no-mundo.htm>. Acessado em 17/03/2020.

BAVA, Silvio Caccia. “Tecnologia social e desenvolvimento local”. In: **Tecnologia social uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Utopia, 2004.

BALTAR, M. D. Pereira; Tatiana C. G. **Breves comentários sobre o processo de regularização do assentamento Roseli Nunes:** divagando sobre algumas questões jurídicas. Seropédica (trabalho em congresso), 2012.

CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social:** O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo, Edunesp, 2009.

CASTELLS, M. “Conclusão: a sociedade em rede”. In: **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 497-506.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço:** um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª Ed – Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

_____. **Trajelórias Geográficas**. 6º Ed. –Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. In: **Revista Cidades**, volume 9, número 16, 2012, p.200-220.

COSTA, Jodival Maurício; VANDA, U. E. D. A. Redes técnicas e território: notas sobre a reticulação espacial. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 32, n. 1, 2007.

DIAS, Leila Cristina. Territórios e redes: perspectivas teórico metodológicas no campo interdisciplinar do desenvolvimento regional. In: Felippi, Ângela Cristina T. SILVEIRA, Rogério L.L. **Território, redes e desenvolvimento regional**. Florianópolis: Insular, 2018, pp. 13-24.

_____. Redes: emergência e organização. In: CORRÊA, Roberto Lobato, CASTRO, Iná Elias de e GOMES, Paulo Cesar da Costa (Org.). **Conceitos e Temas**.....p. 141 – 162. 2ª Ed – Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

_____. Os sentidos das redes: Notas para discussão. In: Leila Christina DIAS e Silveira, Rogério L. LIMA da (Org.). **Redes, Sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

_____. A importância das redes para a regionalização brasileira: notas para discussão. In: LIMONAD, E. HAESBAERT, R. e MOREIRA, R. **Brasil Século XXI –**

Por uma nova regionalização: agentes, processos e escalas. São Paulo Max Limonad, 2004. P. 161-172.

FORTES, Gabriel Bias. MARAFON, Glaucio José. SEABRA, Rogério. **As relações campo/cidade e rural/urbano no século XXI.** In Chelotti, Marcelo Cervo.

MARAFON, Gláucio José. PESSOA, Vera L. Salazar. *Temas em Geografia Rural.* Eduerj. Rio de Janeiro, 2019, pp. 155-181.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Porto Alegre: L & PM (2010 [1971]).

GOMES, Paulo C. **Quadros Geográficos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GONÇALVES, C.W. Porto. **Para outras conexões rural-urbanas:** A reapropriação social da natureza. In: <https://pt.scribd.com/document/291503149/Para-Outras-Conexoes-Rural-urbanas-a-Reapropriacao-Social-Da-Natureza>. Acessado em 18 de março de 2020.

GUANZIROLI, Carlos E. "PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural". **Revista de Economia e Sociologia Rural.** vol.45 no.2, p. 301-328. Brasília:Abr/Jun 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização:** entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO. Iná, CORREA. Roberto Lobato, GOMES. P.C. da Costa (org). *Geografia: conceitos e temas.* 2ª Ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HARVEY, David. **Espaços de esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. O Espaço como palavra-chave, v. 14, n. 28, GEOUSP, São Paulo, 2012.

HARB, Antônio Geraldo. **As competências organizacionais nos segmentos de hipermercado e supermercado no Brasil.** Tese (Doutorado de Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

KLEINA, Claudio. **Metodologia da Pesquisa e do Conhecimento Científico.** Iesde Brasil S/A. Curitiba, 2016.

MARCON, Maria T.R. **As redes políticas territorializadas na serra catarinense: novas escalas de cooperação.** In: **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil.** Rio de Janeiro, Garamond, 2010.

MOLINERO, Fernando. **Los espacios rurales** – agricultura y sociedade en el mundo. Barcelona: Ariel, 1990.

MORA, José Ferrater. **Diccionario de filosofia** – tomo IV. Barcelona: Loyola, 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. A Antropogeografia de Ratzel: indicações. In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). **Ratzel.** São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, A.Umbelino. Agricultura Brasileira: transformações recentes. In: ROSS. Jurandir (org.). **Geografia do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999.

PINTO, Tales dos Santos. "O que é sesmaria?". **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-sesmaria.htm>. Acesso em 17 de março de 2020.

PRED, Allan. O modelo tempôro-geográfico de sociedade de Hägerstrand. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

RECLUS, Élisée. **L'Évolution, la révolution et l'idéal anarchique**. 7ª edição. Paris: Stock + Plus, 1979.

SABORIUM, Eric. Desenvolvimento territorial sustentável, reciprocidade e organização social – Referências e casos no Brasil. In Felippi, Ângela Cristina T. SILVEIRA, Rogério L.L. **Território, redes e desenvolvimento regional** Florianópolis: Insular, 2018, pp. 25-54.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Redes e territórios: reflexões sobre a migração. In: Leila Christina DIAS e Silveira, Rogério L. LIMA da (Org.). **Redes, Sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. EDUSP. São Paulo, 2000.

_____. **A urbanização brasileira**. 5ª edição. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Por uma outra globalização, do pensamento único à consciência universal**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHMID, Christian. **A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre**: em direção a uma dialética tridimensional. In: GEOUSP: Espaço E Tempo. São Paulo, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO. Iná, CORREA. Roberto Lobato, GOMES. P.C. da Costa (org.). Geografia: conceitos e temas. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Maria Adélia de. **A Identidade da Metrópole**. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1994.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

SITES

<https://anovademocracia.com.br/no-85/3808-mapa-da-concentracao-da-terra-na-america-latina>

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=284480>

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf

<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>

<https://www.ibge.gov.br>

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj.html>

<http://www.incra.gov.br/pt/reforma-agraria.html>

<https://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>

<https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2019/12/cerca-de-300-mil-familias-devem-ser-beneficiadas-com-a-mp-da-regularizacao-fundiaria>

<https://nacoesunidas.org/agencias/fida/>

<https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/rio-de-janeiro/pirai-33666/>

ANEXO 1 - RELAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DO ESTADO DO RJ



MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD
Coordenação-Geral de Implantação - DDI - Sistema SIPRA

Sistema: SIPRA
Fonte: SDM
Usuário:
Relatório: Rel_0227
Data: 18/01/2023

Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até 18/01/2023

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SR (07)						UF: RJ					
RJ0004219	PA PREFEITO CELSO DANIEL	MACAE	2.849,4773	201	195	03	POR	17	28/03/2005	Desapropria	19/11/1999
RJ0004220	PE SÃO PEDRO	JAPERI	1.800,0000	98	62	03	POR	35	16/09/2005	Reconhecim	02/12/1960
RJ0004221	PA TERRA CONQUISTADA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	211,3565	12	12	03	POR	15	28/03/2005	Desapropria	05/09/2002
RJ0004222	PE SÃO LOURENÇO	DUQUE DE CAXIAS	90,0000	11	6	03	POR	36	16/09/2005	Reconhecim	21/08/1961
RJ0004223	PE SERRA DO MATOSO	RIO CLARO	239,2900	22	22	03	POR	34	16/09/2005	Reconhecim	08/06/1998
RJ0004224	PA DANDARA DOS PALMARES	CAMPOS DOS GOYTACAZES	419,1027	25	21	03	POR	16	28/03/2005	Desapropria	05/11/2002
RJ0004225	PA SANTO AMARO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	584,3770	40	38	03	POR	14	28/03/2005	Desapropria	05/09/2002
RJ0004233	PA PAZ NA TERRA	CARDOSO MOREIRA	1.052,9389	74	69	03	POR	18	28/03/2005	Desapropria	25/02/2003
RJ0004234	PA ADEMAR MOREIRA	SAO PEDRO DA ALDEIA	484,0000	40	21	03	POR	37	07/10/2005	Desapropria	29/09/2004
RJ0004235	PA 25 DE MARÇO	CARAPEBUS	943,9374	53	47	03	POR	44	31/10/2005	Desapropria	20/04/2004
RJ0004236	PA NOVA ESPERANÇA DO ARÉ	ITAPERUNA	1.697,7562	90	26	03	POR	04	09/02/2006	Desapropria	11/04/2001
RJ0004237	PA VIDA NOVA	BARRA DO PIRAI	558,6819	25	22	03	POR	08	27/04/2006	Desapropria	15/08/2005
RJ0004238	PA FLORESTA DE BELÉM	ITAPERUNA	681,7274	35	23	03	POR	40	05/09/2006	Desapropria	11/04/2001
RJ0004239	PE FAZENDA EXPERIMENTAL DE ITALVA	ITALVA	1.328,4400	210	139	03	POR	37	14/09/2010	Reconhecim	12/08/1997
RJ0004240	PA ZÉ PUREZA	CONCEICAO DE MACABU	242,2775	20	17	03	POR	33	30/09/2008	Desapropria	01/12/2005
RJ0004241	PA TERRA DA PAZ	PIRAI	827,5608	38	29	03	POR	60	16/11/2006	Desapropria	10/12/2005
RJ0004242	PA JOÃO BATISTA SOARES	CARAPEBUS	1.212,9450	65	55	03	POR	47	16/12/2008	Desapropria	20/04/2004
RJ0004243	PAM MARAPICU	NOVA IGUACU	318,1721	92	76	03	POR	34	16/12/2009	Reconhecim	09/09/2008
RJ0004244	PA ROSELI NUNES	PIRAI	1.034,3176	39	32	03	POR	0006	08/03/2007	Desapropria	01/12/2005
RJ0004245	PA FRANCISCO JULIÃO	CARDOSO MOREIRA	606,8879	40	32	03	POR	59	16/11/2006	Desapropria	24/11/2005
RJ0004246	PAC TERRA PROMETIDA	DUQUE DE CAXIAS	552,0711	61	41	03	POR	01	18/08/2010	Arrecadação	24/09/2008
RJ0004247	PE FAZENDA PAU GRANDE	MAGE	112,8000	100	39	03	POR	41	15/09/2010	Reconhecim	26/03/1998
RJ0004248	PA OZIEL ALVES I	CAMPOS DOS GOYTACAZES	410,7336	35	32	03	POR	45	19/09/2006	Adjudicação	27/11/1998
RJ0004249	PE FAZENDA CACHOEIRA GRANDE	MAGE	327,8900	156	91	03	POR	40	15/09/2010	Reconhecim	26/03/1998
RJ0004250	PE FAZENDA SANTA ROSA	MAGE	30,5300	11	11	03	POR	34	15/09/2010	Reconhecim	26/03/1998
RJ0004251	PE FAZENDA ENGENHO NOVO	SAO GONCALO	740,5000	160	97	03	POR	42	15/09/2010	Reconhecim	26/03/1998
RJ0004252	PA JOSUÉ DE CASTRO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	610,9988	35	31	03	POR	37	11/09/2007	Desapropria	11/04/2001
RJ0004254	PA CHICO MENDES	CARDOSO MOREIRA	766,9610	30	23	03	POR	48	01/11/2007	Desapropria	24/11/2005
RJ0004255	PA IRMÃ DOROTHY	QUATIS	1.049,0512	53	-	03	POR	19	25/09/2015	Desapropria	19/10/2006
RJ0004256	RESEX MAR ARRAIAL DO CABO	ARRAIAL DO CABO	51.601,4600	834	787	03	POR	65	11/11/2013	Reconhecim	03/01/1997

00 - Em Obtenção

01 - Pré-Projeto de Assentamento

02 - Assentamento em criação

03 - Assentamento Criado

04 - Assentamento em Instalação

Page 1 of 4

05 - Assentamento em Estruturação

06 - Assentamento em Consolidação

07 - Assentamento Consolidado

08 - Assentamento Cancelado

09 - Assentamento Revogado



MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD
 Coordenação-Geral de Implantação - DDI - Sistema SIPRA

Sistema: SIPRA
 Fonte: SDM
 Usuário:
 Relatório: Rel_0227
 Data: 18/01/2023

Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até 18/01/2023

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SR (07)						UF: RJ					
RJ0004257	PDS PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OSVALDO DE OLIVEIRA	MACAE	1.572,6772	63	42	03	POR	12	02/04/2014	Desapropria	01/09/2010
RJ0004258	PA UNIÃO, TERRA E TRABALHO	ITAGUAI	163,0753	8	7	03	POR	21	21/08/2014	Desapropria	11/06/2008
RJ0004259	PDS PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SEBASTIÃO LAN II	SILVA JARDIM	1.541,6144	44	-	03	POR	31	02/12/2014	Desapropria	11/03/1974
RJ0004260	PCA TERRA	PARACAMBI	432,1170	20	19	06	POR	18	28/08/2015	Desapropria	23/12/2011
RJ0004261	RTRQ TQ PRETO FORRO	CABO FRIO	90,5403	30	22	03	POR	1.709	23/10/2018	Reconhecm	23/10/2018
RJ0009000	PA SÃO JOSÉ DA BOA MORTE	CACHOEIRAS DE MACACU	3.903,0300	428	383	07	RES	17	26/01/1982	Desapropria	13/01/1964
RJ0010000	PA CAMPOS NOVOS	CABO FRIO	3.107,0400	292	216	07	POR	759	14/10/1986	Desapropria	09/03/1983
RJ0011000	PA BOA ESPERANÇA	JAPERI	278,8000	52	47	07	POR	00782	17/10/1986	Desapropria	07/03/1986
RJ0012000	PA SABUGO	PARACAMBI	1.386,3623	112	76	07	POR	00166	25/02/1987	Desapropria	25/10/1985
RJ0013000	PA SANTA ROSA	MAGE	372,7558	26	20	03	POR	00254	18/03/1987	Desapropria	10/10/1986
RJ0014000	PA IMBURO	MACAE	1.206,3826	141	125	07	POR	00253	18/03/1987	Desapropria	23/06/1986
RJ0015000	PA SANTO INÁCIO	TRAJANO DE MORAIS	705,0000	51	48	05	POR	00575	13/07/1987	Desapropria	15/01/1987
RJ0016000	PA SÃO ROQUE	PARATI	735,6490	35	28	07	POR	00586	17/07/1987	Desapropria	13/01/1987
RJ0017000	PA ALPINA	TERESOPOLIS	1.103,2000	96	92	04	POR	632	04/08/1987	Desapropria	06/03/1987
RJ0018000	PA CANTAGALO	RIO DAS OSTRAS	1.749,0000	207	198	05	POR	00809	17/09/1987	Desapropria	29/04/1987
RJ0019000	PA NOVO HORIZONTE	CAMPOS DOS GOYTACAZES	4.335,1000	300	263	07	POR	00306	03/12/1987	Desapropria	20/03/1987
RJ0020000	PA MORRO GRANDE	DUQUE DE CAXIAS	317,8000	34	14	05	POR	00003	04/01/1989	Desapropria	01/09/1989
RJ0021000	PA BATATAL	MANGARATIBA	198,3169	24	22	07	RES	00060	20/10/1989	Desapropria	19/05/1986
RJ0022000	PA MOURA COSTA	SEROPEDICA	271,0000	52	45	07	RES	00118	27/12/1989	Desapropria	02/06/1988
RJ0023000	PA SÃO BERNARDINO	NOVA IGUAÇU	212,0000	55	49	07	RES	109	04/10/1991	Desapropria	05/10/1987
RJ0024000	PA TIPITY	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	920,0000	203	190	04	RES	140	31/10/1991	Desapropria	26/06/1989
RJ0025000	PA REMANESCENTE CAMPOS NOVOS	CABO FRIO	1.828,7700	178	173	05	RES	213	02/09/1992	Desapropria	16/01/1987
RJ0026000	PA CASAS ALTAS	SEROPEDICA	586,9185	71	66	07	RES	00078	12/08/1993	Desapropria	22/09/1992
RJ0027000	PIC ALDEIA VELHA	SILVA JARDIM	362,6000	41	33	07	RES	00118	06/08/1981	Desapropria	03/11/1975
RJ0028000	PA TAQUARI	PARATI	958,7462	70	68	07	POR	00066	28/12/1995	Desapropria	04/10/1983
RJ0029000	PA CAMBUCAES	SILVA JARDIM	1.588,4200	106	93	04	POR	00065	28/12/1995	Desapropria	27/12/1983
RJ0030000	PA BARRA GRANDE	PARATI	595,3655	65	60	07	POR	00067	28/12/1995	Desapropria	04/10/1983
RJ0032000	PA CAPELINHA	CONCEICAO DE MACABU	1.416,4700	139	105	05	POR	03	23/04/1997	Desapropria	23/09/1996
RJ0033000	PA FAZENDA DO SALTO	BARRA MANSÁ	886,4300	60	33	05	POR	07	17/11/1997	Desapropria	18/12/1996

00 - Em Obtenção 01 - Pré-Projeto de Assentamento 02 - Assentamento em criação 03 - Assentamento Criado 04 - Assentamento em Instalação
 05 - Assentamento em Estruturação 06 - Assentamento em Consolidação 07 - Assentamento Consolidado 08 - Assentamento Cancelado 09 - Assentamento Revogado



MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD
Coordenação-Geral de Implantação - DDI - Sistema SIPRA

Sistema: SIPRA
Fonte: SDM
Usuário:
Relatório: Rel_0227
Data: 18/01/2023

Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até 18/01/2023

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SR (07)						UF: RJ					
RJ0034000	PA ZUMBI DOS PALMARES	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	8.005,2900	507	437	05	POR	09	22/12/1997	Desapropria	22/12/1997
RJ0035000	PE PAES LEME	MIGUEL PEREIRA	154,3000	51	20	04	POR	57	30/09/1998	Reconhecim	01/02/1991
RJ0036000	PE PEDRA LISA	JAPERI	77,5000	26	23	04	POR	00497	25/07/1997	Reconhecim	06/05/1986
RJ0037000	PA VISCONDE	CASIMIRO DE ABREU	1.132,5258	88	83	05	POR	10	19/01/1999	Desapropria	04/11/1998
RJ0038000	PA BEM-DIZIA	MACAE	1.349,7937	54	50	05	POR	11	22/01/1999	Desapropria	04/11/1998
RJ0039000	PIC NUCLEO COLONIAL DUQUE DE CAXIAS	DUQUE DE CAXIAS	540,9500	47	-	07	DEC	88310	01/01/1941	Transferênci	03/02/1941
RJ0040000	PIC NUCLEO COLONIAL SÃO BENTO	NOVA IGUAÇU	6.548,8700	465	-	07	DEC	22225	23/01/1968	Transferênci	10/03/1963
RJ0041000	PIC NUCLEO COLONIAL TINGUÁ	NOVA IGUAÇU	2.561,1300	182	-	07	DEC	2.496	07/10/1938	Transferênci	05/05/1938
RJ0042000	PIC SANTA ALICE	SEROPEDICA	8.641,1200	528	-	07	DEC	36806	07/10/1955	Desapropria	04/05/1963
RJ0043000	PIC NUCLEO COLONIAL SANTA CRUZ	ITAGUAI	11.021,2700	1.135	2	07	DEC	19133	07/10/1930	Transferênci	01/02/1930
RJ0044000	PIC MACAE	MACAE	6.103,5400	572	8	07	DEC	30022	30/12/1951	Desapropria	10/07/1947
RJ0046000	PIC PAPUCAIA	CACHOEIRAS DE MACACU	18.531,8300	894	15	07	DEC	30077	30/12/1951	Transferênci	04/04/1951
RJ0054000	PA SEBASTIÃO LAN	SILVA JARDIM	520,6049	33	27	05	POR	59	26/07/1999	Desapropria	26/07/1999
RJ0055000	PA CHE GUEVARA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	1.655,3342	74	70	05	POR	04	28/02/2000	Desapropria	04/10/1999
RJ0056000	PE FAZENDA DA CONQUISTA	VALENCA	616,8000	62	62	04	POR	39	11/07/2000	Reconhecim	15/01/1998
RJ0057000	PE FAZENDA SÃO DOMINGOS	CONCEICAO DE MACABU	768,0000	130	103	05	POR	03	28/02/2000	Reconhecim	08/10/1997
RJ0058000	PA ANTONIO DE FARIAS	CAMPOS DOS GOYTACAZES	1.221,0230	95	78	05	POR	008	05/04/2001	Desapropria	09/08/2000
RJ0059000	PA ILHA GRANDE	CAMPOS DOS GOYTACAZES	822,7218	58	54	05	POR	016	08/08/2001	Desapropria	08/08/2001
RJ0061000	PE FAZENDA VITORIA DA UNIÃO	PARACAMBI	527,0800	84	84	05	POR	01098	15/01/1998	Reconhecim	21/09/1985
RJ0062000	PA SÃO FIDELIS	SAO FIDELIS	623,0027	22	21	05	POR	038	30/10/2002	Desapropria	12/04/2001
RJ0063000	PIC GRANDE RIO	ITAGUAI	275,5200	122	-	07	POR	1356	30/12/1972	Transferênci	30/05/1979
RJ0064000	PE FAZENDA NORMANDIA	JAPERI	120,0295	27	17	04	POR	023	16/07/2003	Reconhecim	25/11/1960
RJ0065000	RTRQ TQ COMUNIDADE NEGRA REMANESCENTE DO QUILOMBO DA FAZENDA SAO JOSE DA SERRA	VALENCA	90,5403	60	34	03	POR	1755	05/11/2018	Reconhecim	05/11/2018
Total da SR :		82 Projetos	178.120,1988	11.024	5.821						



MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD
 Coordenação-Geral de Implantação - DDI - Sistema SIPRA

Sistema: SIPRA

Fonte: SDM

Usuário:

Relatório: Rel_0227

Data: 18/01/2023

Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até 18/01/2023

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
Total do Geral :		82 Projetos	178.120,1988	11.024	5.821						

ANEXO 2 - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ASSENTADOS NA ÍNTEGRA

Entrevistado: José Luiz - Assentamento Terra da Paz - 1ª PARTE

Henri: Como foi formado o grupo de pessoas que vieram a se organizar com o propósito de ocupar a antiga terra da fazenda Aimoré?

Resposta: O trabalho de base foi realizado em bairros de periferia de Volta Redonda (como bairros Da Caieira, Santo Agostinho e Santa Cruz), Pinheiral, Valença e Barra do Piraí), as reuniões para organizar o grupo para ocupar tiveram apoio e participação do padre Gildo e o bispo emérito da Diocese de Volta Redonda/Barra do Piraí, Dom Valdir (in memorium)

Henri: O que foi decisivo na sua decisão de ocupar a terra ?

R: Quando criança viveu na “roça” em Barra do Piraí, quando rapaz foi trabalhar cuidando de cavalos no jokei Club da Gávea e só tinha folga no Natal, o que causava fadiga e insatisfação, então ficou um breve período na casa de parentes no bairro Santa Cruz – Volta Redonda, até q um tio soube da ocupação de uma área às margens da BR 393 e posteriormente das fazendas além das reuniões de orientações do MST e falou com ele a respeito. Viu a chance de ter seu próprio pedaço de terra. Vi ali a chance de ter meu próprio pedaço de terra e “meti as caras”.

Henri: Fale sobre as principais dificuldades encontradas.

R: Falta de ocupação remunerada, era difícil encontrar um meio de fazer um bico ou um serviço, as pessoas viravam as costas ao saber que eram “sem terras”. O Sereno da noite era brabo de aguentar vivendo na lona.

Henri: Qual a quantidade de famílias assentadas ?

R: 34 Terra da Paz x 46 Roseli Nunes (informação que diverge com a do casal Marcelo/Amanda, da direção do MST e assentados do Assentamento Roseli Nunes, que disseram ser 34 e 39 famílias, respectivamente)

Henri: Como você avalia a assistência técnica de órgãos públicos ?

R: Sempre que a EMATER é solicitada, eles atendem, só que percebe-se que eles têm limitações de estrutura por parte do governo, a relação com a SMA-Piraí é muito boa, dão algumas sementes, de tempo em tempo mandam trator para trabalhar na terra ... sobre o INCRA, classificou como péssima a relação e assistência.

Henri: E no que compete serviços público à população?

R: Classifico como boa serviços como luz elétrica, saúde e educação, a light atende bem, demora, até porque também estão afastados da cidade, mas vem e resolve, o postinho de saúde tem um serviço muito bom, todas as crianças foram matriculadas,

a prefeitura manda o transporte direitinho, mas o serviço de ônibus é bem ruim para os assentados, só há ônibus 2 vezes no dia, atrasa e por vezes quebra.

Henri: Quais são as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos assentados ?

R: Plantio (agricultura), destaque para o coletivo que envolve os assentamentos Terra da Paz, Roseli Nunes e Irmã Dorothy, que juntos fazem uma triagem e enviam boa parte de sua produção para a capital fluminense, Niterói, Volta Redonda e Barra Mansa. Vários assentados que destinam sua produção para Barra do Piraí, Pinheiral e Piraí .

Henri: Como é a organização para escoar a produção ?

R : Foi comprado um caminhãozinho entre eles (fato abordado anteriormente), onde eles, um dia antes juntam toda a produção dos assentados que participam do coletivo no Terra da Paz na propriedade da coordenadora Relma, para fazerem uma triagem separando as mercadorias de acordo com um padrão de qualidade e de modo a dividir a demanda de forma equilibrada, para que um não envie uma quantidade bem maior do que outro assentado.

Henri: Como se desenvolveu essa rede de comunicação que possibilitou isso (chegar ao mercado carioca)?

R : Foram os contatos da direção estadual do MST que conseguiram articular um espaço na lapa, região central do Rio, para que esses assentados pudessem colocar no Rio nossos produtos para os consumidores de lá.

2ª PARTE – Entrevistada Relma Damasceno – Assentamento Terra da Paz

Henri: Como foi a decisão de se juntar ao grupo na ocupação da terra ?

Resposta: eu tinha chegado há pouco de Minas Gerais, para morar na casa de parentes em Volta Redonda, quando observei as pessoas ocupando terras num trecho da BR 393 que liga Volta Redonda a Barra do Piraí , no distrito de Dorândia (Barra do Piraí) estava morando no bairro Santo Agostinho e trabalhando como doméstica em casas de família, a renda era pouco e o serviço incerto, decidi ir ver como funcionava o acampamento, decidi ficar e em 2 meses já estava integrada às atividades da cozinha central e vigília noturna do acampamento, no grupo 1, considerado grupo mais rebelde, radical do acampamento – risos.

Henri: Quais foram as maiores dificuldades iniciais ?

Henri: Morar debaixo de lona. Não durava muito e as lonas rachavam devido ao sol, logo o vento entrava nos cômodos e ameaçavam arrancar a lona com tudo, com chuva, pingava dentro do espaço confinado, um horror.

Henri: Como avalia a assistência dos órgãos públicos?

Resumo da resposta : Teceu elogios à EMATER e SMA, e reclamação quanto ao INCRA, disse sentir-se discriminada por serem do MST. Quanto às prestações de serviço demonstrou satisfação com a educação municipal, a questão de esgoto ainda são fossas, porém disse existir projeto da prefeitura para colocar rede de esgoto, por enquanto Relma falou que de tempo em tempo vem um caminhão da prefeitura e suga as fossas. O serviço de transporte classificou como péssimo.

Henri: E quais são as atividades econômicas desenvolvidas pelos assentados?

R : Alguns plantam e vendem de modo individual, outros vendem através de um coletivo (Alaíde Reis), que têm clientela fixa semanalmente e há quem venda das duas maneiras, como é meu caso.

Acho que os principais produtos que vão para os centros urbanos saindo daqui são: queijos, leite, aipim, berinjela, capim limão, doces, banana, abóbora, cebolinha, jiló, hortelã, hortelã pimenta, manjericão.

Henri: E os destinos dos produtos ?

R : O Rio de Janeiro, tem 2 pontos comerciais (Terra Criola e Armazém do Campo), tem um grupo chamado “rede ecológica”, que tem vários núcleos como em Niterói, Nova Iguaçu e Glória, SEPE (Volta Redonda e Barra Mansa), para a merenda escolar do município de Pirai, graças ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Henri: Como ocorre o escoamento da produção para os destinos ?

R : Uma coordenadora do coletivo Alaíde Reis pega a oferta de produtos de cada um, para em seguida enviar para os diretores do SEPE que dias depois envia os pedidos de alguns de seus associados. Tudo via whastapp.

Os assentados que compõe o coletivo, se reúnem no espaço coberto da propriedade de uma pessoa assentada, em uma determinado dia e determinada hora, para fazerem o trabalho de separação dos pedidos. Depois disso chega até às sedes dos dois sindicatos através do caminhão que o grupo financiou. O mesmo vale para o **Rio** (capital – grifo nosso)

Henri: E os/as assentado(a)s que não participam do coletivo, para onde esses enviam seus produtos ?

R : Volta Redonda, Pinheiral, Vargem Alegre (distrito de Barra do Pirai) e Santanésia (Pirai).

Henri: E como é a relação comunicativa com essas áreas que compram, como ela se dá na prática ?

R : Geralmente por whatsapp ou telefone, também há meses em que os responsáveis pelos pontos de receptação e distribuição desses excedentes visitam

os assentamentos. As vendas independentes, fora da organização do coletivo, é de porta em porta nas áreas urbanas ou levadas às feiras.